

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

- 1.1 – 8ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 2ª Legislatura
- 1.2 – 37ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.3 – Comissões

### 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

- 2.1 – Comissões

### 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 5 – ERRATAS



**ATAS**

## ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/5/2023

### Presidência dos Deputados Duarte Bechir e Raul Belém

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Registro de Presença; Questão de Ordem; Registro de Presença – Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto nº 1/2023; discursos dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel; Questão de Ordem – Encerramento.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Duarte Bechir – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – João Vítor Xavier – Adriano Alvarenga – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Fábio Avelar – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmar – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Rafael Martins – Raul Belém – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Laviola.

### Abertura

O presidente (deputado Duarte Bechir) – Às 10h6min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

– A deputada Nayara Rocha, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, nas galerias, e gostaria de dar as boas-vindas aos alunos do 7º ano do Instituto Educacional Monte Sião de Belo Horizonte. Sejam bem-vindos e bem-vindas.

### Questão de Ordem

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, bom dia. Bom dia a todos, bom dia aos convidados que aqui se fazem presentes, a todos os colegas e a todas as colegas de Parlamento, nossos servidores e todos que aqui estão presentes. Presidente, sei que o senhor é um apaixonado pelo futebol, como eu sou; sei que o nobre deputado Arantes também; a deputada Nayara – aliás, uma Mesa de três cruzeirenses comandando a Assembleia neste momento; e eu sou um apaixonado pelo futebol. Eu vivo o futebol a minha vida toda, desde o futebol amador na minha querida Caeté até o futebol profissional, onde eu sempre militei, onde eu exerço o meu trabalho, a minha profissão. É o meu ganha-pão e eu também o tenho como um lazer e uma paixão. Deputado Cleiton foi o autor do pedido de CPI da Minas Arena e, nos últimos dias, presidente, quero trazer aqui um sentimento de indignação com o que nós, que amamos o futebol, estamos vendo no Mineirão. Na segunda-feira o Cruzeiro teve que sair de Belo Horizonte para jogar em Sete Lagoas em um gramado horroroso, em condições precárias porque, no Mineirão, estádio construído com o dinheiro do povo de Minas Gerais, não recebeu mais um jogo da Série A do Campeonato Brasileiro porque houve um show de pagode no final de semana. E para mim pouco importa se é pagode, se é música clássica, se é rock, se é sertanejo. A prioridade do Mineirão é o futebol, é o esporte. Na segunda-feira nós vimos o Cruzeiro jogando um jogo de Série A em Sete Lagoas, porque o Mineirão não pôde receber esse jogo. E na terça-feira, no dia de ontem, nós vimos o Atlético jogando um jogo da Copa Libertadores, que é o torneio mais importante do continente, um dos dois mais importantes do mundo, num pasto. Não há outro termo para designar, para definir o gramado do Mineirão. É um pasto. O que nós vivemos nesses últimos dias é um desrespeito com o futebol, é um desrespeito com quem ama o futebol e é um desrespeito com quem pagou a conta desse estádio, porque o estádio foi construído, lá nos anos de 1960, com fundos da loteria vinculados ao esporte. Ele foi reconstruído para uma Copa do Mundo com dinheiro público e a prioridade dele é o esporte. Então, presidente, estou aqui ao microfone para dizer à Minas Arena que a paciência e a tolerância, que já foram muito grandes, terminou – de todo mundo, ninguém aguenta mais, ninguém suporta mais o que a Minas Arena está fazendo com o futebol mineiro. Eu estou aqui, presidente, com o contrato de concessão do estádio. No anexo desse contrato há dois pontos. Ponto um, alínea “b”, que fala dos indicadores do estádio e um dos indicadores do estádio é a qualidade do gramado do estádio. Está aqui, vejam a alínea “b”, inciso III: “No que tange ao material hidráulico do estádio. O estádio tem que ter disponibilidade de água, elementos de transmissão, instalações hidráulicas, gramado, instalações hidrossanitárias, elementos de controle e combate a incêndio”. E no item nº 6 fala sobre a jardinagem e trata especificamente... Já que eles cortaram, para refazer o estádio, todas as árvores que havia no entorno do estádio, que foi um crime contra Minas Gerais, o que sobrou de jardinagem no estádio é um item, que se chama gramado. E esse único item que a Minas Arena tem que cuidar, no que tange à jardinagem no estádio, está abandonado. Nós temos um pasto no Mineirão. Então ou o Mineirão não está à disposição dos clubes, como não esteve na segunda-feira por fazerem show de pagode, ou está em condições

precárias como na terça-feira porque eles não cuidam. E aqui eu queria trazer uma informação direta e clara: estou acionando a Minas Arena, através de três espaços importantes que podem ajudar a resolver isso. Primeiro: estou enviando um ofício à Comissão de Administração Pública desta Casa pedindo que o governo do Estado seja acionado para que se faça valer o que está no contrato, para que a Minas Arena seja multada em até 40% daquilo que o Estado tem que repassar. Segundo: para que a Minas Arena pague, como consta no seu contrato, multas pela insatisfação dos clubes sobre o gramado. E essas multas são pesadas: uma multa de R\$2.000.000,00 por condições insatisfatórias do gramado; e a outra multa de R\$2.700.000,00 pela indisponibilidade do gramado do Mineirão para aquilo que é a sua prática principal, que é o esporte. Isso está no contrato. A Minas Arena tem que pagar R\$4.700.000,00 aos cofres públicos como indenização pela indisponibilidade do gramado, na segunda-feira, para o Cruzeiro; e pelas más condições do gramado para o Atlético, na terça-feira. Tem de pagar. Chega disso. Ou começa a doer no bolso da Minas Arena ou encerra o contrato, porque ali é uma concessão, presidente. O senhor já imaginou o Estado pagar por uma concessão? A gente até sabe que isso acontece no Brasil, porque, como dizia o grande Olavo Leite Kafunga Bastos, o eterno Kafunga, o errado é que é o certo. Agora, é a mesma coisa de o Estado pagar por uma concessão de estrada, de o cidadão pagar por um pedágio e não ter estrada para andar. É a mesma coisa de a gente pagar pela concessão do Aeroporto de Confins e não ter aeroporto para usar. O Aeroporto de Confins é melhor depois que foi concessionado. A Fernão Dias, que o senhor usa para ir para o Sul de Minas, é melhor hoje do que era há 20 anos, sem concessão. Não há dúvida disso. O Mineirão é pior. Então, estou pedindo, através do Ministério Público do Estado, estou encaminhando ao procurador-geral de Justiça o pedido de ação, estou encaminhando ao governador do Estado o pedido de ação, estou encaminhando para Comissão de Administração Pública desta Casa pedido inicial de que a Minas Arena seja multada em R\$4.700.000,00, como consta no contrato de concessão. Primeiro, R\$2.000.000,00 pela falta de qualidade do gramado; segundo, R\$2.700.000,00 pela indisponibilidade do gramado, como está previsto no contrato de concessão em seu anexo. Não é invenção da minha cabeça. Está no contrato isso. Eles têm de cumprir e o Estado tem de cobrar. O governador tem de mandar essa fatura para eles porque a fatura deles para o Estado chega todo dia. Tem de chegar essa fatura para a Minas Arena. Segundo ponto. Que o Ministério Público coloque a sua tropa de elite para avaliar o contrato da Minas Arena, porque eles estão preferindo shows a jogos de futebol. E, se isso permanecer, como o contrato está sendo descumprido, em qualquer concessão pública que é auditada por auditores independentes, como consta no contrato, que esse contrato seja extinto e que ela seja cobrada. Chega de conivência com o que estão fazendo! É uma covardia. Um time de Minas foi jogar num pasto em Sete Lagoas, na segunda-feira, porque o estádio construído com o dinheiro do povo não estava disponível e um outro time de Minas, na terça-feira, jogou num pasto, porque preferiram fazer pagode a futebol. Então, para começar a conversa, que o governo cobre, como consta no contrato, repito, não está na minha cabeça, está no contrato, de imediato, R\$4.700.000,00 porque está no contrato que, se a Minas Arena não entregar o gramado para futebol ou se não entregar em condições, pague duas multas: uma de R\$2.700.000,00 e outra de R\$2.000.000,00. Quero que o governo do Estado cobre isso da Minas Arena, com o apoio da Assembleia e, se possível, se o Ministério Público entender e concordar com isso, estou pedindo também o apoio dele. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Deputado João Vítor Xavier, a colocação de V. Exa. foi muito feliz. Tenho a certeza de que os demais pares analisarão, com muito carinho, a pauta que V. Exa. nos traz nesta manhã.

### **Registro de Presença**

O presidente – A presidência registra e alegra-se com a presença do ex-deputado, amigo, Luiz Carlos Miranda, que está conosco. Muito obrigado pela presença, deputado.

### **Discussão e Votação de Proposições**

O presidente – Discussão, em turno único, do Veto nº 1/2023. Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.231, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para o exercício de 2023. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discutir, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente Duarte, colegas deputados, deputadas, público presente que nos acompanha.

Presidente, estou aqui para fazer a discussão dos vetos que o governador apresentou às propostas de emendas ao Plano Plurianual de Ação Governamental para o ano. Quero aqui dizer que tive a oportunidade apresentar algumas emendas que receberam veto do governador. Entendo que os vetos que foram feitos são estritamente políticos, não são vetos que têm fundamentação do ponto de vista legal e constitucional. Vou explicar.

O primeiro veto que quero discutir aqui é a respeito do Projeto Somar. O que fizemos? Apresentamos uma emenda para que fosse excluída do PPAG a ação do projeto Somar. Vamos lembrar aqui. Do que se trata o Projeto Somar? É passar para as organizações da sociedade civil – OSs, terceirizar, os serviços de educação do poder público estadual. Vejam que o Estado tem recursos do Fundeb, e, inclusive, já foi alertado pelo próprio Tribunal de Contas que esses recursos públicos não poderão ser utilizados nesse expediente, que é a terceirização do serviço de educação. Então, portanto, já começamos a ter um impeditivo. E também temos aqui que o Estado dispõe de recursos orçamentários para a contratação e qualificação de professores, investimentos na educação para que o melhor serviço seja ofertado à população no aspecto educacional. Quando você diz que um terceiro vai prestar esse serviço, sai do controle do Estado, do poder do Estado, e cria uma disposição discricionária de quem ali estiver prestando os serviços. Então, já temos aí o prejuízo do aspecto educacional.

Além disso, quero lembrar aqui aos colegas deputados que vão votar esse veto... Olha, colegas quero que prestem bem a atenção: vocês votarão pela derrubada ou não desse veto. Vejam o que fizemos aqui há poucos dias, quando votamos aqui a reforma administrativa. Nós, deputados, votamos que tanto OS para a educação, quanto para a saúde, não estaria no escopo da estrutura administrativa do Estado. Negamos essa ação. Negamos que isso pudesse acontecer lá, ainda na reforma administrativa. Então, o que estou querendo dizer aqui aos colegas é que o governo vetou emenda ao PPAG, apresentada por mim, que excluía a previsão orçamentária para o projeto Somar. As razões para derrubarmos esse veto são muito simples. Primeiramente, o governo está indo contra os avanços que a Assembleia conquistou na reforma administrativa. Conseguimos retirar da reforma a possibilidade de avançar a privatização da educação. A educação é um direito fundamental, garantido pela Constituição Federal, e é dever do Estado prestá-la a todos os mineiros e mineiras. Não podemos aceitar a possibilidade de o governo insistir num plano de terceirização das suas obrigações para o setor privado.

Nós sabemos que serviços essenciais, serviços fundamentais precisam e devem ser obrigação do Estado, porque é isso que está preconizado, inclusive, na nossa Constituição.

Adiante. A educação sendo, então, um direito fundamental garantido pela Constituição Federal e dever do Estado prestá-la a todos os mineiros e mineiras. Não podemos aceitar a possibilidade de o governo insistir em um plano de terceirização das suas obrigações para o setor privado. A Assembleia já se posicionou de forma contrária a isso. Esse projeto não interessa ao povo mineiro. Fica a pergunta: sem a possibilidade de se expandirem os programas de privatização dos serviços da educação, qual o interesse do governador em manter a previsão orçamentária do projeto Somar? Essas perguntas cada colega deputado e deputada deve se fazer e respondê-las antes de dar o voto – antes de dar o voto.

Adiante. Onde esse recurso vai ser gasto? O veto a esse inciso, presidente, tem como base a suposta contrariedade ao interesse público. Mas o nosso governador parece desconhecer as necessidades do povo mineiro. Nós queremos mais investimentos em educação pública de qualidade, e não mais dinheiro público no setor privado. A Assembleia já deixou isso claro na aprovação dessa emenda ao PPA, já deixou isso claro na reforma administrativa e vai deixar isso bem claro, mais uma vez, na derrubada do veto. Portanto – vamos lembrar –, na reforma administrativa, nós excluímos a ação projeto Somar. Quando aprovamos aqui a emenda apresentada por mim, aprovamos a emenda excluindo o projeto Somar. E agora o que nós vamos dizer? Que concordamos com a presença da ação Somar no plano plurianual? Contradições. É evidente que respeito aqui o voto de cada um e de cada uma – cada um votará com a sua consciência –, mas são contradições, caso seja pela manutenção desse veto. O que será dito? Que, lá atrás, não se

tinha pleno conhecimento do que se tratava tanto no debate da reforma administrativa quanto no da emenda que foi aprovada? Que agora se mudou de opinião por qualquer motivo que seja? Qual vai ser o argumento? Então aqui eu chamo os colegas a essa reflexão de que devemos manter uma posição de coerência do que estamos fazendo, em consonância com o que quer o povo, com o que quer a sociedade, para derrubarmos o veto dessa ação, que é a ação do chamado projeto Somar.

A gente sabe que o governador tem uma sanha privatista, quer privatizar tudo. Ele acha que o Estado não tem que se ocupar com nada, acha que tudo deve ser privatizado, tudo deve ser terceirizado. Aqui já foi dito que o Brasil tem essa mania. Agora, claro, mudou o governo federal, muda-se um pouco esse aspecto, mas o Estado continua na mesma linha do que era o governo federal anterior. O mundo caminhou para as privatizações; o Brasil, atrasadamente, começou a falar em privatização. O mundo caminha para a reestatização das empresas, especialmente aquelas que são de serviços e de setores estratégicos; e o Brasil continua falando de privatizações, privatizações, privatizações. Agora ele está dizendo que quer trazer, aqui para a agenda, essa situação da Cemig, essa questão da Copasa, da Codemig, empresas superavitárias estratégicas de Minas Gerais que têm um serviço muito melhor do que o de empresas privadas, já comprovado por vários institutos, várias pesquisas. E como não bastassem as empresas desse setor, pensa também em encaminhar a privatização dos serviços públicos. E o projeto Somar não é nada mais do que isto: privatização da educação.

Nós, que já pagamos a conta para termos o serviço de qualidade, teremos o recurso que deveria ser priorizado na lógica da política pública pelo poder público, um recurso que vai garantir a quem tiver a concessão desse serviço, dinheiro dos impostos que nós pagamos. Então é muito sério isso, é muito sério. Há todo um prejuízo da qualidade do ensino que será ofertado a partir dessa ação. E, como eu já disse, já há impeditivo, por parte do Tribunal de Contas do Estado, e outros impeditivos legais para os quais o governo precisa se ater.

A outra questão que eu quero trazer, presidente, é a respeito de outra emenda que nós apresentamos ao PPAG. Faço aqui uma breve leitura para entendimento dos colegas. Deputado Eduardo Azevedo, veja bem o que ocorreu: outro veto a uma emenda que apresentamos ao PPAG foi sobre a previsão de priorização do pagamento dos direitos legalmente assegurados aos servidores estaduais, como aposentadoria, férias-prêmio, promoções e progressões. Eu estou falando aqui de direitos que já existem em leis, inclusive na Constituição do Estado de Minas Gerais, que, do ponto de vista da legislação estadual, é a nossa lei maior. O.k.? Então eu não estou trazendo legislação nova e não estou trazendo uma proposta que seja conflitante com legislação já em vigor. Pois bem: o governador justifica esse veto com base no que ele chama de “falta de inovação”, já que esses direitos já estão estabelecidos em lei. Então ele concorda que o nosso projeto não conflita, ele está em consonância, mas está dizendo que é falta de inovação. Pois bem, eu pergunto ao governador: Se todas essas prerrogativas já estão asseguradas em lei, não faz sentido que o Estado tenha previsão orçamentária para fazer seu pagamento de forma prioritária? Ora, a contradição é não haver uma emenda no PPAG que trata da priorização daquilo que já está garantido nos termos da Constituição do Estado, deputado Raul Belém. Não estou criando nenhum óbice, não estou criando nenhum problema, não estou criando nenhuma situação que já não esteja prevista na legislação do nosso Estado, como a nossa própria Constituição. Está lá. Por exemplo, o direito a férias-prêmio está lá na Constituição. O que nós vamos propor ao Estado? Prioridade. Eu entendo que tudo que está previsto na Constituição de Minas Gerais deve ser tratado como prioridade no governo. Ou não? Ou o dispositivo constitucional se transformou numa lei de importância menor? Lógico que não. Todos os dispositivos constitucionais... É assim que funciona com a nossa Constituição Federal, o que está na Constituição Federal se sobrepõe a leis complementares, sobrepõe-se a portarias, decretos e por aí vai. Da mesma forma é na Constituição do Estado. Então eu me pergunto se que quem subsidiou o relator no parecer não observou que os dispositivos constitucionais se sobrepõem a qualquer outra coisa no aspecto legal e, portanto, devem ser priorizados. Essa é a pergunta que eu faço. Aqui há os colegas que nos assessoram no Plenário. Compreende? Nós estamos falando de uma emenda para prever, no Plano Plurianual de Ação Governamental, aquilo que já está preconizado na Constituição do Estado de Minas Gerais. E aí o governo diz que não é inovação. É evidente que não é

inovação, pois diz o que a lei já garante. Mas há inovação quando não há previsão no PPAG, e nós estamos estabelecendo no plano plurianual.

Então é um veto que não tem significado, não tem importância por parte do governo. Por isso eu disse aqui, na minha fala inicial, que os vetos foram mais orientados sob o viés político de quem apresenta do que necessariamente do mérito do que está sendo apresentado. Não é interessante isso para o governo, não é inteligente para o governo. Eu não faço aqui disputas somente de campo ideológico, eu faço disputas com consistência e com conteúdo sobre as questões que eu acho importantes para Minas Gerais.

Então o que nós estamos dizendo é o seguinte – eu quero falar para os deputados que compõem a base do governo: não há nenhum prejuízo para o governador, para o governo do Estado em dizermos que, em consonância com o diz a Constituição do Estado de Minas Gerais, trataremos como prioridade – não estou usando outro termo, não estou usando outro termo –, como prioridade. É o que é, porque se trata de uma lei constitucional o atendimento às garantias e direitos dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

A não ser que nós digamos aos servidores do Estado que nós não temos essa compreensão. O que a gente quer, pessoal, é que... Ah, bom, eu quero continuar aqui dizendo o seguinte: Se todas as prerrogativas já estão asseguradas em lei, não faz sentido que o Estado tenha a previsão orçamentária para fazer o seu pagamento de forma prioritária? Se falta inovação em nossa emenda, porque o governo frequentemente atrasa e dá calote no pagamento dos direitos dos servidores, como aconteceu com as férias-prêmio, através de uma ação nossa no Ministério Público de Contas e no Tribunal de Contas, e o governo veio a público, dois dias depois, em coletiva anunciando o calendário? Estão vendo como a gente vai encontrando quais são os óbices e as contradições do processo político legislativo dos vetos que o governo aqui apresentou? Então vejam bem do que nós estamos cuidando.

Queremos evitar cenários como esse, que vêm acontecendo; queremos contribuir com o planejamento das contas do Estado e queremos, sobretudo, que os servidores tenham garantia de que vão receber aquilo a que têm de direito. A gente não faz isso num contexto no qual o Estado está estrangulado, a partir da questão orçamentária. Pelo contrário, o governador, há pouco tempo, anunciou R\$2.200.000.000,00 de superávit. Sabemos que há disponível nos cofres do Estado em torno de R\$30.000.000.000,00. Se há recurso disponível no cofre do Estado, se o Estado fala que teve superávit, se a Constituição está dizendo então que essas são garantias constitucionais, por que não dizer que isso é uma prioridade na ação governamental no PPAG? Deixo isso aí para a gente poder refletir e conversar.

Acho que nós temos condições de derrubar esse veto e dizer que não há absolutamente nenhum prejuízo para o governo. Pelo contrário, haverá colaboração na organização das ações do governo para se planejar e se organizar para a garantia dos direitos, inclusive, dos direitos condicionais. Esse é o nosso papel como órgão fiscalizador. Nós somos agentes da fiscalização das ações do governo; foi para isso que nós fomos eleitos. Esse é o nosso papel constitucional, foi esse o juramento que fizemos aqui no dia da nossa posse. Nós não fizemos o juramento de, condicionados a decisões, pressão, orientação de governo, abdicarmos do nosso papel constitucional. Não foi isso o que nós juramos aqui. Como eu disse, não há prejuízo em relação às questões do governo, da agenda do governo em curso. Pelo contrário, colaboração expressiva na organização e garantia do direito aos nossos servidores.

Bem, eu quero chegar agora, então, a outra parte do veto. Como eu havia dito na comissão de análise do veto – inclusive, eu pude participar da reunião –, ela é cara para nós, é cara para mim. Eu já contei essa história aqui e preciso recuperá-la para dialogar com os colegas parlamentares. O debate sobre a inclusão das pessoas com deficiência no Brasil está longe de chegar ao ponto de dizermos que está numa condição ideal. Nós estamos numa situação em que a gente tem que pensar a política, elaborar as leis e lutar para que sejam aplicadas e garantidas. E aí é necessário acionar, às vezes, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os órgãos que colaboram no controle para que a lei seja efetivamente cumprida, para que ela seja garantida. Nós temos que rever aquelas que existem e que já não têm eficácia, temos que pensar a política pública, os programas, discutir a eficácia dos programas das políticas públicas. Enfim, é um processo, é um percurso.

No debate da pessoa com deficiência, identificamos que há toda uma questão de isolamento, uma questão de não visibilidade em relação às pessoas com deficiências de neurodesenvolvimento, deficiências intelectuais, deficiências do transtorno global de neurodesenvolvimento, como é o caso dos autistas, das pessoas com TDAH, das pessoas com TOD. Nós estamos falando de um setor da sociedade pelo qual agora a gente começa a trabalhar e lutar para dizer que elas existem. Até mesmo o deputado Raul, quando nós votamos aqui e aprovamos o nosso projeto, que eu apresentei, que dispunha sobre atendimento prioritário às pessoas com autismo... Nós tivemos o reconhecimento de que, quando da indicação nas placas e na sinalização de atendimento preferencial, era necessário que ali estivesse identificado o símbolo do autismo, deputado Gustavo Valadares. Era necessário porque deficiência física, mobilidade reduzida, às vezes, em uma condição ou em outra, apenas pelo olhar você identifica a situação daquela pessoa e sabe que ela está ali dentro do escopo do que a lei lhe garante no atendimento preferencial. No caso do autista, se a gente não fizer um trabalho de conscientização, de explicação, de orientação, ele pode passar, inclusive, por uma pessoa, abre aspas, “comum”, sem nenhum tipo de problema. Mas, no momento em que essa pessoa é acometida por uma crise, é uma questão de grande transtorno.

Nós tivemos um caso, não faz muito tempo, de um autista que se machucou, teve a boca toda machucada e os dentes quebrados porque não lhe foi priorizado atendimento no embarque na aeronave, dentro de um aeroporto. Quando ele está sem crise, numa condição normal, é tranquilo, mas, se entrar em crise, para o pai, o cuidador, a mãe é muito complicado contê-lo. Então por isso nós fizemos a lei, que foi aqui aprovada de forma unânime e passou a vigorar em Minas Gerais, em vários estabelecimentos – laboratórios, shopping centers, hospitais, supermercados, órgãos públicos – porque a sociedade entende que isso é importante e que era importante trazer essa visibilidade. A Assembleia falou que esse público importa, que essas pessoas são importantes para nós.

Eu comecei essa luta ainda no meu primeiro mandato de deputado estadual e, lá em 2015, ainda deputado novato, eu contei que assumi aqui a presidência da Comissão de Direitos Humanos. Fui descobrir, depois e agora, iniciando o meu terceiro mandato – confirmo essa constatação –, que a Comissão de Direitos Humanos é, para mim, uma das comissões mais importantes da Assembleia, se não for a mais; é a comissão mais intensa da Assembleia. A gente brinca que, na Comissão Direitos Humanos, Lincoln – você, que acompanhou muito os nossos trabalhos –, a gente pode morrer de tudo, inclusive de tiro, mas de tédio você não morre, porque ali não é possível. Ali é a última tentativa do indivíduo. Quando tudo mais, enquanto possibilidade de buscar a garantia do direito, se esgotou é que cai na Comissão de Direitos Humanos, tudo o que vocês podem imaginar. Foi, inclusive, apelidada aqui, na Casa, de Comissão do Fim do Mundo, porque muita coisa era debatida ali pelo nível de complexidade, e, às vezes, era o lugar onde não poderia ter o tratamento de que necessitava e que merecia.

Presidente, por dois mandatos na Comissão de Direitos Humanos, entre outras coisas, nessa comissão nós começamos a discutir a questão da inclusão social. Apesar de existir a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, as pessoas com algum tipo de deficiência nos procuravam para tratar de vários assuntos, e nós pautamos. Eu me lembro de que uma das primeiras emendas parlamentares que eu pude destinar, no meu primeiro ano de mandato, deputado Raul, foi para a Associação Norte Mineira de Apoio – Anda. Então eu fui lá fazer a entrega do veículo, pois eles precisavam dele para transportar os alunos e os trabalhadores. Fui lá conhecer, e me mostraram todo o espaço, onde tinha terapia ocupacional, onde tinha o trabalho do fono, do psicopedagogo, etc.

Ali fui entendendo. Falei: mas é assim que funciona? Sabe o que acontece? Acharmos que entendemos sobre esse tema, mas não sabemos muito sobre isso. Acharmos que sabemos. Às vezes, conversava com as pessoas sobre autismo e alguém falava assim: “Deputado, acho que todo mundo tem um pouco de autismo, não é?”. Eu li sobre autismo. Parece que Lionel Messi é autista, que Elon Musk é autista, Anthony Hopkins... Há uma romantização do autismo. Então, as pessoas não sabem ainda sobre isso.

Não faz muito tempo, quem tem a minha idade vai saber, e estudei a vida toda em escola pública... Lembro-me que havia uns colegas na sala d quem falávamos que eram meio voados, um outro no mundo da lua, um outro muito bagunceiro, outro não sei o quê... Possivelmente, se formos fazer hoje o diagnóstico, serão identificados, serão constatados com diagnóstico de algum nível de autismo, porque o autismo não é um igual ao outro. Há níveis. Falamos aqui dos níveis de suporte 1, 2 e 3. Há o popular e severo 3.

As pessoas falam em autismo leve. É um outro erro. Não existe autismo leve. Leve é porque não somos nós que carregamos, mas, mesmo aqueles que são considerados autistas leves, vá conversar com eles para saber quais são os transtornos que passam na cabeça dessas pessoas. Pois bem, nível de suporte 1, vamos chamar aqui de autismo leve. Nenhum será igual ao outro.

Então, estamos agora começando a entender mais sobre isso. E, aí, alguém me perguntou: “Cristiano, está ocorrendo uma epidemia de autismo? Estamos vendo que muita gente está sendo diagnosticada com autismo. O que está acontecendo? É epidemia? É problema na água? É problema ambiental? Como é isso?”. Ora, não havia diagnóstico antigamente. Hoje a ciência e a medicina avançam à medida que os profissionais, especialmente os psiquiatras, os neuropediatras, enfim, um conjunto de profissionais começa a adotar e a desenvolver técnica que consegue agora fechar o diagnóstico. Então, acima de tudo, as pessoas estão conseguindo ter o diagnóstico da sua condição. A estimativa, para vocês terem uma ideia, era de que 1 em cada 1.400 pessoas teria o diagnóstico de autismo em algum nível. A Organização Mundial de Saúde fala em 1 em cada 140. Já um instituto americano, não me recordo o nome aqui agora, trago depois, que diz que 1 em cada 36 terá diagnóstico de algum nível de autismo. Deputado Ulysses, 1 em cada 36, V. Exa. que é também um defensor da causa e tem projetos importantes sobre essa matéria, 1 em cada 36!

Qual é a pergunta que fazemos? Como estamos nos organizando, nos preparando para essa nova realidade? Como estamos nos organizando? Quais são as políticas públicas? Como estamos trabalhando na garantia de direitos, na questão da educação, no mercado de trabalho? Estou numa luta danada sobre essa agenda porque temos de nos preparar para isso.

Então, quando entreguei o carro para a associação dos autistas lá do Norte de Minas, comecei a entender mais sobre o assunto, fui entendendo mais. Então, ali na condição de presidente da Comissão de Direitos Humanos, atuando também já na causa um pouco da inclusão, imerso no debate sobre o autismo... A lei do atendimento preferencial que apresentamos e aprovamos aqui deriva de grupos de pais e mães ativistas que me procuraram, disseram: “Olha, vimos que você fez uma entrega para uma associação, você não quer assumir uma outra pauta para nós?”. Eu disse: “Perfeitamente!”. Agora estamos entendendo melhor a situação, e entramos com a lei do atendimento aos autistas.

Ocorre que, no meu segundo mandato, já contei isso aqui, minha esposa fica grávida novamente e tivemos um segundo filho. Antes de completar 2 anos, meu menino foi diagnosticado com autismo. Pensem, eu presidente da Comissão de Direitos Humanos, que iniciava ali uma luta por essa pauta, porque tinha empatia por ela, tenho o meu segundo filho com diagnóstico fechado com nível 2 de autismo, suporte que chamaríamos de autismo médio. Por incrível que pareça, o menino nasceu no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Eu era presidente da Comissão de Direitos Humanos. Ora, se isso não quer dizer muita coisa para mim, não estou entendendo os sinais. Vamos sendo preparados para algumas coisas. Passei a entender isso: que mais do que deputado simpático, empático e solidário à causa, eu seria pai de uma criança autista pelo resto da minha vida. Entendendo, então, a dificuldade que essas pessoas vivem, porque, no lugar que estou enquanto deputado, podemos buscar os recursos para as melhores terapias, os procedimentos, mas essa não é a realidade da maioria das famílias em Minas Gerais e no Brasil.

Passei a rodar Minas Gerais e a incentivar a construção de associações de entidades, a conversar com prefeitos sobre a urgência de termos políticas públicas de inclusão dos autistas. E os relatos que passei a ouvir me tornaram cada vez mais convicto de que essa é uma pauta que vamos ter de carregar, sem prejuízo de lutas que traremos para as pessoas com deficiência como um todo. Às vezes, as pessoas me perguntam: “Mas só para os autistas, deputado? Não temos de lutar pelos deficientes?”. É evidente, tenho projetos aqui relacionados a isso aqui e outros colegas têm também, mas precisamos trazer para o centro do debate um grupo de pessoas que são identificadas com algum tipo de deficiência que até então eram invisibilizadas. E, quando se trata da deficiência intelectual, em alguns casos, ela consegue ser mais complexa para os cuidadores, para a família, do que, às vezes, um obstáculo de ordem física, porque há as crises.

Olha, gente, o que mais acontece, vou contar a vocês, quando vamos conversar com as mães, o primeiro relato é: “Assim, deputado, que houve o diagnóstico e que meu marido soube que o nosso filho tinha deficiência, largou a gente, me largou, foi



construir a vida por outros cantos e fiquei sozinha. Tive de largar o emprego, não tinha mais salário, fui lutar no INSS para ter o benefício, o Loas, o benefício para o menino...”. Isso com muito custo, porque até esse direito às vezes é negado; muitas vezes têm de entrar na Justiça. “Conseguimos o direito, o benefício, mas o salário mínimo, deputado, não dá, porque tem de comprar fraldas às vezes, de comprar medicamento às vezes, porque há outras questões de suplementação alimentar. O autista, em alguns casos, tem seletividade alimentar. Além disso tudo, com esse mesmo dinheiro, temos de cuidar da gente, eu tenho de cuidar de mim.” Olhem a situação! É difícil dizer isso, mas a grande maioria dos homens abandonam as famílias, as mulheres e os filhos. E elas ficam, elas ficam. A coisa mais poderosa neste mundo, gente, é o amor de mãe. A grande maioria fica e não abandona, a grande maioria das mães. Mas elas sofrem, porque aí os relatos que começam a chegar é que, elas tendo de cuidar, sendo as cuidadoras da pessoa ali com a deficiência, com autismo – no caso estamos falando sobre autismo –, elas não se cuidam, não cuidam da sua saúde, começam a ter depressão, crise de ansiedade, a ter elevados níveis de estresse e adoecem também.

Quando propomos aqui uma política estadual de atendimento aos autistas, é também atendimento à família dos autistas, porque temos de cuidar de quem cuida, porque, às vezes, quem cuida está cumprindo ali um papel que deveria ser do Estado, porque isso está previsto na Constituição. Quando falo da criação de centros regionais para atendimentos aos autistas, falo de estabelecermos equipamento público. Equipamento público que não custa nada para o governo, do ponto de vista orçamentário, mas que tem um impacto social imenso. Eu passei a compreender isso quando eu fui entender a causa, quando eu fui estudar, quando eu fui ouvir as pessoas, o que eu acho que o governador deveria fazer. Ele deveria chamar aqui um grupo de mães e tirar um dia – um dia, não, tirar uma hora do dia dele – para ouvi-las. Ele teria outra percepção. Ele iria entender que não se trata do Cristiano, que é um deputado do partido de oposição, e, portanto, mais uma vez um veto com um viés político – com viés político –, sem pensar e sem refletir sobre essencialmente o que a proposta estava trazendo. O que nós estamos falando aqui é de cuidar das pessoas, cuidar da vida humana; é fazer inclusão de fato. Não é fazer inclusão no discurso, é fazer inclusão de fato.

Então, quando nós propusemos aqui a emenda ao PPAG, o que nós dissemos? É necessário e importante que o Estado pense política pública descentralizada para esse público. Eu, às vezes, converso com prefeito no interior de cidade de 3 mil habitantes, 4 mil habitantes. O prefeito até quer construir uma política local. Eu falo: “Prefeito, vamos contratar um terapeuta ocupacional”. Ele diz: “Deputado, se você tiver algum para me indicar, eu até contrato, mas aqui na cidade não tem”. É outro problema, deputado Raul, e eu estou discutindo isso agora no governo federal. Eu fiz aqui uma audiência em que nós tiramos recomendações para os municípios, para o Estado e para o governo federal. Existe recomendação. Não sei se o senhor sabe, mas de terapia ocupacional existem duas faculdades federais que têm curso: no Triângulo e a UFMG apenas. Ora, se está aumentando o número de autistas, nós temos que nos preparar para formar profissionais. O Crefito me disse o seguinte: “Deputado, nós temos mais de 30 mil fisioterapeutas em Minas; terapeuta ocupacional temos pouco mais do que 2 mil”. A Uemg e a Unimontes também poderiam pensar nesse sentido. O governo do Estado poderia dizer: “Se se trata disso, vamos pensar aqui em como a gente formará mais profissionais que vão trabalhar com esse público”.

Eu tenho cobrança para fazer para o governo federal também. Não pensem que eu faço cobrança só ao governador, não, porque eu vou fazer também cobrança ao nosso governo federal, porque ele tem que avançar na pauta da inclusão – volto a dizer – da pessoa com deficiência, como um todo. Mas aqui eu estou falando de um lugar em que eu vivo, em que eu estou e que eu estou ajudando a trazer para a visibilidade, para a visibilidade.

Então a gente está propondo aqui o Plano Estadual do Atendimento Integralizado à Pessoa com Autismo. No plano, nós queremos conversar, propor política pública para melhorar o processo educacional, para que ele ocorra de fato. Não é somente a presença do aluno na sala de aula, mas que a presença dele seja uma presença qualificada, na qual ele dê conta de acompanhar o percurso formativo pedagógico. E aí o debate que nós fazemos aqui das duas figuras, professor de apoio e profissional de apoio. Profissional de apoio, quando se trata de uma limitação física, cumpre bem o papel, mas o professor de apoio é fundamental quando

se trata de uma dificuldade intelectual, de uma deficiência intelectual. E para isso nós vamos ter que pensar metodologia, nós vamos pensar como formaremos adequadamente esse profissional. Inclusive, em cima disso, eu coloquei uma emenda parlamentar na Uemg Divinópolis, e a gente desenvolveu ali uma metodologia, um programa de formação de professores para a educação inclusiva na questão do autismo. Hoje, se o senhor pedir uma estatística do universo de alunos que estão na educação especial, o percentual desses que tem algum problema de neurodesenvolvimento, que é a deficiência intelectual, especialmente o autismo, o número será muito expressivo, muito significativo. Então é importante pensarmos na metodologia da formação dos profissionais de apoio e quiçá também nos professores regentes – por que não? –, se é uma nova realidade a que todos nós temos que nos adaptar. Lá, no plano estadual, nós estamos propondo isso. Nós estamos propondo acesso a medicamentos, porque existem medicamentos que são de alto custo, a que as famílias não têm acesso, porque não estão no rol dos medicamentos que são previstos na oferta do sistema público. Nós estamos falando da questão do cuidado das mães, nós estamos falando do ingresso no mercado de trabalho.

Inclusive, nesta semana, eu tive uma reunião muito boa com a Fiemg. Levei para o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, a questão de o autista, para fins de direito, segundo a Lei Berenice Piana, de 2012, estar enquadrado nos mesmos direitos da pessoa com deficiência. Portanto ele cumpre a cota dos 2% quando você tem um número X de funcionários – se não me engano, 400 funcionários. A partir desse número, 2% de pessoas com deficiência, para fins de inclusão. E foi muito bem recebida a proposta. A Fiemg se comprometeu a analisar o nosso pedido, ver como a gente conformará isso. Existe muito autista adulto que tem capacidade laboral, de trabalho. A gente estava conversando, a gente está lutando, batalhando. Agora eu vou conversar com a Fecomércio e vou conversar com todo mundo que eu puder.

É uma cruzada, deputado Raul Belém – é uma cruzada –, mas eu tenho esperança de que, no final da nossa caminhada e da nossa passagem por aqui, lá na frente, nós vamos falar: “Hoje está melhor do que quando nós chegamos”. Depois, claro, quem continuar a luta vai deixar melhor do que nós vamos deixar. Mas eu tenho plena certeza de que, em Minas Gerais, nós vamos deixar este estado mais inclusivo do que quando nós chegamos aqui. Nós vamos trabalhar muito para isso. Não é uma pauta ideológica, não é uma pauta que tem dono. “É a pauta do Cristiano, é a pauta do autismo”. Não é, é pauta da Assembleia Legislativa.

Eu ouvi a fala da deputada Nayara aqui e achei importante: quer construir uma frente parlamentar sobre essa questão e quer propor projeto de lei. Eu vou votar em todos, vou ajudar na tramitação de todos, vou colaborar na aprovação de todos. Eu quero participar das audiências, das reuniões, de todas as atividades. Se todos os deputados aqui quiserem ter projeto nessa pauta ou colaborar com a pauta, nós iremos ter uma entrega fantástica para o povo de Minas Gerais, na questão da inclusão da pessoa com deficiência como um todo. Eu estou falando do autista, mas eu quero dizer que nós temos essa preocupação com a questão da inclusão da pessoa com deficiência como um todo.

Então o plano estadual a que eu estava me referindo, nós o aprovamos em 1º turno, por unanimidade. É evidente que temos um acordo de fazer ajustes no projeto. Eu tenho pleno entendimento sobre isso para a gente ajustar e adequar o projeto legalmente, e quero contribuições para a gente aperfeiçoar a matéria. Mas o aprovamos por unanimidade. O plano, deputado Raul, já previa a criação dos centros regionais. Então entendo que, se nós aprovamos o plano em 1º turno e se previa a criação dos centros regionais, nada melhor do que haver a previsão no PPAG dos centros regionais, para o governo se organizar e se programar, já estar isso ali de forma prevista, autorizada a criação, o que é uma política pública importante. A gente tem que trabalhar depois também para aprová-lo em 2º turno.

Eu estou contando isso tudo a vocês para saberem o tanto que nós caminhamos, o tanto que nós caminhamos, nessa luta. Então nós temos que ter o cuidado com as mães cuidadoras, com os cuidadores, com os autistas, com as pessoas com deficiência intelectual. Nós temos que nos inspirar nas boas práticas. Deputado Raul, a cidade de Caparaó é uma cidade pequena. Não sei se o senhor a conhece, fica ali subindo a Serra do Brigadeiro, o Parque do Brigadeiro. É um município pequeno. Lá a Eliane é uma companheira, é uma avó de uma criança autista. Pense numa avó ativista, daquelas das mais intensas. Ela é uma lutadora – ela esteve

aqui na nossa audiência –, uma pessoa que nos inspira muito. Ela conversou com o poder público municipal, conversou com o prefeito e os convenceu a criarem um projeto. Eles criaram lá uma clínica do neurodesenvolvimento. Sabe o que tem na clínica? Tem terapeuta ocupacional, tem psicólogo, tem fisioterapeuta, tem neuropediatra. Em um município pequeno. Se um município pequeno como o Município de Caparaó consegue criar uma política como essa, um equipamento como esse, o que é isso para o Estado? O que significa isso para o Estado? Vamos começar com polos regionais, descentralizando nas cidades mais próximas, tentando pensar num raio, acompanhando as regionais de saúde e delegacias de saúde, enfim, as sub-regionais de saúde. Vamos iniciar, talvez, uma Piana ali. Quando a gente coloca prioridade na criação dos centros, eu não estou dizendo ao governo que ele tem que gastar R\$1.000.000,00, R\$2.000.000,00 ou R\$10.000.000,00.

Eu estou dizendo que ele tem que ter isso como prioridade para organizar a política pública. Porque ele pode muito bem, por exemplo, chamar as prefeituras e fazer parceria; ele pode chamar instituições como as Apaes, outras entidades, associações de autistas, e constituir parcerias; ele pode usar da capacidade já instalada do seu corpo de profissionais na saúde e colocar esses profissionais também para atender nessa política pública. Não se trata necessariamente de gastos exorbitantes, se trata de organizar a política pública, organizar o equipamento, organizar seus profissionais, deputado Caixa. Então é essa a reflexão que eu quero fazer.

Eu queria até que os colegas estivessem aqui porque eu estou tentando fazer uma conversa de nivelamento para todos nós começarmos a entender em que lugar nós estamos no momento histórico da nossa sociedade, do nosso estado com relação a essa pauta, com relação a esse tema, porque a gente vai precisar avançar. Além da questão do veto... E me parece que há uma sinalização, uma disposição dos colegas, inclusive, da base do governo, pela derrubada do veto. Isso me deixa muito esperançoso com a nossa Casa, com os nossos parlamentares, enfim. Claro que a gente fica animado, mas tem que acabar de concluir o processo. Porém, a gente tem uma outra agenda que é tão importante quanto e precisa avançar.

Então, gente, eu estou trazendo isso, a história de como eu vim parar nessa agenda e nessa pauta. Ela é uma pauta que tem me ensinado muito, tenho aprendido muito, tenho descoberto muito, tenho conseguido ajudar muitas pessoas. Porque, quando a gente não é somente simpático à pauta e quando a gente realmente está na causa de maneira objetiva, de maneira prioritária, a gente vai vivendo a experiência e compartilhando as experiências, e ajuda muito, gente. Quando uma família recebe um diagnóstico de que o filho tem uma deficiência, o autismo, também é quase que um luto. Sério, as famílias falam assim: “Poxa. E agora, o eu faço? É autista”. Primeiro a desinformação, depois entra o desespero, porque, com a ausência da informação e da orientação, a pessoa não sabe o que faz, sente o luto, se sente exatamente sozinha. Há um problema que nós vivemos e experimentamos, que é a negação. Então, quando a família nega, ela deixa de ofertar para aquela criança... Quando do diagnóstico para a criança, e para o adulto também, mas vamos falar da criança, nesse sentido, nessa questão, porque, uma vez negando, não se buscam os recursos para as terapias adequadas, as intervenções adequadas. Para o autismo, por ser então um tipo de deficiência, não há cura, vai ser autista a vida toda. Entretanto, com as terapias adequadas e as intervenções adequadas, pode ter qualidade de vida.

Para a gente que é pai de autista, cada conquista é uma grande vitória, é uma realização, é uma festa. Eu, como pai, sonho entrar com o meu menino no dia da formatura dele na faculdade. E aí o menino vai receber o seu diploma, e a gente vai estar junto para tirar fotos, como vai ser com a minha menina de 17 anos, mais o meu pequenininho lá, que tem 5 anos. Vai ser uma alegria que não vai caber dentro da gente. Mas, se ele puder simplesmente conseguir viver em sociedade, desde amarrar o sapato, ir ao banheiro, ter o mínimo de autonomia, eu já vou me sentir muito realizado. Porque, para alguns pais, amarrar o sapato é quase que o dia da formatura; para alguns pais, conseguir se alimentar sozinho é um dia de formatura; para os pais, conseguir atravessar uma rua é o dia de formatura; estar em um espaço público, conviver na sociedade é um dia de formatura.

Então a gente está nessa busca e eu consigo ajudar muito porque compartilho das minhas angústias, da minha experiência de como foi essa passagem, esse caminhar. As pessoas não estão sozinhas. E a gente organiza muitos grupos de apoio de pais, de amigos, de mães, associações, profissionais. Não estão sozinhos. Pela experiência pela qual eles vão passar ou estão passando nós já

passamos e podemos compartilhar ali qual foi a experiência que nós tivemos e que teve um resultado legal. Então eu preciso muito fazer um trabalho de conscientização, e isso não pode ser só no dia 2 de abril, que é o dia internacional; isso não pode ser no mês de abril, que é o mês em que nós celebramos a conscientização sobre o autismo.

Lamentavelmente, foi o dia que o governador vetou a emenda sobre os centros regionais. Você estava lá, não é, Leleco, na reunião? Eu fiquei extremamente abalado, emocionado. Na hora eu perdi um pouco a compostura no sentido da minha firmeza porque... (– Risos.) A gente tinha acabado de realizar, deputado Raul, uma audiência aqui. Primeiro, a gente tinha aprovado o plano estadual, em 1º turno. O deputado Tadeu falou: “Não, deputado. Você sabe que há colegas que querem discutir alguns pontos, mas nós vamos aprovar, em 1º turno, para você poder avançar no projeto, conversar com eles, formatar o projeto, mas neste mês, já que é caro para vocês, é importante para vocês”. O presidente colocou em votação, e nós votamos.

Vejam que vitória: no mês de abril o plano estadual. Depois nós fomos para uma audiência aqui, Raul, e havia 500 pessoas, 60 entidades. Isso nos surpreendeu. Eu havia me preparado para receber em torno de 250 a 300 pessoas, mas houve quase 500 pessoas do Estado inteiro. Uma audiência linda, uma audiência civilizada, com representação da Secretaria de Estado da Saúde, da Secretaria de Educação, da Sedese, da Defensoria Pública, do Ministério Público. Uma audiência rica, e nós tiramos dali três documentos importantes, recomendação para a União. E eu quero que o governo federal tenha uma agenda federal sobre isso – nós vamos conversar lá em Brasília –, uma agenda para o Estado, porque ela está em consonância com o que a gente já está procurando aqui, no plano estadual; e recomendações para os municípios. Nós não podemos fazer lei para obrigar nada ao município, mas uma recomendação para os municípios, então.

Estávamos ali em um mês, vamos falar assim, inesquecível de debate da história desta Assembleia sobre a questão dos autistas, e aí veio a notícia, o comunicado do veto do governador Romeu Zema no mês de abril com relação à criação dos centros de atendimento aos autistas. A gente esperava o seguinte: “Não, o governo do Estado vai marcar um gol de placa, não é?”. Vai fazer o anúncio e, talvez, vai nos surpreender dizendo: “Olhe, vocês estão discutindo isso, mas nós já estamos avançando aqui e vamos apresentar uma política consistente, robusta ou vamos dizer que somos favoráveis a essa emenda”. Para nós isso já seria um grande recado. No entanto, a opção foi o contrário. Vá bem, vamos seguindo.

O que eu preciso, então, é dizer que, para além do mês de abril, que é o mês da conscientização, a luta pela conscientização das pessoas com autismo precisa ser diária, ela precisa ser permanente. Eu quero fazer um pedido aos colegas deputados e deputadas que estão conosco na causa, que já apresentaram aqui projetos relacionados à pessoa com autismo – por baixo, tirando os deputados do Bloco Democracia e Luta, que somos 20, inclusive, excluindo a mim mesmo, nós temos cerca de 15 colegas que têm projetos relacionados à causa do autismo. Isso é importante. E das pessoas com deficiência, então, aí temos um número ainda maior. Isso é muito importante.

Então nós estamos querendo dizer que vamos ter essa pauta de forma permanente porque ela não pode ficar circunscrita apenas a uma data no calendário, porque ninguém é autista somente no dia 2 de abril ou somente no mês de abril, e é assim que a gente vai avançar. E aí quando a gente dá visibilidade, a gente ajuda na conscientização. Daí os pais, as famílias vão entender que não podem descuidar dessa questão, que não podem negar a condição caso tenham ali os sinais de que a criança precisa passar pelo diagnóstico. E que, uma vez tendo o diagnóstico, não o neguem, já busquem os tratamentos e as terapias adequadas, mas isso precisa ser ofertado. Eles precisam estar sendo ofertados para os pobres, que não têm plano de saúde; para aqueles que estão em regiões remotas. Não pode ser a terapia, o tratamento, o terapeuta ocupacional, o fono, o neuropediatra privilégios de quem é rico, privilégio de quem tem plano de saúde, porque essa é a minoria da nossa sociedade. Como nós vamos fazer com os filhos dos autistas pobres deste estado?

Então, a nossa luta é para ter a conscientização, para ter o diagnóstico precoce. E quanto mais precoce melhor, porque você vai trabalhar a neuroplasticidade do desenvolvimento cerebral daquela pessoa e poderá dar para ela a qualidade de vida. Então, é fazer

com que as famílias não neguem a condição e que, uma vez tendo a suspeita, busquem a ajuda dos profissionais para o diagnóstico e, uma vez fechando-o, busquem os tratamentos, as terapias para que a pessoa tenha qualidade de vida no futuro. Para o próprio Estado isso é importante, terá reflexo.

Então, veja como é um percurso: da identificação de características que podem sugerir uma condição, um quadro de autismo... E as escolas podem fazer isso. No caso do meu menino, por exemplo, deputado Raul, foi a escolinha que falou. A escolinha falou: “Olhe, queremos conversar com você, Cristiano, com a sua esposa. O Bernardo, comparado com os amiguinhos da mesma idade, tem características que são muito diferentes”. Eles, com muito cuidado – a gente nunca quer receber a notícia –, com muito cuidado, sugeriram que levássemos a um neuropediatra, e levamos. O diagnóstico veio, e não vacilei. Até nesse sentido Deus me abençoa, porque, como eu já vinha trabalhando um pouco a pauta, eu tinha alguma informação. Então, já tive uma reação proativa de, em vez de negar a condição do meu menino, ajudar a cuidar dele.

A classe média é a mais resistente, você sabia? Parece que ela tem vergonha de falar que tem um filho com algum tipo de deficiência. Ela é mais relutante. Temos de trabalhar isso, gente. Não podemos cometer o crime de não dar oportunidade de essas pessoas terem o tratamento adequado para terem qualidade de vida. Isso é um crime. Não podemos fazer isso.

Então, o meu caminhar é um caminhar que está aqui no processo legislativo, mas está por todo o Estado de Minas Gerais, nas reuniões, nas palestras, nos eventos, nas publicações que tenho feito. É uma luta, e não dou conta de fazer isso sozinho. Não dou conta de fazer isso sozinho. Aqui somos 77 deputados. Preciso que eles nos ajudem, senão não conseguiremos avançar, e é importante, necessário e urgente que avancemos.

Sei que para muitos tudo é muito novo, mas, se em algum momento não pararmos para ouvir um pouquinho, não tivermos paciência de ouvir um pouquinho, sempre será algo novo, e vão se passar 10 anos, e vamos tratar o tema que já não é tão novo como algo novo. Em que momento vamos parar um pouquinho para ouvir? Só preciso que escutem, que ouçam, porque tenho certeza de que, a partir dessa escuta, terão a capacidade de convencer, inclusive, o próprio governo de que ele está errado no posicionamento dele com relação a essa agenda, que está errado. Conseguindo avançar nessa agenda, vamos celebrar, porque será uma conquista do poder público de Minas Gerais como um todo, não será nenhuma vitória individualizada. Não será a vitória apenas de um deputado, apenas de uma bancada, apenas de uma frente, apenas de um bloco, apenas de um poder, mas será a conquista e vitória de todos nós enquanto sociedade de Minas Gerais.

Vejam que o tema não tem viés ideológico. Soube que no Rio Grande do Sul o governador Eduardo Leite, que é mais do campo ideológico do governador Romeu Zema do que meu campo ideológico, já iniciou um trabalho de constituição dos centros de atendimento às pessoas com autismo lá. Quando propusemos isso aqui, não tiramos nada da nossa cabeça. Vínhamos vendo as experiências interessantes que estavam acontecendo em outros lugares para trazermos aqui essa proposta.

Então, com esse debate que vamos fazer... E estou muito esperançoso com o voto dos colegas com relação a esse veto e, na sequência, o que ele poderá desdobrar; e, adiante, o plano estadual. Estou muito otimista. Quando aqui me foi dito que os deputados da base, aqueles que militam na questão do autismo e também na questão da pessoa com deficiência, haviam se indignado com o veto e foram até o governo, haviam dialogado e discutido isso com o governo, tive muita esperança, porque, no final das contas, se faltou sensibilidade humana do Executivo estadual, do governador Romeu Zema, me parece que o mesmo não vai acontecer aqui. A sensibilidade humana, a causa da inclusão da pessoa com deficiência é prioridade na Assembleia Legislativa. Os deputados vão se posicionar firmemente dizendo que não. Se para o governo do Estado os autistas, as pessoas com transtorno de neurodesenvolvimento e, claro, estamos falando de um conjunto de pessoas que pertencem ao conjunto das pessoas com deficiência não tem importância para ele, para a Assembleia Legislativa têm. Isso se concretizando, terei muito orgulho de pertencer a esta Casa, de pertencer a esta legislatura, de estar aqui com as diferenças ideológicas que temos, mas com pensamento em comum no que diz respeito à inclusão social.

É isso, gente. Temos de lutar para que as pessoas tenham acesso ao diagnóstico, para que as pessoas tenham acesso à terapia, para que as mães, e muitas... Tenho recebido relatos de mães que têm se automutilado, há relato de suicídio, de automutilação. Há relatos de menino com autismo que está sendo espancado na escola. É só perceber, fazer uma pesquisa no Google que vão ver as matérias a respeito. Há relato de menino com autismo que tem sido violentado. Há pouco tempo, em briga de trânsito, um pai perdeu a vida porque um filho autista estava apertando a buzina. O outro motorista, conhecido inclusive, ficou nervoso e foi lá e atirou no pai. Há questões que se desdobram de maneira muito grave se esse assunto não for tratado com a importância que tem de ser tratado.

O meu menino ainda tem dificuldade de fala. Estamos fazendo um trabalho com fono para tentar trabalhar a melhora da fala. Às vezes, tem alguma dificuldade na cognição. Morremos de medo. Imaginem essa criança sofrendo uma violência e não conseguindo contar para o pai, não conseguindo contar para a mãe para tomarmos a medida que temos de tomar. Em várias clínicas de pessoas com autismo, violências por parte de alguns terapeutas aconteceram. Isso é muito sério e muito grave.

Então, presidente, vou encerrando. Faltam aqui 10 minutos para encerrar a minha fala, mas quero de novo fazer esse pedido. Sei que muitos colegas que não estão aqui no Plenário estão nos acompanhando. Peço a esses que estão nos acompanhando que nos ajudem a fazer repercutir esse nosso pedido para que somem conosco nessa luta. Não se trata de derrotar o governo. “Ah, o governador vai ser derrotado pela própria base.” Definitivamente não. Que não encaremos dessa maneira. Que não encaremos dessa maneira. Encaremos como um processo pedagógico que o Poder Legislativo fará para que o Poder Executivo, as nossas instituições entendam que esse assunto para nós é importante, é caro e que queremos tratá-lo com a seriedade que ele merece. Não se trata de derrota de ninguém. Trata-se de vitória numa luta que vem sendo construída de uma maneira tão árdua, tão dura.

Então, quero aqui agradecer este espaço, agradecer esta oportunidade, agradecer ao deputado Leleco, que era o primeiro inscrito e que, gentilmente, abriu mão da inscrição para que eu pudesse aqui discutir.

Eu quero agradecer também ao deputado Ulysses, o nosso líder, que ajudou a conduzir também todo esse debate e essa construção, colega que tem apresentado a pauta; e a todos aqueles que têm projetos. Permaneçam firmes, continuem apresentando proposta, continuem nos ajudando nesse debate, levem para as suas bases, para os seus apoiadores o assunto que para nós é tão importante. Repito: não é legislar em causa própria, é legislar em causa coletiva.

O deputado Ulysses Gomes (em aparte) – Um aparte, deputado Cristiano. Quero cumprimentar V. Exa., companheiro, amigo, batalhador e defensor da causa do autismo. Sem dúvida nenhuma, o que nós vivenciamos nesse veto do governador é algo a se lamentar no Estado, sem justificativa, sem critério, uma falta de sensibilidade da parte do governo de um tamanho que não tem medida. Prova disso é que não só V. Exa. como o nosso bloco de obstrução aqui mobilizaram a base do próprio governo. Deputados e deputadas que apoiam o governo, que conhecem e sabem o motivo, inclusive que votaram o projeto, irão defender conosco a derrubada desse veto.

Uma proposta. Nós não temos nem a garantia de que esses centros serão implementados na lei. Esse é um absurdo maior ainda. Nós não queremos aqui também levar aqueles e aquelas, a população que conhece, não só os defensores da causa do autismo, mas a população que depende de políticas públicas, que vivencia essa situação em casa, como V. Exa. vivencia... O nosso mandato atua e apoia várias entidades que apoiam a causa do autismo e sabe da importância de a gente ter políticas públicas que apoiam. E os centros de atendimento estão previstos no PPAG como um programa a ser criado. Então, quando o governo tem a total insensibilidade de retirar algo que foi aprovado de forma unânime e que dá a perspectiva de se criarem programas e centros de atendimento, quando ele retira isso, é primeiro de se lamentar por nossa parte. Mas por aqueles que acompanham, é de se indignar que um governo não tenha um mínimo de compromisso e sensibilidade com essa causa, que é crescente no nosso país, e muito.

Então a gente vê que Minas Gerais está na contramão da realidade do País, da realidade de Minas, que tem demandas crescentes nesse sentido. Eu tenho certeza de que, com tudo que você, companheiro Cristiano, tem feito, com o nosso bloco unido,

com o destaque – que eu já protocolei, nós vamos destacar nesse veto –, nós vamos ter o apoio desta Casa, com os deputados sensíveis, comprometidos, sensibilizados da base do governo e que têm responsabilidade. Eles irão se unir, com certeza, a esse movimento para a gente derrubar esse veto.

Então quero parabenizar V. Exa. Estamos juntos nessa luta.

O deputado Cristiano Silveira – Obrigado, nosso líder, deputado Ulysses; obrigado, deputado Leleco.

Presidente Raul, são essas as minhas palavras, ainda alimentando a esperança de que Minas será um estado mais inclusivo. Obrigado.

O presidente (deputado Raul Belém) – Muito obrigado, deputado Cristiano Silveira.

Com a palavra, para discutir, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – A nossa saudação de bom dia a todos que acompanham, pela TV Assembleia, esta reunião extraordinária.

Deputado Cristiano Silveira, presidente do Partido dos Trabalhadores, o deputado Ulysses é o líder do bloco, cujos partidos, em duas federações partidárias, somam um grupo de sete deputadas estaduais e deputados estaduais, todos comprometidos com a insígnia também que nós assumimos como Bloco Democracia e Luta. O que nós estamos acompanhando é a discussão do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.231, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG. Notem: nós estamos na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, onde as proposições e a aproximação com os anseios do povo se dão por meio da representação. E o segundo passo da democracia para a representação é a participação nesse Plano Plurianual de Ação Governamental. Se, pela representação aqui descrita na fala do deputado Cristiano, que nos permitiu avançar por águas mais profundas sobre o que passa o autista e sua família, nós não compreendermos, a partir da fala, se não nos sensibilizamos para entender a ausência do Estado na vida dessas pessoas, eu acredito que nós estaremos falando para um governo que tem o coração de pedra. Quando nós aqui fazemos essa sustentação para a sensibilização daqueles que hoje são base do governo, porque é para os deputados e com os deputados que nós temos que dialogar neste momento, nós o fazemos com a responsabilidade de ser uma oposição que tem aqui uma proposta de que o Estado chegue àqueles a quem nunca chegou.

Deputado Ulysses, concedo-lhe a palavra, para que a gente compreenda este momento desta atuação dos parlamentares aqui, neste Plenário.

O deputado Ulysses Gomes (em aparte) – Deputado Leleco, nosso vice-líder do Bloco Democracia e Luta, que compõe a base de oposição ao governo de Minas com cinco partidos – PT, PCdoB, PV, Rede e Psol; nobre presidente, deputado Raul, que preside esta reunião, nós estamos num processo de mobilização de obstrução desses vetos que compreende motivos que eu quero expressar, mais uma vez aqui, para aqueles e aquelas que nos acompanham. A partir do momento em que o governador veta projetos, quando o veto entra na pauta dentro da faixa constitucional do seu prazo, ele trava essa pauta e encerra o prazo de discussão depois de seis reuniões. Então o que o governo tem tentado fazer nas últimas semanas – na semana passada e nesta – é abrir a reunião para que contem as seis reuniões e ele possa, a partir da sexta reunião, derrubar os vetos e entrar com seu trator contra a nossa população. No entanto, além do que ele propõe em seguida – e eu vou comentar os projetos que virão –, existe propriamente o veto, que é o mérito sobre o que o deputado Cristiano aqui muito bem explanou, um dos vetos que foi votado de forma unânime pelos deputados e deputadas no plano plurianual e que diz respeito ao programa de criação de centros regionais de atendimento à causa do autismo em Minas Gerais. Numa proposta de criação, o governo, como eu disse, com a sua insensibilidade e falta de compromisso, retirou esse projeto da pauta, esse item, querendo vetar essa proposta. Se nós fizéssemos o que o governo queria, votar na primeira reunião, a base do governo, com certeza, manteria o veto.

E é exatamente por isso que nós fazemos a obstrução, porque a gente ganha tempo para conversar e para convencer aqueles e aquelas que são sensíveis a causas que normalmente não tiveram tempo de acompanhar e entender. E é exatamente no processo de

obstrução que a gente vai construindo uma opinião crítica nesse sentido, e uma delas é uma questão fundamental: a gente garantir, no Plano Plurianual, a perspectiva de o governo criar programa e centros de atendimento à causa do autismo em Minas Gerais, dando esperança àqueles e àqueles, como nosso deputado Cristiano disse, que dependem do poder público.

No caso específico do autismo, do transtorno do espectro autista – TEA –, por exemplo, conseguir um laudo hoje, em Minas Gerais, é muito desafiador, demorado, caro, e existem poucos profissionais para isso. Nós avançamos numa lei que foi fundamental aqui, em Minas Gerais, que foi garantir que o laudo, que é demorado e que é caro, fosse permanente. Toda vez que essa criança, esse adolescente ou essa pessoa precisava comprovar que tinha o TEA, eles tinham que fazer esse laudo, e, hoje, através de uma lei que não é de nossa autoria, mas que foi aprovada na Casa, esse laudo é permanente. Uma vez detectada essa situação, que é permanente na pessoa, nada mais justo que o laudo que ela tire se torne permanente, e, com isso, nós, entre aspas, “facilitamos” um pouco a vida tão desafiadora das famílias que convivem com isso, haja vista que não se trata só da pessoa, mas também da família que tem que dar esse suporte. Não basta você permitir que o laudo seja permanente, porque você tem que permitir acesso a esse laudo, acompanhamento essa criança, esse adolescente e essas famílias, e é isso o que nós estamos buscando nessa perspectiva da lei, que é garantir que o Estado pense em políticas públicas.

Olhe só, deputado Raul: são diretrizes. Lá não se está dizendo quanto é, onde vai ser e quantos terão. No Plano Plurianual, está-se dizendo que “haverá”, e aí depois tem que se garantir na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na LOA. Quando o governo vai à raiz de uma esperança... É porque é isso. Para quem não conhece a legislação, digo que existe todo um processo. Nós não estamos falando de um recurso efetivo do governo para lá – quem dera, eu gostaria! –, e, se depender de nós aqui, nós vamos apresentar recurso e mostrar onde precisa haver atendimento. Aliás, no Estado inteiro, vai precisar de atendimento. Mas nós não estamos falando disso ainda; isso é uma luta que nós temos que travar aqui. Nós estamos falando da raiz de ter a diretriz de um programa a ser criado e de um recurso a ser colocado, porque isso ainda não está garantido.

Então digo que isso é de uma insensibilidade e de uma falta de compromisso muito grandes do governo. Nós levamos uma semana e meia, quatro reuniões para que os deputados do governo, da base do governo, da frente que existe na Assembleia Legislativa, que é a frente em defesa da causa do autismo, fossem ao governo e o convencessem de que eles iam votar contra esse veto e a favor da nossa posição, que é a derrubada desse veto. Esse é o processo de obstrução.

No entanto, não é só isso, apesar de ser algo grande, importante e significativo. Por trás, existe o interesse do governo de tirar os vetos, abrir a pauta e votar o projeto de extinção da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam –, que ainda não foi votado em 1º turno. Nós somos contra esse projeto do governo, o projeto de extinção da Fundação Caio Martins, e por isso nós estamos obstruindo. Sim, estamos obstruindo para tentar convencer, da mesma forma que estamos mobilizados e estamos convencendo os deputados da base a derrubar o veto, porque não é um motivo meramente político e que só vai contra o governo, não. São causas! Nós aprovamos aqui um projeto de lei a favor do governo, mas não é isso. A nossa medida não é o que o governador defende ou não. Se essa é a forma de medir, é a forma dele, e não a nossa, porque a nossa forma é o que é interessante à vida do cidadão e da cidadã, como a causa do autismo de que estamos falando aqui, como a causa da Fucam e a importância dela na vida de jovens que ali se formaram e têm história, e como a importância da Fucam na vida também dos que ainda estão estudando – a perspectiva é que outros milhares por ali passarão e terão uma grande oportunidade de formação técnica, que é o que a Fucam significa.

Esse projeto está na mira do governo. Se a gente não obstruir agora, e se nós já não tivéssemos obstruído, ela já teria sido extinguida na semana passada, mas ela não foi, e eu acredito que nós vamos trabalhar e vamos lutar para convencer que ela não seja extinta ou para convencer que seja articulado um novo modelo, mas não a sua extinção. Paralelamente a isso, o governo aqui acelerou, deputado, o projeto de reajuste salarial para o governador, na ordem de 298%. Todo mundo fala que é quase 300% – e é quase –, mas é só para não dizer que a gente está mentindo e exagerando. Eu não vou exagerar e chegar a 300%, não: é 298% o aumento para o governador; o aumento que, em menos de um mês, foi aprovado aqui. O governador aumentou! E o aumento também dos salários dos



secretários: um impacto de quase R\$24.000.000,00 neste governo. O que isso poderia fazer? O valor de R\$24.000.000,00, deputado Cristiano, daria para bancar algum centro de atendimento.

Então ele tem o dinheiro para aumentar o próprio salário e os salários dos secretários, mas não apresenta o impacto desse aumento e tem a insensibilidade de tirar a perspectiva de criação de um programa. Com esse aumento, ele poderia bancar um grande programa, um programa de exemplo no Estado. E que fosse pelo menos um programa! Quem sabe, com isso, a gente poderia multiplicar para o Estado! Mas ele aumentou o salário dele e dos secretários e não apresentou ainda, deputado, a proposta de reajuste dos servidores.

Aqueles e aquelas que trabalham e que garantem política pública lá no atendimento à saúde, seja administrativamente falando, nos hospitais, seja nos postos de saúde, isto é, os servidores do Estado que atendem a população, não é que eles estejam sem reajuste, mas eles estão sem proposta de reajuste. Imaginem o reajuste em si! E o governador fica, através de interlocutores, falando que vai mandar para a casa da saúde e da educação, mas ele não paga o piso, e nós estamos defendendo isso aqui. O governador fica dando recado e dizendo que vai apresentar, e não apresenta. Isso também vale para a segurança pública e vale para todos e todas as servidoras e servidores do Estado.

Cadê, governador, a proposta? Eu também não sei que proposta é essa; não sei se a proposta é boa ou se é ruim para os servidores, mas ela tem que, pelo menos, existir para que a gente faça o debate e chame os servidores do Estado a discutir o mínimo, que é a recomposição inflacionária ou o seu reajuste. Então o mesmo governo, que prega a novidade, que prega a eficiência, que é capaz de agilizar o seu próprio aumento, não apresentou ainda esse aumento aos servidores.

Então, pelo compromisso que a gente tem com o serviço público e em função do serviço público prestado ao cidadão que propriamente dele depende – nós não estamos falando daqueles cidadãos mineiros que não dependem do serviço público, mas falando da grande maioria de trabalhadores e trabalhadoras que dependem do serviço público, que têm seus filhos nas escolas, que dependem da segurança, que dependem do atendimento do SUS –, cabe a nós fazer com que os servidores sejam, no mínimo, ouvidos; que eles possam discutir a proposta do governo; e que a gente, obviamente, possa fazer aqui o debate político e votar.

Mas hoje nós não temos nem essa proposta.

Então, é inaceitável... Isso foi uma discussão de todo o nosso bloco, de todos os nossos deputados e deputadas. Eu estou sendo apenas um porta-voz. Não é uma questão minha, é uma questão dos deputados e deputadas, dos nossos 20 deputados e deputadas. É inaceitável continuar tramitando apenas interesses do governo, como tramitou aqui interesse apenas dele de reajustar o próprio salário, e a gente não ter na pauta um indicativo de reajuste para todos os servidores. Então, nós vamos continuar, deputado, fazendo essa obstrução, aguardando uma resposta do governo do Estado sobre qual é a sua proposta para os servidores.

Aí, sim, se há outros projetos, como a gente sabe que há e está na pauta projeto de incentivo fiscal para locadoras... Minas Gerais já tem um incentivo para todas as locadoras. Você, cidadão, cidadã, você, eu, todo mundo que tem um carro paga 4% de IPVA. As locadoras, para permanecerem em Minas e terem incentivo para gerar emprego e renda no Estado, apesar de deixarem de arrecadar para o Estado em razão do grande benefício que têm, não pagam 4%, elas pagam 1%. Só que, desde 2017, há uma lei aprovada nesta Casa que corrige uma distorção, porque as locadoras têm usado o benefício da locação de veículos para pagar 1%, e depois elas vendem os carros. O seminovo. Porque existe a locadora, e ela cria uma outra empresa, que é a de venda de seminovos. Então ela ganha o benefício fiscal de não pagar o imposto de 4% – ela tem incentivo para ficar em Minas, essa é uma outra discussão –, mas, quando põe para vender, ela não se encaixa mais no benefício de locadora para pagar 1%. Ou seja, ela passa a ser uma vendedora de veículos, mas estava pagando 1%. Então, em 2017, nós aprovamos uma lei nesta Casa que corrige o que nós acreditamos ser uma distorção, sem mexer, guardadas as opiniões divergentes nesse caso, no benefício de 1% da locadora. Então, a partir do momento em que ela vende, se ela vendeu em fevereiro, se ela vendeu em junho, se ela vender neste mês, ela passa a pagar – olhem como é justo –, ela passa a pagar 4% de IPVA daquele veículo. E paga proporcional, não é nem retroativo. Ou seja, se ela vendeu agora, nos quatro

meses em que ela alugou para trás, deputado Cristiano Silveira, valeu 1%, é o benefício da locação. A venda não tem o benefício da locação. Aí entra naquilo que é natural. Se você vende seu carro, se eu vendo o meu e compro de outro, eu vou pagar 4%, como qualquer concessionária ou qualquer loja de venda de veículos. Qualquer um que está assistindo à reunião de casa, na sua cidade, pergunte para o vendedor de carro que tem lá 20 carros, 10 carros, 30 carros... Sei lá o tamanho da loja de venda de carros. Pergunte quanto ele paga de IPVA quando ele compra e quando ele vende. Ele paga 4%! Por que as locadoras vão carregar um benefício que não é sobre a venda, é sobre a locação? Sem discutir o benefício da locação! Eu não estou entrando nesse mérito.

Então, nós temos essa lei. O governo Zema quer fazer o quê? Ele quer... As locadoras já devem cinco anos. Desde 2017 elas não estão pagando essa diferença – dependia de uma regulamentação, que venceu agora. Elas não estão pagando. Então, elas devem ao Estado cinco anos de recolhimento de imposto sobre essa diferença de venda. Elas já devem isso ao Estado. Olhe só, a gente podia pegar esse dinheiro e fazer centro de atendimento ao autismo. Dá para fazer muita coisa! Ou podia fazer outros programas ou discutir um reajuste, um benefício para os servidores, ou criar outros programas ou tapar buraco, porque ele não tapa buraco. Quantas demandas existem? Se há problema na Fucam, poderia investir dinheiro na Fucam. Dinheiro, o governo, se ele cobrar das locadoras... Mas a gente sabe que certas locadoras é que mais investiram na campanha do governador Zema. Elas é que mais deram dinheiro para Zema, trabalham no governo e têm interesse: “Zema, lembra aquele dinheirinho que eu lhe dei na campanha? Tire esse meu imposto aqui, porque...”. É assim que parece – não vou ser leviano aqui –, parece que está acontecendo.

Então, esse projeto está na pauta, ele vai bater na porta da Assembleia, e nós vamos discutir com os deputados e as deputadas para se ter um novo modelo e cobrar dessas locadoras essa dívida e, ainda, que seja implementada a regra de que, a partir de agora, será cobrada essa diferença. Então, vejam os interesses do governo. Qual é o interesse do cidadão comum, trabalhador, que está lá no posto de saúde, que está com a sua criança na escola, que está reclamando porque está faltando alguma coisa, porque as escolas estão precárias, porque falta estrutura? O que ele tem a ver com uma locadora que não paga imposto e está devendo para o Estado? Diretamente, talvez nada, não impacta a vida dele; mas, indiretamente, sim, na hora em que ele reclamar do governo e o governo falar que não tem dinheiro. O que ele tem a ver com isso? Tudo! Porque o governo está abrindo mão de receber dinheiro, dinheiro este que poderia ser usado para atender a demanda dessa legítima reclamação.

Então, o nosso trabalho conjunto, deputado, é de exatamente obstruir para chamar a atenção dos deputados que estão aqui para o fato de que essas pautas não podem tramitar, não podem andar, não podem correr nesta Casa sem a devida discussão, sobretudo com a sociedade, sejam aqueles e aquelas que acompanham, sejam aqueles e aquelas que, obviamente, no dia a dia, não têm condições de acompanhar, mas, pelo interesse nesses assuntos, se envolvem com eles. E a gente está pedindo que eles se envolvam exatamente nesse assunto, porque nós não podemos deixar passá-lo. Então, a nossa obstrução, ela tem motivo, ela tem causa, que não é sua, não é minha, não é do Cristiano; ela é coletiva, é a favor do cidadão. Esses projetos não podem tramitar dessa forma, e outros que são de interesse da sociedade precisam vir para cá. O governo tem de mudar seu pensamento, se não por princípio, que seja pela obstrução, pela cobrança nossa. E assim nós vamos continuar obstruindo aqui. Obrigado, deputado.

O deputado Leleco Pimentel – Eu quero destacar a qualidade da intervenção do nosso líder, deputado Ulysses, em diapasão – diapasão, para os músicos, é quando se afina, é quando se tem um concerto com “c”, que coloca as vozes para cantar numa mesma tonalidade –, com a qualidade das intervenções que aqui se sucederam. A primeira, do deputado Cristiano, fez uma defesa, apresentou toda a mobilização da sociedade, mostrou há quanto tempo ele vem se envolvendo e o quanto foi, vamos dizer assim, sensibilizado e atingido pela causa da pessoa com espectro de autismo. Assim também, na sua intervenção, o deputado Ulysses trouxe a questão do diagnóstico permanente da pessoa com espectro de autismo e que havia uma ingerência do Estado, colocando um tempo, um marco temporal para que esse diagnóstico tivesse validade para o serviço, para o acesso ao serviço.

Portanto duas intervenções que dizem respeito a esse veto; e eu digo: malfadado, maldito e cruel veto do governador, porque, como disseram, mata a esperança sem ter, inclusive, a responsabilidade de pensar na regulamentação. O que traz a proposta

dos centros de referência da pessoa com espectro autista? É que profissionais... E aqui chamo a atenção para os profissionais de fonoaudiologia, psicologia. Quais são mais, deputado Cristiano? Terapeutas ocupacionais, neuropediatras, psicopedagogos. Todos profissionais, pessoas que levam tempo e recurso da sua vida para se formar, tendo a expectativa de poder colocar a sua formação a serviço do outro; e são mortos também, na sua expectativa, com esse malfadado veto do governador, que vem pela boca do secretário de Governo. Parece ser uma pessoa que deve saber muito bem jogar uma pelada de futebol, mas não entende bem onde está atuando na Secretaria de Governo. Nós temos recebido aqui, deputado Cristiano, na Casa, respostas da Secretaria de Governo que dizem assim: “O requerimento que o senhor trouxe nada tem a ver com a nossa Secretaria de Governo”. É assim que tem respondido aos requerimentos nossos. É como se ele, secretário de Governo, não tivesse a incumbência de uma relação com os demais secretários do governo, dizendo que talvez, naquele momento, estivesse mais preocupado com a pelada de futebol ou com alguma coisa de interesse particular da sua vida do que em trazer uma resposta do serviço que o governo tem que dar para o povo de Minas Gerais.

Então é aqui que a gente entra também, fazendo coro neste PPAG, porque aqui se trata da revisão do PPAG. Para o povo nosso que não está muito acostumado com essa linguagem, o Estado é regido por um planejamento plurianual que trata dos quatro anos. A cada ano que é eleito, um governador vive um ano de orçamento que é do ano anterior e planeja, naquele ano em que toma posse, a partir da sua eleição, os quatro anos subsequentes. Isso vale para prefeitos, isso vale para os governadores, isso vale para o governo federal. Nós estamos no ano em que Zema ainda está vivendo o Plano Plurianual de Ações Governamentais – aqui se chama PPAG; no governo federal, PPA; e, nos governos municipais, também PPA. O Zema está vivendo este ano aquilo que ele planejou no primeiro ano de governo, quando disse que não era político e que queria trazer uma eficiência para o Estado daquilo que não conhecia. Pois bem! Quando ele traz o Plano Plurianual de Ações no primeiro ano em que foi reeleito, ele traz algumas peças políticas que são representativas num projeto de lei chamado Reforma Administrativa. Assim, como outros projetos de lei, entram nessa que é aquela forma como ele planejou viver o seu último ano de PPAG. É importante que a gente tenha essa didática para que quem está acompanhando compreenda como é que essas leis funcionam ou como não funcionam, porque o que você nega, quando está vivendo o último ano de planejamento do seu orçamento ou das suas ações governamentais, dos programas é que, de alguma forma, mudou de plano. E é isso que o Zema tem demonstrado; ele mudou até de conversa, ele mudou, inclusive, até a sua figura, porque agora ele está mais interessado, deputado Cristiano... Para não dizer aqui das locadoras, para não dizer aqui de vetar centros de referência de tratamento e atendimento à pessoa com espectro de autismo. E ele resolveu colocar muito dinheiro para fazer a propaganda daquilo que dizia não ser. Ele agora...

Eu me lembro das propagandas da Globo, daquele garoto-propaganda do Bombril. Ele ficou durante anos, até perder os cabelos, fazendo ali propaganda do Bombril. Para quem não entende o que é ortodoxia, talvez a caixinha de Maizena e aquela embalagem do Bombril sirvam para a gente entender o que é. Ortodoxo é aquilo que não muda, nunca muda. A caixinha de Maizena não é amarelinha por fora com um escritozinho em preto a vida toda? O Bombril também não era assim? Eu não quero aqui fazer propaganda para a esponja de aço nem muito menos para o amido de milho; porém, isso significava que alguém deveria ser um garoto-propaganda durante anos daquela mesma marca que queria vender. O Zema, que vendeu uma campanha em que seria um governador eficiente, em que seria o melhor para o Estado porque era da iniciativa privada, que negava o Estado e que negava tudo, dizia que não ser político era, então, a sua forma de mudar e tornar este estado eficiente. O Zema não só não conseguiu se manter nessa propaganda... Por isso ele não poderia ser contratado nem pela caixinha de Maizena nem pelo Bombril, porque, de imediato, já se lambuzou e gostou de ser aquilo que disse que não iria ser.

Aqui há um paradoxo para a filosofia: quando você diz o que não é para ser o que nunca foi. É interessante porque aqui, na relação talvez de ser e ter, que, para a filosofia e até para a filosofia da vida das pessoas, é uma vocação durante a sua caminhada, ele interrompe essa caminhada dizendo: “Eu, que tenho, vou deixar de ser para servir, porque, no Estado, você não deve nem buscar o lucro nem guardar dinheiro, porque o Estado não é banco; nem muito menos fazer do Estado uma extensão da sua vida particular”. Então ele deixou de ter, ou seja, era dono de uma rede de postos, de lojas e passou agora a ser serviço, porque teve a incumbência, por

meio do voto, de organizar, coordenar e colocar o Estado, que ele dizia que não funcionava, para funcionar. Ora, para o Estado funcionar, a ideia da criação dos Estados nacionais precisa ser buscada na sua origem. Os Estados nacionais... Inclusive, remonta a história que a criação do Estado brasileiro se deu por volta do ano de 1808. Quando Napoleão resolveu invadir a Península Ibérica, que sofreu, Cristiano, com mais de 1.308 ataques e ocupações, uma coisa permaneceu na Península Ibérica muito forte, que era a língua. Os portugueses só não se dissiparam enquanto povo porque a língua permaneceu. E foram durante milênios essas ocupações, até que, em 1808, Napoleão Bonaparte resolveu ocupar e chutou a bunda daqueles que tinham o Brasil como colônia. Eles resolvem acabar com o padroado, que significava: a colônia emana o poder e a colônia cumpre. Nós, então, éramos regidos por leis portuguesas. Em relação à família real, para não dizimar todo mundo, Napoleão fala assim: “Juntem tudo o que vocês têm e casquem fora porque vocês não servem para nada. E agora quem manda sou eu”. O rei resolve juntar cerca de 20 mil habitantes – 20 mil –, coloca-os nas suas naus, nas suas caravelas, junta todo mundo. Inclusive, saquearam a história, saquearam a história de Lisboa, da Torre do Tombo, de todos aqueles lugares, colocaram no navio e vieram para o Rio de Janeiro. Deputado Raul Belém, o Rio de Janeiro só tinha 8 mil habitantes – 8 mil habitantes – naquela época. E vieram de Portugal 20 mil habitantes.

O que fazer com essa quantidade de gente que nada faz? Criaram o Estado. E foi esta a realidade da criação do Estado brasileiro. Foi criado para dar sustentação ao que nós chamamos, hoje, de elite. É bom também buscar lá em Josué, é bom buscar na historiografia o que se fez para a criação do Estado do brasileiro. Criou-se a burocracia, criou-se a manutenção dos privilégios daqueles que vinham da família real, daqueles burocratas da Coroa portuguesa que vieram e se instalaram aqui, que ocuparam o Rio de Janeiro. É esta a herança que o Estado brasileiro teve, a partir do episódio da expulsão desses 20 mil habitantes de Portugal por Napoleão Bonaparte.

E, hoje, 200 anos depois, nós temos este estado. Para ser exato, são 215 anos. E a gente passa a compreender que o Zema subverte a ideia de um estado que passou por transformações. É verdade que o Estado brasileiro sempre foi uma metamorfose que se colocou à disposição daqueles donos do meio de produção, que o ocuparam durante todas as sucessões, desde o café com leite da República Velha, da República da era Vargas, de Juscelino Kubitschek, daquela ditadura implantada no golpe de março de 1964 até a reabertura do regime, no início dos anos de 1980. E a partir da Constituição de 1988, o Estado brasileiro ganha um capítulo especial com a Constituição de 1988, que nós ainda... Até hoje, sabemos dos seus limites e dificuldades, mas compreendemos que a Constituição de 1988 trouxe políticas públicas inscritas em capítulos fundamentais, como este que está em epígrafe nesta discussão do veto do governador.

O SUS – Sistema Único de Saúde – foi apresentado à sociedade brasileira como um dos sistemas universais de acesso universal mais poderosos, que necessita da sua implementação pelo governo federal, pelos governos estaduais e pelos municípios. E, quando se apresenta uma política pública de centro de referência, nós estamos falando do fortalecimento do SUS, nós estamos dizendo que o Estado, agora, tem a chance de buscar as riquezas produzidas pelos trabalhadores, devolvendo em serviço, uma vez que esses trabalhadores colocam toda a sua saúde para poder ajuntar os recursos, o que é papel do Estado.

Então qual é o papel dos políticos? É justamente distribuir essas riquezas por meio das políticas públicas. E isto é o PPAG, deputado Cristiano: é um plano plurianual de ações que não deve estar à mercê do secretário Igor Eto, que não deve estar à mercê do candidato permanente, agora a presidente da República, que resolveu colocar o Estado – aprendeu com Bolsonaro –, resolveu colocar o Estado, com todos os seus recursos, para fazer propaganda para ele todos os anos até as eleições. Por isso é que ele está garantindo quem vai fornecer o dinheiro para as eleições, com a isenção de imposto; por isso é que ele garante que esteja na mídia e que os meios de comunicação estejam à sua disposição, colocando mais dinheiro junto àqueles mecanismos e aos ambientes que vão cuidar da sua imagem, que, agora, não é mais de quem não é da política, porque gostou da política, quer se lambuzar e quer colocar a sua vontade; ele, um neobolsonarista que só deu as caras no segundo turno das eleições de outubro de 2022.

Então todo o nosso trabalho de desmonte dessa farsa, dessa mentira... É por isso que a gente traz aqui capítulos importantes, como a discussão sobre como o governo de Minas Gerais está de joelhos para as mineradoras. E queremos dizer isso por quê? O Estado de Minas Gerais avançou com uma legislação que foi debatida amplamente e discutida nesta Casa, após os crimes da Vale, BHP e Samarco em Mariana, há sete anos; e, em Brumadinho, há quatro anos. E nós estamos falando da morte de 300 pessoas promovida pela Vale, com a responsabilidade e corresponsabilidade do Estado, que não fiscaliza. Por isso as pessoas devem entender o porquê de nós estarmos mantendo essa nossa fala para desmascarar esses vetos do governo, que está de joelho para as mineradoras. E as mineradoras, hoje, comandam uma linha de privatização do Estado, e essa linha está bem definida. Não precisa ser profeta para poder compreender qual é o caminho que pretendem seguir as mineradoras junto à Fiemg e ao governador, ao governo Zema. Eles pretendem colocar tudo o que é importante para a mineradora, tudo o que é importante para exportar a riqueza e deixar a pobreza e a exclusão à disposição desse império econômico. E qual é esse império econômico? Ele quer, primeiro, cuidar de serviços importantes, sem os quais, inclusive, não há vida. O primeiro deles é o saneamento, é a água; é a água que vai faltar na torneira, na caixa d'água do mais pobre e que vai pesar sobre os ombros daqueles que terão que pagar grandes impostos para ter água para beber, para tomar banho, para sobreviver.

O governo do Estado colocou a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – à disposição do capital. Porque, primeiro, ele veio com os ataques de não haver trabalhadores suficientes, de deixar o serviço ser mal avaliado pela população, além de permitir todos os aumentos abusivos das taxas e dos impostos que se cobram sobre este que é um produto natural, mas que precisa de tratamento para chegar à torneira da industrialização. Em muitos casos, é retirado in natura do rio que não tem ali o tratamento de esgoto para a água poder chegar até a torneira. Pois bem, ao sucatear a Copasa, o governo quer colocar na mão das mineradoras, e ele já organizou isso em blocos... O Estado de Minas Gerais inteiro foi distribuído em blocos, que terão a privatização desse serviço de água da população colocado para aqueles que vão oferecer o melhor preço e depois vão cobrar nas suas costas, nas costas do povo, sobretudo dos mais pobres, esse recurso de uma água que não vai ter o compromisso de ter qualidade, que não vai ter o compromisso de ter quantidade, nem o seu acesso, e com tarifas que nós sabemos, são abusivas. Nós trouxemos o caso de Ouro Preto para demonstrar que a privatização do saneamento é um crime contra a humanidade, é um crime contra o povo.

E as mineradoras não querem só o saneamento; elas querem também as estradas. Depois de sucatearem o nosso sistema de escoamento de produção, que dependia muito do desenvolvimento das linhas de ferro, de transporte de carga e de passageiros. Destruíram tudo. A privatização começou com o Fernando Henrique. A gente vai notando que esse neoliberalismo vai só piorando. É por isso que nós apelidamos o Zema de neofacista, porque apoiou o Bolsonaro só no segundo turno, e de neoliberal. O liberalismo não serve mais para o mundo, mas o Brasil, sempre com a agenda atrasada do capitalismo, tem inclusive o neoliberalismo. É por isso, Francisco, que a gente... Estou dizendo aqui para o Francisco, para todas as Marias e para todo mundo que nos escuta, que a gente quer chamar a atenção para a construção do Estado brasileiro a partir de 1808, sempre com uma agenda atrasada do capitalismo. O que não serve mais para os países europeus nem para os Estados Unidos está sendo implementado tardiamente no Brasil. Foi assim com a Revolução Industrial; é assim quando a gente privatiza o saneamento. Nós temos notícia – e é claro, podemos buscar aí, no Google, agora – de que a privatização do saneamento feita nas décadas de 1970 e de 1980, na Europa, está toda sendo revertida, porque o povo já provou que isso não funciona, que isso mata as vidas, que mata o povo e que a carestia desses serviços não permite que país nenhum se desenvolva. É justamente por isso ser fator de soberania. Quando do povo é retirada a condição de desenvolvimento, ele está fadado à morte, está fadado a ser de terceiro mundo, subdesenvolvido e a uma agenda capitalista tardia.

Querem agora a privatização das estradas. E a privatização das estradas só se dá também onde há interesse para escoar, vamos dizer, as commodities. Deputado Raul Belém, eu quero fazer coro aqui: nós estamos falando de mineração, mas estamos falando também do que se exporta da produção agrícola nesse nosso Estado de Minas Gerais. Deveria, por ordem, haver o desenvolvimento da malha ferroviária como um modal importante de escoamento da produção, mas que também pudesse servir para os passageiros, uma vez que nós temos um problema gravíssimo de mobilidade urbana intrarregional, que é hoje um colapso no

Estado de Minas Gerais. Quando se vai aos Estados Unidos vender o lítio, isso não se transforma, no PPAG, em política para o desenvolvimento de um modal de transporte interligado, pode ter um trem de passageiro, pode ter aqui, no caso da região metropolitana, o desenvolvimento também dos modais a partir do nosso...

Eu não posso dizer aqui do metrô de Belo Horizonte, porque são carcaças de trem antigo que estão iguaizinhas aos ônibus. Nós ficamos assustados no Plenário ontem e nesses dias quando vimos as mais de 30 mil notificações, todos os acidentes, e o risco que a população da região metropolitana tem, porque não existe hoje só ônibus. O que você tem aqui são chassis de caminhão onde se coloca lataria velha, conseguindo fazer essa enganação de ser um transporte público. É isso o que tem sido denunciado. As empresas hoje procuram inverter ou subverter a Tarifa Zero, porque querem que o Estado subsidie tudo para as empresas privadas manterem suas frotas e o lucro. Na verdade, o Tarifa Zero ou a proposta de que... Hoje as empresas, por si só, deveriam custear o transporte gratuito dos trabalhadores, porque, afinal, quem leva o lucro do trabalho, a vida dos trabalhadores são as empresas que hoje exploram o serviço cobrando alto tanto do poder público quanto do trabalhador e da trabalhadora. E afinal, é isso o que nós gostaríamos de ver refletido no PPAG, sendo assumido pelo governo do Estado, que é o indutor de políticas públicas nas duas regiões metropolitanas, na região também que nós chamamos assim de urbana, mas que também houvesse esse compromisso no meio rural, para o desenvolvimento de uma política.

Eu ouvi dizer, e a gente precisa checar esses números, que o total da produção brasileira serve para alimentar 1,5 bilhão habitantes do mundo – da produção agrícola brasileira. Isso significa que, se nós temos 33 milhões de brasileiros passando fome, segundo dados também importantes que estão sendo tratados pelo Conselho de Segurança Alimentar, 120 milhões de brasileiros, mais da metade da população, estão em insegurança alimentar pela péssima qualidade dos alimentos e até pela ingestão de agrotóxicos e de alimentos que não trazem a sua nutrição e dietética, vamos dizer assim, correspondente ao que é necessário à nutrição humana. Portanto, o que quero dizer aqui é que a gente gostaria de ver refletida no Plano Plurianual de Ação Governamental a decisão de um governo por respeitar a condição de muitos que se adoeceram e que têm nexos causal até com o que alimentam, com a forma como são tratados.

Nós temos aqui um veto, que se faz diante, parece, de uma cólera, de um ódio político à esquerda. Parece que esse veto, afinal, não encontra razão científica e política para que se sustente, para manter algo tão cruel a um serviço tão essencial. Agora é uma proposição apoiada inclusive, posso dizer, pela totalidade dos deputados desta Casa. Eu quero perguntar qual é o deputado que sobe a esta tribuna para defender que não se tenha centro de especialidade para tratamento da pessoa com espectro autista.

Eu quero fazer este desafio: qual é o deputado ou a deputada que vai subir nesta tribuna para defender esse veto do governador? Então, de igual forma, nós conclamamos, solicitamos, pedimos que os deputados possam também se comprometer em derrubar esse veto. Diante dessa obstrução, provavelmente, na terça-feira da semana que vem, nós teremos a grande oportunidade de impor uma derrota política a esse veto odioso, desqualificado, sem sentido, do governador, que agora, a serviço do capital econômico e de joelhos diante dele, poderia com pouco recurso, comprovado, iniciar esse serviço, para que ficasse gravado na história não como garoto propaganda ortodoxo do grande mercado que o comanda. Isso ele precisa mudar, por isso eu falei de ortodoxia. Se tem uma coisa que mantém Zema como algo que não muda é o lugar de onde ele vem. E qual é o lugar de que ele vem? Qual o pensamento que ele tem? É o pensamento daquele que acha que trabalhador só serve para ganhar poucos salários, baixos salários, trabalhando no balcão de suas lojas, trabalhando nos postos de gasolina; fazendo empréstimo nas suas lojas para os mais pobres, aposentados e pensionistas, aproveitando-se da carência do nosso povo mais pobre. Quando ele tem a oportunidade até de melhorar o poder de compra desses trabalhadores, ele nega o salário para aqueles que, afinal, mantém as suas lojas abertas. É uma contradição! É uma ortodoxia que ele poderia abandonar sem medo de ser feliz! Ele até seria uma pessoa mais feliz, menos jocosa, com uma capacidade de trazer felicidade e esperança em sua fala, em vez de reproduzir apenas o sustentáculo daqueles que querem o Estado inteiro para si e o Estado mínimo para o povo. Esse é o programa de Zema! Vão olhar no PPAG, então, onde ele coloca recurso e quais são as

políticas públicas. Nenhuma! Afinal, essa é a agenda neoliberal desse ortodoxo, fascista, neoliberal Zema, que, por consequente, tem toda uma cadeia de secretários que se ajoelham diante dessa proposta de governo nefasta e que continua, em Minas Gerais, a trazer cada vez mais lucro para as empresas, cada vez mais a pobreza para as regiões, tirando da gente a possibilidade de sonhar e de ter esperança.

Quando se tira água do povo, quando se tira o alimento do povo, quando se tira a riqueza do povo e coloca no bolso daquele que o explora, essa matemática não vai dar num bom lugar. Vai dar na riqueza daqueles que não conseguirão colocar a cabeça no travesseiro e pensar que o seu povo continua a passar fome, nas filas do SUS, sem atendimento especializado para uma população que, cada vez mais, cresce em problemas de saúde, que estão ligados a sua péssima alimentação, às violências, que se somam e patrocinadas pelo Estado contra o seu povo.

Eu agora gostaria de dedicar esses últimos 13 minutos a um tema importante que trago como proposição para esta Casa. Nós acumulamos, durante anos, por meio dos movimentos populares e sociais, pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, uma proposta de um desenvolvimento que trate as políticas públicas e a integração desses serviços, na cidade, a partir também dessa reforma urbana, urgente e necessária. A reforma urbana não exclui o campo, porque ela trata da segurança alimentar, ela trata do fortalecimento da agricultura familiar e do acesso às políticas públicas. Mas existem mazelas que são importantes de serem trazidas, como o saneamento universal, com água de qualidade, em quantidade e com tarifa justa, assim como a mobilidade urbana que se faz necessária com planejamento do transporte público, também com qualidade e com tarifa justa. Quero dizer até, como já disse, que os empresários, por si só, de tanta exploração, devem manter o transporte público sem nenhum prejuízo para as suas ações, porque os trabalhadores já dão quatro, cinco horas do seu tempo para o transporte de péssima qualidade e, quando chegam ao trabalho cansados, ainda passam mais uma longa jornada, lembrando aqui das longas e exaustivas jornadas de trabalho do período pré-industrial.

Eu quero chamar a atenção para o nosso Projeto de Lei nº 195/2023, que institui a Política Estadual de Produção Social de Moradia por Autogestão e dá outras providências. Nós tivemos a aprovação do PL nº 195/2023, que incluiu, no capítulo da política estadual de habitação de interesse social, o desenvolvimento da produção social da moradia, por meio da autogestão, da solidariedade, que regem o princípio da proposta que nós teremos aprovada, se Deus quiser, nesta Casa, com o apoio das populações em situação de rua, dos movimentos populares, dos mais de 9 milhões de pessoas que chefiam famílias, sejam monoparentais, sejam mulheres responsáveis pelo núcleo familiar, que aguardam o Estado cumprir esse dever de prover moradia, não moradia que vai sustentar o mercado, porque moradia não é mercadoria.

Esse projeto de lei, de nossa autoria e dos movimentos populares, propõe a Política Estadual da Produção Social de Moradia por Autogestão, direcionada à habitação de interesse social, que se rege pelos seguintes princípios: a dignidade da pessoa humana, porque a unidade da família é também a pessoa monoparental que assim escolheu ou que, por alguma razão, é só. É direito social a moradia digna também, com participação social, exercício da cidadania, para que a gente possa afinal colocar aquilo, que é das nossas mãos que se produz, com o nosso trabalho, à nossa disposição também. Se o pobre faz casa para rico, poderá ele também fazer a sua própria casa, a sua moradia digna, com o esmero com que faz para aqueles que têm recurso e farão também para aquele que produz tudo a partir dos recursos que o Deus da vida deixou à disposição da humanidade.

A inclusão socioeconômica, a função social da propriedade e da cidade. Eu quero lembrar que a função social da propriedade foi dita, primeiro, no final do século XIX, quando ainda Leão XIII fez esse aporte dentro da sua Rerum Novarum, que são as coisas também que precisam ser ditas a partir da religião, a partir da participação em sociedade, que é tratar a função social da sociedade.

Hoje a gente tem conhecimento de que a especulação tomou conta de quase tudo. Nós temos um número de propriedades produzidas, deputado Raul Belém... Se os vazios urbanos e as casas ociosas forem somadas no Sudeste, elas serão capazes de dar

moradia para cada um que não tem casa. Por isso não se pode alimentar a especulação imobiliária com um bem tão importante, que é o bem de uso; por isso a função social da propriedade.

A sustentabilidade ambiental. Afinal nós também estamos tratando de uma era do desperdício, do que não se pode refazer a partir dos materiais que estão inutilizados, daquilo que é um bem, que é um serviço ambiental: retirar do meio ambiente aquilo com que nós estamos tendo problema nas cidades, que é o que nós chamamos de lixo e que aqui é uma grande riqueza. É sustentabilidade ambiental porque trata também de técnicas que são acumuladas pela humanidade, como, por exemplo, a permacultura, e que são formas de a gente trazer a sabedoria. As pessoas da zona rural ou as populações e povos indígenas ou também os nossos povos quilombolas trazem ensinamentos também de como retirar com sustentabilidade aquilo que é para sua sobrevivência, e não aquilo que é para sobrar, aquilo que é para o bem do capital. Por isso essa política pública tem por finalidade estimular o associativismo e o cooperativismo habitacional por meio da autogestão na produção social da moradia e da ajuda mútua entre associados, assegurando o protagonismo da população na solução dos seus problemas habitacionais em consonância com a necessidade, uso e costumes locais.

Este projeto de lei vem trazer também o significado, que para nós é importante trazer aqui à baila, dos debates de como é que nós vamos ter um sistema financeiro de habitação que coloca o lucro para os bancos ou para as empresas que querem produzir moradia quando na verdade levam até o tamanho da nossa moradia. Nós produzimos hoje por autogestão em diversos municípios de Minas. Lá em Entre Rios de Minas, nós conseguimos ultrapassar os mais de 50m<sup>2</sup> porque somos nós quem contratamos, a partir do sem-teto, o arquiteto, o engenheiro; somos nós quem definimos como vão ser as compras, fazendo com que os orçamentos e o valor também desta compra sejam majorados numa compra em quantidade coletiva. Nós sabemos também que a gente pode afinal escolher a cor da cerâmica da casa em que a gente vai morar. A gente vai aprendendo que o sistema hidráulico e elétrico pode ser dominado por aquele que vai morar na casa para que, em uma manutenção necessária, ele também domine a técnica e possa não permitir que algum estrago mais grave ocorra no lugar onde vai morar.

É importante que a gente tenha também aqui construídos os conceitos que são importantes para a nossa habitação, porque há uma contrapartida em que os moradores, numa busca, vamos dizer, ainda sem território, uma busca desterritorializada, vão criar uma comunidade até antes de morar, o que minimiza a relação e os conflitos sociais no pós-morar. E isso cria uma comunidade antes mesmo de ela existir, o que nos capacita a dizer que, se nós temos problemas sociais que hoje são tratados pela polícia, nós podemos encontrar soluções a partir da nossa organização; afinal, se nós somos um problema social, nós é que somos a solução para ele, porque são os trabalhadores que são chamados a intervir em todo o conflito social.

E a gente compreende então que esse processo é socioeducativo, ele tem uma função pedagógica. É por isso que a autogestão é uma ferramenta que, no projeto de lei nacional, a União Nacional por Moradia Popular, junto do Fórum Nacional de Reforma Urbana, a partir do aprendizado que tivemos no Conselho Nacional das Cidades... Eu pude permanecer naquele conselho, que foi criado com o advento do governo Lula e que criou o Ministério das Cidades e, por conseguinte, as conferências nacionais e o Conselho das Cidades. Nós pudemos ali estimular, propor, criar políticas públicas, dentre elas, o Minha Casa, Minha Vida Entidades, que permitiu a produção de mais de 300 mil unidades, inclusive prédios, por meio de autogestão.

E bebemos na fonte das cooperativas uruguaias, que completaram 50 anos na produção social, por isso o Viva Pepe Mujica! vive; assim como a Fucvam, que são as mais de 400 mil cooperativas de trabalhadores que trabalharam também para moradia; assim como, na província de Buenos Aires, já temos também uma proposta inicial desta lei; e lá também no Chile. Os povos latino-americanos recuperam, a partir da plataforma bolivariana dos povos latino-americanos, esta ferramenta socialista que nós chamamos de autogestão. Lá se pratica nas fábricas, nas creches, em toda a forma de organização do trabalho; a autogestão é um instrumento, é uma forma, é uma proposta de transformação.

Então, o nosso Projeto de Lei nº 194 vai estimular – o 194 e o 195 – que o governo de Minas Gerais possa empreender no seu PPAG, que vai começar a ser elaborado para os próximos quatro anos, a retomada da produção de moradia no Estado. Não se



pode abandonar a Cohab para que ela privatize os terrenos que as prefeituras ofertaram a ela para depois ela devolver em moradias para suprir um déficit habitacional que todas as prefeituras têm.

Deputado Raul Belém, o senhor também já teve essa experiência à frente do Executivo. O déficit habitacional é causa de uma das mazelas mais cruéis porque não há nada mais cruel do que se pagar aluguel: você paga aquilo que tira do seu sustento e salário, aquilo que tira quase o seu dinheiro para comer. O dono do imóvel vê que aquele dinheiro é tão pouco que ele acaba gastando aquele recurso para a manutenção do imóvel. Essa relação é cruel porque não resulta num bem para nenhuma das partes, apesar de que existe muita gente que vive de inúmeros aluguéis. A relação do aluguel pesa como uma hipoteca sobre os ombros dos pobres. Por isso, retomar uma política de moradia dentro do PPAG em consonância com as políticas públicas...

E aqui eu quero fazer coro com os que falam da importância de termos também a nossa política de centros de referência para pessoas com o espectro autista e com todas as outras deficiências do Estado de Minas Gerais. Que isso seja também aqui estímulo para que cada pessoa tenha uma casa, pois todo trabalhador tem direito à moradia digna. Por isso esta sustentação neste Plenário diz respeito à defesa das políticas públicas e dos mais pobres.

### **Questão de Ordem**

O deputado Leleco Pimentel – Presidente, eu peço o encerramento de plano para que a gente tenha condições também de levar essa nossa narrativa e convencer o povo e os deputados da importância de derrubar esse veto cruel do governo Zema.

### **Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/5/2023**

### **Presidência do Deputado Duarte Bechir e Dr. Maurício**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 619, 701, 720, 743, 744, 746, 757, 758, 764, 765, 772, 774, 776, 777 e 779 a 788/2023; Requerimentos n°s 1.816, 1.818, 1.831 a 1.842 e 1.852 a 1.854/2023 – Oradores Inscritos: Discurso da deputada Macaé Evaristo; Registro de Presença; discurso do deputado Doutor Jean Freire; Questões de Ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Palavras do Presidente – Encerramento.

### **Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Duarte Bechir – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – João Vítor Xavier – Adriano Alvarenga – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Charles Santos – Coronel Sandro – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Fábio Avelar – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leleco Pimentel – Lohanna – Lucas Lasmar – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Nayara Rocha – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

## Abertura

O presidente (deputado Duarte Bechir) – Às 14h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

– O deputado Dr. Maurício, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Correspondência

– A deputada Nayara Rocha, 1ª-secretária *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

## OFÍCIOS

Da Câmara Municipal de Belo Horizonte, encaminhando cópia de requerimento em que essa câmara solicita informações sobre matéria publicada pelo portal de notícias desta Casa, em 12/12/2006, referente a denúncias feitas pela Comissão de Meio Ambiente sobre o depósito da lama e do entulho provenientes da Lagoa da Pampulha no Parque Ecológico Francisco Lins do Rego e na Mineração Lapa vermelha, em Confins. (– À Mesa da Assembleia.)

Da Fundação João Pinheiro, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.012/2023, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 200/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 957/2023, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.683/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.065/2023, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 674/2023, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.169/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Empresa Mineira de Comunicação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 12.627/2022, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.056/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.180/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.181/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.354/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.258/2023, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

## **2ª Fase (Grande Expediente)**

### **Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### **PROJETO DE LEI Nº 619/2023**

Reconhece como patrimônio histórico, cultural e imaterial a Fundação Caio Martins – Fucam.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecida a Fundação Caio Martins – Fucam –, como patrimônio histórico, cultural e imaterial do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de abril de 2023.

Ricardo Campos, vice-presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

**Justificação:** A Fundação Caio Martins é uma instituição com mais de 70 anos de história e que desempenha um papel fundamental na formação de crianças e jovens de das comunidades rurais em Minas Gerais, principalmente no Norte de Minas. Sua atuação se dá por meio de programas educacionais, culturais, esportivos e sociais, que contribuem para o desenvolvimento integral de seus alunos.

Além disso, a Fundação Caio Martins é reconhecida por suas atividades que promovem a inclusão social, a cidadania e a valorização da cultura de nosso estado. Dessa forma, a instituição se configura como um patrimônio histórico, cultural e imaterial de Minas Gerais, pois preserva e valoriza a identidade cultural e a história do estado.

A criação dessa lei reconhecendo a Fundação Caio Martins como patrimônio histórico, cultural e imaterial de Minas Gerais é de extrema importância para garantir a preservação e valorização da instituição, bem como para incentivar outras instituições a seguir o exemplo da Fundação Caio Martins em sua atuação social e cultural.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Governador Romeu Zema Neto. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 359/2023, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 701/2023**

Acrescenta dispositivos à Lei nº 23.852, de 30 de julho de 2021, que institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate à Depressão.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 2º da Lei nº 23.852, de 30 de julho de 2021, inciso IV e parágrafo único, da forma seguinte:

“Art. 2º – (...)

(...)

IV – estimular a prevenção e o combate à depressão e ao suicídio entre os profissionais vinculados às forças de Segurança Pública.

Parágrafo único – Para a consecução dos objetivos de que trata o inciso IV deste artigo, o Estado poderá realizar parcerias com:

a) instituições de ensino superior ou;

b) grupos ou projetos que tenham por objetivo prestar apoio espiritual e social, sejam elas de origem física, psicológica ou espiritual, aos membros das Forças de Segurança.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de maio de 2023.

Charles Santos (Republicanos)

**Justificação:** A saúde mental dos membros das Forças de Segurança é uma questão muito importante e que muitas vezes é negligenciada. Os profissionais são expostos a situações estressantes e traumáticas regularmente em seu trabalho, o que pode levar a problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e outros distúrbios psicológicos.

Além disso, muitos profissionais das Forças de Segurança enfrentam uma cultura de estigma em relação à saúde mental, o que pode levar a um medo de buscar ajuda e tratamento. Isso pode ser amenizado se estes profissionais tenham o acesso ao atendimento psicológico facilitado pelo Estado.

É importante que as Forças de Segurança forneçam recursos e apoio para a saúde mental de seus profissionais, incluindo acesso a serviços de aconselhamento e psicoterapia, treinamento em gerenciamento de estresse e trauma, e uma cultura que encoraje os profissionais a procurar ajuda quando necessário. O Estado pode contribuir para garantir o apoio necessário aos profissionais das Forças de Segurança atuantes em Minas Gerais.

A falta de atenção à saúde mental dos policiais pode levar a problemas de desempenho, absenteísmo, rotatividade e até mesmo suicídio.

Além do apoio do Estado às Forças de Segurança, é importante que os próprios profissionais assumam a responsabilidade por sua saúde mental e bem-estar. Isso pode incluir a busca de ajuda quando necessário, a manutenção de um estilo de vida saudável, o estabelecimento de relacionamentos positivos e o engajamento em atividades que promovam o relaxamento e o alívio do estresse. A presença de pessoas habilitadas a prestarem estes suportes é fundamental para que os profissionais atinjam tais objetivos.

Também é importante que a sociedade em geral entenda a importância da saúde mental dos profissionais da Segurança Pública e trabalhe para reduzir o estigma em torno do assunto. Isso pode incluir a promoção de uma cultura de apoio e compaixão para aqueles que trabalham em profissões de alto estresse, como a polícia, os carcereiros, dentre outros profissionais, e a garantia do Estado de que os recursos de saúde mental estejam disponíveis e acessíveis para aqueles que precisam deles.

A saúde mental dos membros das Forças de Segurança é uma questão importante que deve ser abordada de forma séria e abrangente. O Estado deve garantir suporte para que as Forças de Segurança possam fornecer recursos e apoio para a saúde mental de seus profissionais, enquanto os próprios profissionais devem assumir a responsabilidade por sua saúde mental e bem-estar. A sociedade em geral também deve trabalhar para reduzir o estigma em torno da saúde mental e garantir que os recursos estejam

disponíveis e acessíveis para aqueles que precisam deles. A saúde mental é uma parte importante da saúde geral, e cuidar da saúde mental dos membros das Forças de Segurança é crucial para garantir a segurança e o bem-estar de todos.

Pelo exposto, solicito o apoio dos meus nobres pares para a aprovação desta proposição.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado João Leite. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.380/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 720/2023

Institui o programa de capacitação profissional e geração de renda para vítimas de violência doméstica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o programa de capacitação profissional e geração de renda para vítimas de violência doméstica, destinado a desenvolver e fortalecer ações voltadas à promoção da autonomia financeira das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, promovendo medidas de qualificação profissional, de geração de emprego e renda e inserção no mercado de trabalho.

Art. 2º – São diretrizes do programa:

I – oferta de condições de autonomia financeira, por meio de programas de qualificação profissional, de geração de emprego e renda e de intermediação de mão de obra;

II – capacitação e sensibilização permanentes dos servidores públicos para oferta de atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, observados os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não revitimização;

III – acesso a atividades ocupacionais e à renda, por meio da oferta de oportunidades de ocupação e de qualificação profissional.

Art. 3º – O Programa consistirá em:

I – Mobilizar empresas para disponibilizarem vagas e oportunidades de trabalho para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar que possuam medidas protetivas;

II – Criar e atualizar banco de dados de empresas interessadas e as vagas disponibilizadas por estas;

III – Encaminhar mulheres em situação de violência doméstica e familiar para vagas de emprego disponíveis nos bancos de dados;

IV – Incluir mulheres em situação de violência doméstica e familiar em atividades ocupacionais remuneradas, através de capacitação pelos órgãos estaduais ou por entidades conveniadas;

V – Encaminhar mulheres em situação de violência doméstica e familiar em programas, projetos, atividades e ações promovidas pelo Estado.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2023.

Enes Cândido, vice-presidente da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer (PP).

**Justificação:** O presente projeto visa oferecer uma alternativa a mulheres que são dependentes financeiramente, ou até mesmo, emocionalmente de seus companheiros (agressores), visto que essa dependência, principalmente econômica, faz com a vítima não consiga reagir diante da situação, nem tão pouco se manter financeiramente fora do lar.

O programa surge com ideia de oferecer alternativas a essas mulheres de forma a capacitá-las profissionalmente, promovendo sua emancipação e gerando renda.

A ideia é permitir que a mulher que tenha sido vitimada por atos que caracterizam violência doméstica possa ter vida digna ao escolher abandonar seu parceiro agressor.

Em todo o Brasil, somente em 2021, 3.878 mulheres foram vítimas de homicídio. Os casos registrados como feminicídio, que é quando a vítima é assassinada pelo fato de ser mulher, chegaram a 1.341, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

De acordo com um relatório da Polícia Civil de Minas Gerais, 155 mulheres foram vítimas de feminicídio naquele ano. Em 2022, foram 163, além de outras 195 tentativas de feminicídio.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Charles Santos. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 49/2023, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 743/2023

Dispõe sobre a sinalização de torres e linhas aéreas de transmissão de energia elétrica, no âmbito do Estado, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Torna obrigatória a sinalização, com pintura em cores, que possibilitem ao piloto de aeronave identificá-la apropriadamente, como sinal de advertência, as torres ou linhas aéreas de transmissão de energia elétrica, telefonia, internet, ou qualquer outra edificação, que estejam em um raio mínimo de 10.000 metros de aeroportos ou helipontos, por parte das companhias, concessionárias ou permissionárias que utilizem esses meios para a prestação de serviços.

Art. 2º – As sinalizações de que tratam esta lei deverão acompanhar as seguintes diretrizes:

I – As torres e edificações deverão ser pintadas em cores vivas e de fácil identificação, de sua base até o topo;

II – Deverão ser alocadas placas de sinalização e advertência de forma complementar à pintura;

III – Poderão ser colocadas luzes de sinalização, como “giroflex”, desde que não atrapalhe a visão do piloto;

IV – As linhas de transmissão deverão utilizar esferas com cores de advertência de forma a permitir a sinalização para o tráfego aéreo em suas adjacências.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 90 dias.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2023.

Adriano Alvarenga, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (PP).

**Justificação:** Em novembro de 2021 o país perdeu uma de suas maiores artistas daquela época. Marília Mendonça, cantora sertaneja, faleceu aos 26 anos, vítima de um acidente aéreo que deixou todo o país de luto.

Após quase dois anos do acidente, o Relatório final do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – Cenipa –, concluiu que não houve falha humana nem mecânica no acidente, mas sim a falta de identificação em uma rede elétrica da Cemig que pode ter sido determinante para o acidente.

Dessa forma, a fim de tentar evitar novos acidentes que possam tirar a vida de diversas pessoas, propomos este projeto de lei que busca melhorias na segurança de todos os passageiros e tripulantes de aeronaves que sobrevoam nosso Estado.

Por fim, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

## PROJETO DE LEI Nº 744/2023

Dispõe sobre a criação de política de amparo e cuidados à mulher em uso abusivo de álcool.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Estado de Minas Gerais deve fomentar uma política de amparo à saúde específica da mulher em uso abusivo de álcool, bem como à de sua família.

Art. 2º – As diretrizes da política devem oferecer assistência psicossocial e ambulatorial à mulher em uso abusivo de álcool, por meio de um processo de recuperação integral, pautado na redução de danos, com medidas de reinserção social, tratamento de saúde específico, e com reconstrução dos vínculos familiares.

Art. 3º – As políticas de combate ao abuso do uso do álcool deve prever a assistência integrada aos familiares atingidos com auxílio na área social, na psicológica e na saúde.

Art. 4º – Deve ser garantido, de forma articulada e integrada, o acesso da mulher em uso abusivo de álcool, bem como o de seus familiares, aos equipamentos da Rede SUS e SUAS, de acordo com as necessidades de cada beneficiada.

Art. 5º – Deve ser garantido um trabalho articulado entre os envolvidos na atenção à mulher em uso abusivo de álcool, visando à manutenção da confidencialidade na atenção em relação aos dados pessoais de cada uma das mulheres assistidas.

Art. 6º – O Poder Público deve realizar ações periódicas, de forma intersetorial, ressaltando a importância da política de amparo à mulher, com alertas quanto à prevenção do uso abusivo do álcool.

Art. 7º – O Poder Público poderá requerer às instituições públicas e privadas que atuam na prevenção ao abuso do álcool, informações, pesquisas e adequação nos métodos para sua realização.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2023.

Marli Ribeiro, vice-presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas (PSC).

**Justificação:** Nossa intenção com este projeto é construir uma proposta de proteção e auxílio às mulheres que sofrem com esta chaga da sociedade: o abuso do álcool.

Uma política estadual de amparo e cuidado com a dependência do álcool específica para as mulheres é fundamental para o direcionamento de ações públicas, com impacto relevante na saúde da mulher e de seus familiares que vivem esse drama.

Sabe-se que as mulheres, em termos biológicos são mais vulneráveis ao álcool que os homens, pois a concentração da substância no sangue delas é bem mais alta quando comparadas aos homens.

A mulher, quando dependente do álcool, sofre muito mais preconceito na sociedade, além de maiores danos em sua saúde. O preconceito contra a mulher dependente do álcool é tão grande, que ela é considerada imoral, e não doente, considerada antes uma perversa, e não uma pessoa que necessita de auxílio.

A família, por consequência, sofre muito. Em grande maioria delas, a mulher, chefe da casa, arrimo da família, provedora dos recursos, quando entra na espiral do vício alcoólico, torna-se ausente no lar, causando um estrago enorme na família e sociedade.

Necessário, e fundamental, portanto, que seja suprida a carência do atendimento a este público, com o aumento de centros de tratamento especializados, sendo obrigação do poder público a implementação urgente de uma política sólida de auxílio à saúde da mulher e dos seus familiares nos casos acima indicados.

O tratamento digno das mulheres em uso abusivo de álcool é fundamental para o seu direcionamento ao tratamento e acompanhamento, prestando auxílio a elas e seus familiares, tão vítimas do vício como elas.

A capacitação de equipes de saúde, sejam elas fixas nos atendimentos dos postos, como itinerantes nas comunidades, é uma estratégia necessária para a consecução dos objetivos da política pública. Necessário que se capacite a assistência social, os agentes de saúde, enfim, toda a rede que se entrelaça no tratamento, para que haja efetividade nas ações.

Os diversos “braços” do Estado devem ser acionados, desde a segurança pública até a educação, passando pela saúde e planejamento. Enfim, uma obra de grande tamanho para o Estado.

A atuação preventiva é o melhor caminho, alertando-se as meninas acerca dos malefícios da doença, e criar campanhas pedagógicas sobre o tema é fundamental para um tratamento digno e eficaz, que tem sido, por muitas vezes, negligenciado.

O último levantamento do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas – Vigitel –, plataforma do Ministério da Saúde, mostra que, de 2010 a 2018, o índice de mulheres de 18 a 24 anos que bebem além do recomendado cresceu de 14,9% para 18%. Já na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – Pense –, as adolescentes que consomem álcool subiram de 55% para 67,4% no período de 7 anos. Na faixa etária dos 35 aos 44 anos, esse índice passou de 10,9% para 14%.

Antes deste período, segundo o IBGE, os homens faziam uso abusivo do álcool sete vezes mais do que as mulheres. Atualmente, a prevalência entre os sexos é cada vez mais semelhante. Entre as que bebem, uma em cada quatro mulheres fazem consumo excessivo de bebidas alcoólicas, sendo que 2% desenvolve algum grau de dependência. De acordo com o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – Obid –, até 2030, o número de mulheres dependentes do álcool deverá ser igual ao dos homens.

Segundo estudo multicêntrico divulgado pelo National Institute on Alcohol Abuse and Alcoholism – NIAAA –, no período ovulatório, o consumo alto de álcool está associado a menores taxas de concepção. Normalmente, a chance de engravidar espontaneamente em um ciclo é de 25%. Caso a mulher consuma álcool moderadamente, essa chance cai para 20% e, se alto, a redução é quase pela metade, chegando a 11%.

Segundo a Agência Internacional para Pesquisa sobre o Câncer – IARC –, o risco de desenvolver o câncer de mama aumenta de 7% a 10% a cada dose de álcool consumida diariamente – uma dose padrão de álcool equivale a 14g de álcool puro, o que corresponde a 350 ml (uma lata) de cerveja, 150 ml (uma taça) de vinho ou 45 ml (shot) de destilado.

De acordo com o NIAAA, tomar dois ou três drinques por dia aumenta o risco de hipertensão arterial e 40% a probabilidade de derrame cerebral hemorrágico, além de duplicar o risco de hipertensão arterial.

O fígado é um dos principais órgãos afetados, uma vez que ele armazena o glicogênio (a nossa reserva de glicose, que oferece energia aos animais, inclusive o humano) e o libera aos poucos para a corrente sanguínea. No estudo do NIAAA, foi constatado que as mulheres têm mais risco de desenvolver doenças hepáticas do que os homens. No caso da cirrose, o risco é três vezes maior.

Pelo fato de atuar no sistema nervoso central, é comum o álcool afetar a capacidade cognitiva. Entre as drogas psicoativas ou psicotrópicas, ele é classificado como um depressor.

Segundo pesquisas do Programa Saúde Mental da Mulher – ProMulher –, do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, um dos principais perfis de mulher que abusa do álcool são aquelas em fase de transição do período reprodutivo para o não-reprodutivo (climatério).

De fato: 30% a 40% das mulheres com depressão usam o álcool como válvula de escape; e 15% a 20% das mulheres com bulimia e anorexia fazem uso abusivo do álcool. Além disso, a bebida aumenta quatro vezes o pensamento suicida em mulheres com transtornos.



Parar de beber é a única forma de se livrar do alcoolismo, algo que não é fácil e pode até exigir internação. A falta de bebida alcoólica pode causar a síndrome de abstinência, quando a concentração de álcool no sangue diminui e costuma gerar irritabilidade, ansiedade, taquicardia e suor em excesso. Em casos extremos, pode provocar convulsões e até levar a óbito.

Daí a importância de nosso projeto em oferecer ajuda especializada. O apoio de amigos e familiares é fundamental para a recuperação do alcoolismo, mas não é todo mundo que consegue ter estrutura emocional para lidar com a situação.

A situação é tão grave que, por conta da complexidade do tema, muitas mulheres sequer procuram o atendimento, seja pela vergonha em lidar com o tema, seja pela pecha que a sociedade impõe a tais situações, que se expandem para a família, o que torna importante o engajamento do Poder Público, como um todo, para permitir o acolhimento da mulher e de sua família e para que sejam concedidas as condições para a sua recuperação.

Portanto, face à importância da matéria, apresentamos o presente projeto para que o Poder Público assuma sua função, criando uma política específica para as mulheres, devido à especificidade do problema, pelo que contamos com o apoio dos pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, dos Direitos da Mulher, de Prevenção e Combate às Drogas e de Saúde para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 746/2023

Dispõe sobre a capacitação e treinamento aos profissionais da educação, da saúde e da segurança pública para identificação de sinais de abuso contra crianças e adolescentes.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Estado de Minas Gerais poderá oferecer treinamento e capacitação aos profissionais da educação, da saúde e da segurança pública para identificação de sinais de abuso contra crianças e adolescentes.

Art. 2º – Considera-se abuso qualquer ato comissivo ou omissivo que resulte em negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Parágrafo único – Para os fins desta lei, considera-se:

I – abuso moral: comportamento que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize a criança ou adolescente;

II – abuso físico: comportamento que acarrete sofrimento físico ou lesão;

III – abuso sexual: comportamento que constranja a criança ou adolescente a presenciar ou a participar de ato sexual, mediante intimidação, ameaça, coação, chantagem, suborno ou manipulação.

Art. 3º – Para viabilizar o oferecimento do treinamento ou capacitação, fica autorizada a celebração de parcerias com organizações da sociedade civil e com empresas privadas.

Parágrafo único – O Poder Público poderá promover campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o emprego de atos abusivos de qualquer natureza.

Art. 4º – O Conselho Tutelar e o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente poderão auxiliar na implementação desta lei, cada um dentro do seu âmbito de competência.

Art. 5º – É de responsabilidade do Poder Executivo a disponibilização dos recursos necessários para a realização dos treinamentos, ficando autorizado o uso do espaço e da estrutura de escolas públicas de Minas Gerais.

Art. 6º – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, as quais poderão ser suplementadas, se necessário.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 16 de maio de 2023.

Marli Ribeiro, vice-presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas (PSC).

**Justificação:** Nosso projeto tem por objetivo a criação de mecanismos práticos para a rápida identificação de sinais de abuso contra crianças e adolescentes.

Nossa Constituição Federal, em seu art. 277, informa que é dever da família, da sociedade e do Estado, garantir os direitos da criança, do adolescente e do jovem com absoluta prioridade, pensando sempre no melhor interesse e na proteção integral.

O Estado deve procurar, tanto nas escolas como nos postos de saúde e hospitais, atuar na detecção de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Necessário capacitar nossos profissionais das áreas de saúde e educação para a detecção destes abusos, oferecendo-lhes a devida capacitação para identificar sinais de qualquer espécie.

Os profissionais da educação e da saúde estão na ponta deste processo, sendo fundamentais para a precoce detecção dos abusos, sendo necessário que tenham, além dos instrumentos para denunciar, a capacidade técnica para a identificação dos delitos, sabendo a forma de melhor encaminhar as denúncias às autoridades competentes.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos Pares para a aprovação deste projeto de lei, confiantes que será um instrumento importante para a capacitação dos profissionais e a implementação plena das garantias dos direitos das crianças e adolescentes.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Arlen Santiago. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 486/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 757/2023

Proíbe a remoção de veículo por reboque público ou por empresa prestadora desse serviço quando o responsável pelo veículo estiver presente para efetuar sua remoção.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A medida administrativa de remoção de veículo por reboque público ou por empresa regularmente habilitada para prestar esse serviço só é cabível quando o responsável pelo veículo não estiver presente para efetuar sua remoção.

§ 1º – Considera-se responsável pelo veículo o seu condutor, regularmente habilitado, mediante imediata comprovação no momento da infração.

§ 2º – A condição de condutor do veículo deverá ser comprovada mediante a apresentação do Certificado de Registro do Veículo – CRV –, ou do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV.

Art. 2º – Considera-se remoção a medida prevista nos incisos do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

§ 1º – A remoção será consubstanciada nos seguintes atos, praticados em ordem cronológica:

I – imediata lavratura do auto de infração pelo agente público competente;

II – imediato içamento do veículo e posterior armazenamento em reboque com destino ao pátio de veículos competente para recebê-lo.

§ 2º – O veículo deverá ser devolvido ao proprietário ou condutor, mediante recibo, mesmo que já tenha sido completamente içado.

Art. 3º – O autor da infração que der ensejo ao içamento do veículo ou ao requerimento de reboque estará sujeito a multa prevista no Código de Trânsito Nacional – CTN –, e terá que arcar com os custos operacionais decorrentes do deslocamento do reboque, estabelecidos em tabela oficial estatal.

Parágrafo único – O proprietário ou condutor deverá retirar imediatamente o veículo da situação irregular de infração de trânsito, sob pena de novo içamento e reboque do veículo.

Art. 4º – O proprietário do veículo rebocado não será obrigado a arcar com diárias em depósito público de veículos ou assemelhado nem com tarifa pelo uso do reboque, se provar que estava presente no momento da autuação pela infração e que não lhe foi permitido fazer a remoção do veículo, mesmo que cumpridas as exigências previstas nos §§ 1º e 2º do art. 1º.

Parágrafo único – A dispensa do pagamento de diárias e da tarifa pelo uso do reboque não excluem o pagamento de multas administrativas e dos demais encargos devidos em razão do cometimento da infração.

Art. 5º – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º – O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de maio de 2023.

Thiago Cota, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PDT).

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Arlen Santiago. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.928/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 758/2023

Cria o programa de Incentivo Cultural do Orgulho LGBT e de Inclusão Social da Diversidade no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica criado o Programa de Incentivo Cultural do Orgulho LGBT e de Inclusão Social da Diversidade, disponibilizando equipamentos públicos estaduais para a realização de atividades de conscientização e produção cultural de artistas e produtores LGBTs, a ser realizado na semana em que anualmente se celebra o Dia Internacional do Orgulho LGBT.

Parágrafo único – O Programa de Incentivo Cultural do Orgulho LGBT e de Inclusão Social da Diversidade será desenvolvido pelo Poder Público de forma intersetorial ao menos entre as políticas de cultura, saúde, educação, trabalho, desenvolvimento social, direitos humanos, em conjunto com as estruturas de coordenação de políticas LGBT e de ações regionais, e entidades e associações reconhecidas que atuem em defesa da comunidade LGBT e no combate à discriminação e à LGBTfobia.

Art. 2º – O Programa de Incentivo Cultural do Orgulho LGBT e de Inclusão Social da Diversidade assegurará:

I – a capacitação de servidores públicos estaduais no processo de qualificação dos direitos da comunidade LGBT e de organização do evento;

II – A disponibilização dos equipamentos públicos estaduais, e o incentivo aos municípios do estado de Minas Gerais para que também o façam em relação aos equipamentos públicos municipais, para divulgação das atividades da Semana Cultural do Orgulho LGBT e de Inclusão Social da Diversidade, junto de atividades de formação e conscientização contra o preconceito e a violência LGBTfobia.

III – a capacitação e a sensibilização de profissionais e funcionários das áreas de segurança pública, saúde, educação, trabalho, desenvolvimento social, justiça e direitos humanos, dentre outras, para o atendimento à comunidade LGBT durante eventos,

inclusive no tocante à orientação e capacitação profissional sobre a questão da LGBTfobia como motivo presumido nos registros de ocorrência policial, além do monitoramento dos dados de discriminação e violência contra a comunidade LGBT no estado;

IV – o apoio à qualificação de profissionais e representantes de movimentos sociais, de organizações não governamentais e da comunidade LGBT nas matérias de direitos humanos, turismo local e prevenção em infecções sexualmente transmissíveis, objetivando o apoio à organização da Semana Cultural de Conscientização e Inclusão Social da Diversidade nas cidades.

Parágrafo único – No Programa de incentivo Cultural do Orgulho LGBT e de Inclusão Social da Diversidade que aconteçam nos municípios de Minas Gerais, deve-se incentivar a realização de diferentes manifestações artísticas e culturais como dança, teatro, cinema, arte-digital, palestras, desfiles, performances, feiras, oficinas e concursos culturais e de prevenção e pela cidadania, com enfoque na diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero.

Art. 3º – As despesas necessárias à execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Fundo Estadual de Cultura, bem como através da Lei de Incentivo à Cultura.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de maio de 2023.

Bella Gonçalves

**Justificação:** Em 17 de maio de 1990, a Assembleia Geral da Organização Mundial da Saúde – OMS –, declarou oficialmente que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio”, eliminando assim a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças. A partir dessa decisão da OMS, o dia 17 de maio tornou-se, de uma data simbólica e histórica, para um grande Movimento LGBT por todo o mundo.

Entretanto, a luta do movimento e de ativistas por direitos LGBT pelo mundo não se iniciou em 1990. Em Nova Iorque, no dia 28 de junho de 1969, no bairro de Greenwich Village, explode uma rebelião de travestis e gays denominada “motim de Stonewall”, no qual durante uma semana, estes protestaram e enfrentaram a força policial, dando início ao “Dia do Orgulho Gay”.

No Brasil, em 16 de dezembro de 1979, militantes LGBT realizam o I Encontro Nacional do Povo Gay na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro. Desde então, muitas vitórias importantes foram conquistadas, principalmente no final dos anos 90 e início do novo milênio. Por exemplo, em dezembro de 2011, é instituída a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, através da Portaria nº 2.836/2011.

Nesse sentido, o Poder Público, especificamente o Poder Legislativo, no uso de suas atribuições e em defesa desta população, tem como dever o combate a todo tipo de discriminação.

A criação de uma Programa de Incentivo à Cultura do Orgulho LGBT e de Inclusão Social da Diversidade no Estado de Minas Gerais dará fundamental contribuição para a visibilização e expressão dos corpos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas intersexo e não-binaries, que desde o século passado têm contribuído com uma riquíssima produção artística e cultural para o Estado de Minas Gerais.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Direitos Humanos, de Cultura e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 764/2023

Declara como patrimônio histórico, cultural, religioso, paisagístico, turístico e social, de natureza imaterial de Minas Gerais, o Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, realizado desde 1786 em Piranga, município tricentenário que tem origem em 8 de dezembro de 1695,

com a criação da freguesia do Arraial de Nossa Senhora da Conceição do Guarapiranga, reconhecido pelo bispado do Rio de Janeiro, capital nacional à época.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado como patrimônio histórico, cultural, religioso, paisagístico, turístico e social, de natureza imaterial de Minas Gerais, o Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Piranga.

Art. 2º – O Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matozinhos é uma Romaria que culmina com celebrações no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, situado no Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga (também conhecido como Bacalhau), e que é realizada, atualmente, entre os dias 1º e 15 de agosto.

Art. 3º – Fica autorizada a destinação de recursos públicos para apoio à realização do referido evento por meio de dotação orçamentária própria.

Art. 4º – O bem cultural de que trata esta lei poderá, a critério dos órgãos responsáveis pela política de patrimônio cultural do Estado, ser objeto de proteção específica, por meio de inventários, tombamento, registro ou de outros procedimentos administrativos pertinentes, conforme a legislação aplicável.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de maio de 2023.

Leleco Pimentel, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (PT).

**Justificação:** O Jubileu do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos, em Piranga, é uma manifestação cultural e religiosa dentre as mais longevas do nosso estado, tendo tido a sua primeira edição em 1786, sendo um evento que leva romeiras e romeiros de várias partes do país ao Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga (também conhecido como Bacalhau), em Piranga, para celebrações junto ao Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, cujo acervo é verdadeira obra arquitetônica e patrimônio material e imaterial do final do Séc. XVIII, construído com a participação da oficina do Mestre Aleijadinho (à época exilado em Rio Espera) sob o comando do seu meio-irmão Padre Félix Antônio Lisboa e com a pintura sendo feita pela família do Mestre Ataíde, tendo como autor das principais pinturas o Mestre Francisco Xavier Carneiro, residente na Fazenda Inácio Dias, em Piranga.

O Jubileu, já realizado por 236 (duzentas e trinta e seis) edições, atualmente ocorre no período de 01 a 15 de agosto e ajuda a contar a história do povo do Vale do Piranga, bem como é um dos principais símbolos da religiosidade que caracteriza a região e o seu povo.

O conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan –, sob nº do Processo: 1223-T-1987; Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscr. nº 114, de 31/10/1996; Livro do Tombo Histórico: Inscr. nº 542, de 31/10/1996; Livro do Tombo Belas Artes: Inscr. nº 607, de 31/10/1996.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Ione Pinheiro. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.847/2022, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 765/2023

Declara como Patrimônio Histórico e Cultural de natureza imaterial da educação de Minas Gerais o Instituto de Educação de Minas Gerais – Iemg –, localizado no município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado Patrimônio Histórico e Cultural de natureza imaterial da educação de Minas Gerais o Instituto de Educação de Minas Gerais – Iemg –, localizado no município de Belo Horizonte.

Art. 2º – São objetivos da declaração de que trata esta lei:

I – a preservação da tradição, da importância e da referência histórica e social da instituição;

II – a conservação do prédio da instituição, bem como o estímulo de matrículas de estudantes na escola;

III – a promoção e difusão dos bens de valor cultural pertencentes ao acervo da escola, relacionados à memória da instituição, inclusive por meio da manutenção de um memorial e de sua biblioteca, assegurando sua transmissão às futuras gerações.

Art. 3º – Cabe ao Poder Executivo a adoção das medidas cabíveis para registro do bem cultural de que trata esta lei, nos termos do Decreto nº 42.505, de 15 de abril de 2002.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de maio de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**Justificação:** O Instituto de Educação de Minas Gerais, também conhecido como Iemg, é uma das mais tradicionais escolas públicas de Belo Horizonte e a maior escola da rede estadual de Minas Gerais.

Fundado em 1906, originalmente preparava moças para o magistério. Em 2001, a Escola Estadual Luiz Peçanha e a Escola Estadual Presidente Kennedy foram integradas ao Instituto de Educação de Minas Gerais, que passou a ser uma única unidade.

A história do Instituto de Educação de Minas Gerais começou com a capital do estado de Minas Gerais. O edifício, localizado na Rua Pernambuco, 47, no bairro Funcionários, em Belo Horizonte, é obra relevante da arquitetura dos primeiros anos da capital de Minas Gerais. Com o lema “Educar-se para educar”, o Instituto de Educação de Minas Gerais priorizava a qualidade na formação de professores.

O edifício do Instituto de Educação de Minas Gerais, datado de 1898, foi construído originalmente para abrigar o Ginásio Mineiro (hoje Escola Estadual Governador Milton Campos), mas abrigou, provisoriamente, o Tribunal da Relação do Estado de Minas Gerais (hoje Tribunal de Justiça de Minas Gerais), durante a mudança da capital de Minas Gerais, de Vila Rica (hoje Ouro Preto) para a Cidade de Minas (hoje Belo Horizonte), em 12 de dezembro de 1897.

Projetado pelo arquiteto e desenhista Edgar Nascentes Coelho, em estilo eclético, utilizava diversos estilos arquitetônicos e ornamentais da tradição neoclássica europeia.

O edifício abrigou a Escola Normal de Belo Horizonte. As reformas educacionais da época demandavam a formação de professoras para o ensino primário. Em 1910 a Escola Normal de Belo Horizonte foi transformada em Escola Normal Modelo, voltada à preparação de moças da sociedade belo-horizontina para o magistério.

O espaço foi reformado a partir de 1927, quando passou a ter 42 salas de aulas, salas de administração, orientação e direção, biblioteca, arquivo e sala de professores, além de duas cantinas.

O Iemg chegou a ter um curso superior de Pedagogia que, posteriormente, foi transferido para a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg.

Atualmente o Iemg oferece o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos.

O edifício do Iemg foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha – em 1982, devido ao seu valor artístico e arquitetônico e à sua importância na história da educação em Minas Gerais.

Em 1994, o prédio do Iemg também foi tombado pela Secretaria Municipal de Cultura do Município, no conjunto urbano das Avenidas Carandaí, Alfredo Balena e adjacências.

A aprovação do presente projeto de lei é essencial para garantir a permanência do registro histórico e da memória do processo de organização da educação no Estado de Minas Gerais, visto que o Iemg se confunde com a própria história do Estado e do povo mineiro, reconhecendo a importância da instituição como patrimônio histórico e cultural de natureza imaterial da educação do Estado de Minas Gerais.

Pelas razões acima expostas conto com o apoio dos nobres pares desta Casa para aprovação do projeto de lei ora apresentado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 772/2023

Declara como Patrimônio Histórico e Cultural de natureza imaterial da saúde de Minas Gerais a Fundação Ezequiel Dias – Funed –, localizada no município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada Patrimônio Histórico e Cultural de natureza imaterial da saúde de Minas Gerais a Fundação Ezequiel Dias – Funed –, localizada no município de Belo Horizonte.

Art. 2º – São objetivos da declaração de que trata esta lei:

I – a preservação da tradição, da importância e da referência histórica e social da instituição;

II – a conservação do prédio da instituição;

III – a promoção e difusão dos bens de valor cultural pertencentes ao acervo da Funed, relacionados à memória da instituição, inclusive por meio da manutenção de um memorial, assegurando sua transmissão às futuras gerações.

Art. 3º – Cabe ao Poder Executivo a adoção das medidas cabíveis para registro do bem cultural de que trata esta lei, nos termos do Decreto nº 42.505, de 15 de abril de 2002.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**Justificação:** A história da Fundação Ezequiel Dias se confunde com a de seu fundador, Ezequiel Caetano Dias, e com a expansão das atividades do Instituto Manguinhos, (hoje a Fiocruz, do Rio de Janeiro). Ezequiel ingressou no Instituto ainda muito jovem, como ajudante acadêmico de medicina.

Em 1899, foi criado o Instituto Soroterápico Municipal, instalado na antiga Fazenda de Manguinhos, no Rio de Janeiro, para fabricar o soro antipestoso e cuidar de uma violenta epidemia de peste bubônica no Porto de Santos. Em 1902, Oswaldo Cruz assumiu a direção-geral do novo instituto, que amplia suas atividades, dedicando-se também à pesquisa básica e aplicada e à formação de recursos humanos.

Ainda estudante, Ezequiel Dias tornou-se auxiliar de Oswaldo Cruz no preparo da vacina antipestosa, no então nascente Instituto Soroterápico Federal. Em 1903, Oswaldo Cruz foi nomeado diretor-geral de Saúde Pública. Utilizando o Instituto Soroterápico Federal como base de apoio técnico-científico, deflagrou memoráveis campanhas de saneamento. Em poucos meses, a incidência de peste bubônica diminuiu, com o extermínio dos ratos.

Em 1905, Ezequiel Dias foi encaminhado para o Maranhão, onde desenvolveu estudos sobre o Beribéri. Seu trabalho foi feito de forma minuciosa e os resultados foram surpreendentes. Ezequiel Dias deixou instalado no Maranhão um completo laboratório de pesquisa, além de ensinamentos experimentais sobre serviços de higiene pública. Após alguns meses, regressou ao Rio de Janeiro, devido ao agravamento do seu estado de saúde.

Aliado ao plano de Oswaldo Cruz de organizar caravanas técnicas e expandir os conceitos de saúde pública pelo país, estava a necessidade de tratamento médico de Ezequiel Dias contra a tuberculose. Belo Horizonte chamava a atenção na época pelo clima seco e montanhoso, ideal para o tratamento da doença. Por recomendação médica, mudou-se para a capital mineira.

Após a mudança, Ezequiel montou, em um dos quartos de sua residência, um pequeno laboratório de microbiologia para exames urgentes. Quando já se encontrava mais estabelecido, Oswaldo Cruz designou Ezequiel Dias para dirigir a primeira filial do Instituto Manguinhos do Rio de Janeiro, a ser instalada em Belo Horizonte.

#### NA CAPITAL MINEIRA

A primeira filial do Instituto Manguinhos do Rio de Janeiro foi inaugurada em 3 de agosto de 1907, em Belo Horizonte, na rua da Bahia, onde hoje funciona a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Nos três primeiros anos, a atividade da filial se limitava à produção de linfas vacínicas, contra as diferentes moléstias humanas e de animais, além do preparo e conservação do soro antidiftérico e anticarbunculo.

Nesta época, para auxiliar as atividades do Instituto, Ezequiel Dias criou uma biblioteca excepcionalmente rica e seu acervo era o que havia de mais moderno na literatura científica. Neste ambiente eram realizadas, todas as semanas, reuniões para resumir e comentar os artigos científicos recém-chegados. Compareciam aos encontros, médicos, estudantes, pesquisadores e professores. Ezequiel Dias acreditava que não bastava melhorar e equipar a filial, era preciso desenvolver e aperfeiçoar os recursos humanos da instituição, alicerce e receita para o progresso e o desenvolvimento. Por isso, a biblioteca não representava apenas um lugar de consulta, estudo ou informação, mas um local onde as discussões científicas aconteciam, as ideias brotavam e se fazia ciência.

Em abril de 1910, Oswaldo Cruz fez uma visita à capital mineira e, após uma conversa com o diretor de higiene do Estado, Zoroastro Alvarenga, ampliou o raio de ação da filial. A instituição começou a preparar vacina antivariólica e contra a Peste da Manqueira – doença infectocontagiosa dos animais da espécie bovina, além de se encarregar de realizar exames e diagnósticos de doenças e de higiene.

Naquele momento, foi anexada à filial a Fazenda do Leitão, hoje a área em torno do Museu Abílio Barreto, com a finalidade de instalar uma enfermagem veterinária e um posto de observação. Na Fazenda, seriam examinados os animais suspeitos de doenças e se fariam experiências de profilaxia e terapêutica. Durante este período, o Instituto realizou inúmeros trabalhos, pesquisas e exames relacionados aos problemas rurais. Minas Gerais era um dos primeiros estados da nação a ter uma instituição científica para auxiliar no desenvolvimento da indústria pastoril.

Em fevereiro de 1918, foi assinado o contrato entre o Governo de Minas Gerais e o Instituto Filial Oswaldo Cruz para o funcionamento do serviço antiofídico no estado. O Posto Antiofídico tinha duas funções: pesquisar o assunto e responder de maneira emergencial a uma demanda que surgira tanto da população quanto dos fazendeiros, que sofriam com os constantes acidentes com o gado, prejudicando o desenvolvimento da economia mineira; e extrair o veneno das serpentes que lhe eram enviadas pelos fazendeiros. Este veneno era remetido para o Instituto Butantan e Vital Brazil, que retornavam com o soro antiofídico. Neste mesmo ano, o Posto passou a atender também casos relacionados a picadas de escorpião e a preparar o soro antiescorpiônico.

#### A MORTE DE EZEQUIEL DIAS

Em 1922, apesar da saúde debilitada e de ficar acamado por vários meses, Ezequiel Dias, mesmo de longe, continuava dirigindo a Filial com a mesma dedicação e organização com a qual a fundara. A doença o consumia aos poucos e, em 22 de outubro deste mesmo ano, veio a falecer. A classe médica e científica viu-se privada de uma grande mente e de um grande mestre da ciência.



Todos os jornais da época noticiaram sua morte e prestaram reverência. Muitas homenagens foram feitas por políticos e colegas. Mas a de maior destaque foi a de João Luiz Alves, Ministro da Justiça, que deu o nome de Ezequiel Dias à Filial de Manguinhos, que passou a ser conhecida como Instituto Ezequiel Dias. Esta era uma forma de reconhecer o trabalho desempenhado no Instituto Filial e, ao mesmo tempo, consagrar-lhe definitivamente.

A escolha do novo diretor não foi tarefa fácil, pois o nome indicado deveria se encaixar ao perfil e linha de pensamento do Instituto Manguinhos. No ano seguinte, em 1923, Octávio Magalhães, ajudante de microbiologia do Posto Veterinário e que substituiu Ezequiel Dias algumas vezes quando ele estava doente, foi designado por Carlos Chagas para dirigir o Instituto Filial. Entretanto, a dificuldade de aceitação por parte do Ministro da Justiça, João Luiz Alves, atrasara a nomeação. Somente no governo do presidente Washington Luiz, em novembro de 1926, Octávio Magalhães foi nomeado para o cargo de diretor da filial mineira.

Ao assumir o cargo de diretor do Instituto Ezequiel Dias, Octávio Magalhães fez um estudo das possibilidades de crescimento e das necessidades da instituição. Começou a trabalhar procurando melhorar os contratos de venda de produtos e ampliou a produção de novas vacinas e soros, capazes de aumentar a renda e obter novos clientes. As excursões científicas ao interior do estado foram outras medidas reforçadas, pois disseminavam informações sobre o Instituto e recolhiam ofídios para estudos, além de pesquisar doenças como a de Chagas, acidentes escorpionicos, peste dos pulmões, febre aftosa, entre outras. Através das excursões, também eram colecionados e resgatados materiais de análise científica. Os elementos recolhidos eram organizados para a montagem de uma geografia médica e veterinária do estado de Minas Gerais e davam ao Instituto elementos de combate a diferentes patologias.

Na parte externa do Instituto foi construído um serpentário, nos moldes do Instituto Butantan, para abrigar as cobras recebidas. O veneno extraído das cobras era encaminhado para o Instituto Vital Brazil, que produzia o soro. No muro que cercava o local, sempre se sentava um grande número de pessoas, atraídas pelo fascínio das cobras. Inocentemente, muitas pulavam dentro do serpentário, na tentativa de se aproximarem dos animais. Em 1931, os estudos visavam o desenvolvimento de atividades preventivas no controle das doenças, através de diagnósticos epidemiológicos, além dos trabalhos de pesquisa científica, que produziam inúmeros artigos publicados nas melhores revistas nacionais e estrangeiras. Em 1932, a filial mineira criou a seção antirrábica para humanos e animais, atuando em todo estado de Minas Gerais.

A ação do Instituto Ezequiel Dias ultrapassava a pesquisa científica, a produção de vacina e a análise laboratorial e, em 1934, foi organizado um serviço de pronto socorro para atender casos de acidentes escorpionicos e por picada de cobra. A ação científica e especializada promovia um processo de divulgação e popularização da ciência, espalhando noções úteis e práticas saudáveis sobre saúde pública com cartilhas e cartazes sobre diversos tipos de doenças e informações sobre cuidados nas picadas de cobras e escorpiões.

Em 1935, o contrato de fornecimento de soro antiofídico com o Instituto Vital Brazil termina e inicia-se o processo de produção do soro pelo Instituto Ezequiel Dias, que apresenta, nesse ano, o último relatório como filial do Instituto Oswaldo Cruz. No documento, Octávio Magalhães apresentava ao Governo de Minas Gerais inúmeros serviços prestados à saúde pública. Dentre eles, exames de microbiologia e clínica, como a febre tifoide, peste dos pulmões, meningite, micose, verminoses, brucelose, difteria, febre aftosa, varíola, sífilis e raiva, além da análise da água potável da capital e do interior e os estudos sobre o escorpionismo e o ofidismo, além de inúmeras atividades científicas.

Em 1936, através da Lei nº 164 do mesmo ano, o Governo Federal opta por passar o Instituto Ezequiel Dias para a esfera estadual, denominando-o Instituto Biológico Ezequiel Dias.

#### A MUDANÇA PARA A SEDE ATUAL

O Instituto Biológico Ezequiel Dias enfrentava algumas mudanças em sua organização e, ao mesmo tempo, problemas com relação a suas instalações na Praça da Liberdade, tendo várias reclamações com relação ao mau cheiro dos animais, o perigo presente

nos micróbios e pelas doenças que estudavam. Por fim, a campanha teve seu efeito. A instituição mudou-se para a Fazenda Gameleira, longe do perímetro urbano e da Avenida do Contorno.

Em 1937, Octávio Magalhães apresentou sugestões para a criação do primeiro regulamento institucional. A proposta era inovadora e original, pois trazia um novo conceito de instituto científico, que uniria os estudos de medicina humana, veterinária e vegetal. Buscou-se uma organização baseada neste tripé, com o objetivo de trazer a ideia de cooperação intelectual. Em 1937, foi aprovado o Decreto 886, que instituiu o novo regulamento.

Com a transferência do Instituto para a Fazenda Gameleira, o Governo de Minas Gerais tinha como objetivo ampliar e remodelar suas atividades. Assim, aumentou a produção de soros, vacinas, produtos químicos e biológicos para hospitais e para as campanhas sanitárias dentro e fora de suas fronteiras. Apesar da nova organização, a ligação permanente com o Instituto Oswaldo Cruz era contínua e crescente.

A construção da nova sede na Fazenda Gameleira não foi uma tarefa fácil. Foi construído um pavilhão central e mais cinco unidades. Cada estrutura abrigava uma especialidade. Também havia um local especial para o preparo em larga escala de vacina antivariólica, tifo exantemático neotrópico, febre amarela e para o estudo da raiva e outras doenças. Na entrada do Instituto foram construídos dois serpentários. Na seção de produtos fabricados, havia uma parte para expedição e outra para venda a varejo, mas sem deixar de ser uma casa de ciência, em detrimento dos lucros resultantes da venda dos produtos.

No mesmo espaço do Instituto Biológico Ezequiel Dias, o Governo de Minas Gerais colocou a Escola Superior de Veterinária, apesar de o local não comportar as duas estruturas. Além disso, o prédio também abrigava o Serviço de Mineralogia, a Defesa do Algodão, a Defesa Animal e outras repartições da Secretaria de Agricultura. O Instituto servia à população não só através de diagnósticos laboratoriais e na fabricação de produtos biológicos contra doenças e picadas de animais peçonhentos, mas também no ensino e na cultura científica, divulgando conhecimentos úteis e mostrando como se trabalha em ciência na busca de benefícios para o estado e para o Brasil.

Em 1940, foi inaugurada a nova sede do Instituto Biológico Ezequiel Dias. O então presidente da República, Getúlio Vargas, percorreu as instalações e elogiou a organização modelar, enfatizando a importância das atividades da instituição no desenvolvimento de pesquisas, nas ações terapêuticas, no tratamento do homem e na preservação das plantas e dos animais. Paralelamente a estes fatos, foi publicada, em 1941, a reforma radical do Instituto Biológico Ezequiel Dias, mudando-o para Bioquímico, depois Químico-Biológico, mais tarde “Instituto de Higiene” e, no governo de Juscelino Kubitschek, passou novamente a chamar-se “Instituto Ezequiel Dias”. Três dias depois, o governador nomeia Antônio Valadares Bahia para o cargo de diretor geral do Instituto e Octávio Magalhães para diretor técnico. Magalhães não aceita o cargo e se desliga definitivamente do Instituto Ezequiel Dias.

Octávio Magalhães entregou ao estado de Minas Gerais uma instituição em plena produção intelectual e de produtos, cujo saldo econômico era positivo, a dívida era pequena e os lucros eram promissores, sendo uma das maiores instituições de pesquisa e ciência.

## REESTRUTURAÇÃO

Embora estivesse instalado em uma nova sede, a Fazenda Gameleira, o Instituto Ezequiel Dias enfrentava grandes dificuldades em sua reorganização física e estrutural, sendo necessária a suspensão da fabricação de vacinas e produtos veterinários, como a vacina contra febre aftosa, contra bouba aviária, pneumoenterite dos bezerros, entre outras. Ao mesmo tempo, enfrentava dificuldades orçamentárias, financeiras e, principalmente, de recursos humanos, pois o corpo técnico e os auxiliares não estavam sendo renovados.

Apesar das dificuldades, o Instituto mantinha em dia suas atividades, que eram divididas da seguinte forma:

Biblioteca;

- Seção de Bacteriologia: produzia vacina antitífica, antígeno para brucelose e reação de Widal e realizava exames diagnósticos (coproculturas, werlfelix, hemoculturas, brucelose etc);
- Seção Vírus: produzia vacina antirrábica para uso humano, vacina antivariólica e pesquisa científica com sarcoma venéreo;
- Seção Imunologia: produção de soro antiescorpiônico e antiofídico, além das pesquisas científicas;
- Seção de parasitologia: realizava exames e pesquisa clínica, identificando a incidência de sífilis em Minas Gerais e pesquisa experimental com esquistossomose;
- Seção Biotério: responsável pela manutenção e cuidado com os cavalos, cobras, coelhos e pombos. Iniciou a criação de camundongos;
- Seção Bromatologia: trabalhava com pesquisa e análise de alimentos como manteiga, banha, café, óleos, refrigerantes, farinha de milho, cachaça, batata e outros;
- Seção Água e Esgoto: analisava o teor de flúor e as águas minerais do estado;
- Seção de Farmacologia: produção de soro fisiológico e isotônico.

A década de 1950 foi marcada pela retomada do processo de industrialização nacional e o investimento dos estados. Dentro deste contexto, o Instituto Ezequiel Dias se dedica ao fortalecimento da produção farmacêutica. No ano de 1959, a fábrica de sulfonas do Departamento Estadual de Lepra foi inaugurada no Instituto. Esta atenderia à demanda de antilepróticos do estado e de outras regiões do país. Em 1960, a Escola Superior de Veterinária deixa as dependências do Instituto.

Em 1963, as atividades desenvolvidas pelo Laboratório de Produtos Farmacêuticos do Instituto Ezequiel Dias são ampliadas para atender à demanda do Estado, dando início à produção em escala industrial de medicamentos essenciais a baixo custo. Inicia-se um novo ciclo de produção e gerenciamento industrial. Dentre os medicamentos fabricados, podemos citar: Ácido Acetilsalicílico, Adipato de Piperazina, Água Destilada, Antianêmico, Codeína Gotas, Fenobarbital, Fosfato de Codeína, Metapirina, Dipirona, PAS Cálcio, Soro Fisiológico, Soro Glicosado Isotônico, Sulfadiazina, Sulfato Ferroso, Vitamina B1 e Xarope Piperazina.

No mesmo ano, a seção de bacteriologia também foi ampliada, com a finalidade atender os exames especializados do Instituto Galba Veloso, do Dispensário Central, do Sanatório Estadual Eduardo de Menezes, do Dispensário Antituberculoso e de outros órgãos. Em 1967, o Instituto fornecia ao estado de Minas Gerais produtos biológicos e químicos, tais como vacinas, soros, medicamentos, além de exames e pesquisas.

#### NASCE A FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS

O Governo Militar instituiu o programa de ação econômica, com o objetivo de combater a inflação e realizar reformas estruturais. Dentro desse contexto e considerando a necessidade da população de se ter uma assistência farmacêutica, cria-se a Ceme (Central de Medicamentos) para promover e organizar o fornecimento de medicamentos à população.

Nesta perspectiva de modernização, foi promulgada pelo estado de Minas Gerais a Lei 5594/1970, que institui a Fundação Ezequiel Dias (Funed), que passou a integrar o Instituto Ezequiel Dias e a Escola de Saúde Pública. Em 1973, devido à confusão de nomes entre Fundação e Instituto Ezequiel Dias, o instituto passa a se denominar Instituto Octávio Magalhães.

A década de 1970 foi o período em que os investimentos do governo na indústria farmacêutica foram significativos. A Funed se tornou um dos laboratórios oficiais e passou a receber apoio técnico, equipamentos e recursos financeiros. Em contrapartida, a produção industrial era direcionada à Ceme. A política governamental permitiu que a Fundação desenvolvesse um sistema fabril de medicamentos essenciais para a saúde pública. A fábrica de medicamentos era moderna e estava a todo vapor, ficando em terceiro lugar nacional em produção de fármacos.

Em 1974, um surto de meningite no país promove a expansão das atividades do Instituto Octávio Magalhães, com a criação do Laboratório Central de Saúde Pública de Minas Gerais – Lacen-MG –, para diagnóstico e produção de vacina. Depois, foram incorporados às atividades do laboratório o diagnóstico e pesquisa de tuberculose e, logo em seguida, os trabalhos com cólera.

No mesmo ano, as atividades do Serviço de Bromatologia foram reestruturadas para atender ao Decreto Lei 986/1969, que “regula a defesa e a proteção da saúde individual ou coletiva, no tocante a alimentos, desde a sua obtenção até o seu consumo”. Inicialmente, as análises eram realizadas para o controle de qualidade dos alimentos. Após o Decreto, todos os alimentos e bebidas poderiam ser consumidos ou vendidos após o registro no Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos do Governo Federal. O Laboratório de Bromatologia da Funed foi credenciado para realizar as análises, o controle e a fiscalização dos alimentos a serem regulamentados.

O Laboratório de Águas também teve suas atividades ampliadas e novos equipamentos foram adquiridos, juntamente com a qualificação do pessoal para execução das atividades. Durante este período, a Funed teve um aumento expressivo do corpo de funcionários. O Laboratório de Saúde Pública, o Laboratório de Bromatologia e a produção de fármacos tinham alta produção e desenvolvimento. A produção de biológicos e as atividades de pesquisa tiveram desempenhos pouco significativos.

No Brasil, o final da década de 1970 acenava para uma abertura política lenta, gradual e segura, a qual deveria levar o país à redemocratização. O turbilhão de movimentos no país se refletia nos andamentos das atividades institucionais, mas a crise nacional da produção de soros na década de 1980 forçou o Ministério da Saúde a investir nos institutos nacionais. Neste momento, a Funed apresentava números recordes de produção de medicamentos. Trinta especialidades eram fabricadas e a capacidade de produção passou de 15 milhões de unidades para 180 milhões, mas o crescimento institucional era frágil e irregular. O desempenho das suas atividades estava muito aquém das suas reais possibilidades, além de insatisfatório e desarticulado. Havia falta de planejamento das atividades, instalações físicas inadequadas e insuficientes. A estrutura administrativa estava desajustada e não conseguia desempenhar as atividades para qual foram criadas, travando a atividade de outras áreas. A falta de um setor comercial ativo e dinâmico colocava a Funed refém de apenas um comprador, a Central de Medicamentos – CEME.

Em 1983, foi elaborada a Resolução nº40, que constituiu um grupo de trabalho interinstitucional, com o objetivo de elaborar um diagnóstico da Funed e apresentar um plano global de reestruturação administrativa, técnica e financeira. O grupo concluiu que era preciso reformar as instalações físicas, desenvolver o conhecimento científico e tecnológico, capacitar recursos humanos, modernizar a administração e apoiar a integração interinstitucional.

Dentro desta linha, a Funed convida o bioquímico e pesquisador Carlos Ribeiro Diniz, um dos consultores do trabalho de diagnóstico, a implantar e recuperar as atividades de pesquisa científica e tecnológica na instituição. Em 1984, é criada a Diretoria do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento.

Após o diagnóstico, a Fundação passou por um período de modernização, em que foram definidas novas diretrizes, como a elaboração de uma nova estrutura organizacional, com a criação de diversas novas áreas de trabalho, além da criação de uma infraestrutura física básica para execução das atividades técnicas, modernização do serviço administrativo, desenvolvimento da política de recursos humanos, recuperação e ampliação da produção de soros antiofídicos e a criação de um Centro de Pesquisa em Saúde, com a finalidade de dar suporte às atividades técnicas desenvolvidas. Foram definidas também a integração interinstitucional para intercâmbio técnico científico, redirecionamento da prestação dos serviços de laboratório em sintonia com a vigilância epidemiológica e sanitária do Estado e recuperação da imagem e credibilidade da Instituição. Integrada a estas diretrizes, a Escola de Saúde – Esmig –, amplia a oferta de cursos de especialização e mestrado, além de fazer parcerias com outras instituições, como a PUC Minas, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, e secretarias municipais de saúde.

Neste período, houve um acréscimo na receita da Fundação, devido à racionalização da produção farmacêutica e aos investimentos externos, como aqueles realizados pela Secretaria e Ministério da Saúde. O patrimônio institucional também aumentou,

com a doação pelo Governo de Minas Gerais da Fazenda São Judas Tadeu, em Betim, área de preservação ambiental, para ampliar o plantel de cavalos utilizados na produção de imunobiológicos.

#### A CRIAÇÃO DO SUS

A promulgação da Constituição Federal, em 1988, foi um dos mais importantes avanços obtidos na história brasileira, pois restabelece a liberdade, os direitos e as garantias civis. Dentre os objetivos sociais da Constituição está a criação do Sistema Único de Saúde – SUS. A saúde passou a ser um direito do cidadão e um dever do Estado, que deveria garanti-la através de políticas sociais e econômicas. A Lei Orgânica nº 8.080/90, que regulamenta o SUS, propõe a organização das ações e dos serviços de saúde, dentre elas a assistência farmacêutica.

A partir deste novo cenário nacional, a Fundação Ezequiel Dias teve que se adaptar às novas diretrizes. Foi implantado um programa de qualidade na instituição, visando à utilização de novos métodos de gestão e mudanças comportamentais na organização do trabalho.

Na produção industrial, foi implantado um programa de modernização, que contemplava a expansão da área física e a compra de novos equipamentos. No setor de líquidos, o processo foi otimizado e, no setor de sólidos, foi feita a readequação do sistema fabril, no qual a intervenção humana era indireta. Foi implantado, também, o Laboratório de Desenvolvimento Farmacotécnico e estavam em fase de projeto o desenvolvimento e a fabricação de fitoterápicos. Neste período, 40% da produção era destinada às Secretarias de Estado e Municipais de Saúde e os outros 60% ao atendimento do cronograma da CEME.

O Instituto Octávio Magalhães – IOM –, implantou novos serviços para dar suporte às ações em saúde coletiva, como o Laboratório Físico Químico de Água, o Laboratório de Virologia, o diagnóstico da fenilcetonúria, o diagnóstico laboratorial da febre maculosa e o diagnóstico sorológico de sarampo.

Durante este período, o IOM foi reconhecido por órgãos nacionais e internacionais da área da saúde como referência nacional para doença de Chagas. Dentro do projeto de controle de endemias no Nordeste, era referência nacional para micotoxinas, além de ser participante da vigilância internacional de Riquetsioses.

A Diretoria de Pesquisa se constituía como um centro de excelência em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, responsabilizando-se pelas pesquisas fundamentais de substâncias biologicamente ativas, apesar da falta de recursos humanos capacitados e de uma estrutura física adequada. A maioria das atividades era financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig.

Desde a criação do SUS, os serviços de saúde no Brasil vêm passando por importantes transformações. Dentre elas, estão a Política Nacional de Medicamentos – PNM –, que traça as principais diretrizes para a assistência farmacêutica, a atualização regular da Relação Nacional de Medicamentos – Rename –, e a promoção do uso racional de medicamentos. Além destas ações, pode-se destacar, em 1999, a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa –, para fiscalizar e garantir os serviços e produtos da saúde e a lei dos genéricos, que garante o acesso da população aos medicamentos essenciais por um preço reduzido.

Em conformidade com o projeto do Governo Federal, a Funed alinha suas diretrizes e, em 1997, dentro do Programa de Assistência Farmacêutica, implanta o projeto Farmácia Essencial, que objetivava distribuir gratuitamente aos municípios, medicamentos essenciais. A produção industrial passou de 700 mil unidades para dois milhões e foi aprovada a construção da nova fábrica para produção de cápsulas.

Neste mesmo período, o IOM amplia suas técnicas com o trabalho de isolamento do vírus da dengue e foi indicado pelo Ministério da Saúde para ser um dos laboratórios oficiais de análise dos medicamentos genéricos, inaugurando assim o Laboratório de Análise de Medicamentos.

Em 1999, na área de pesquisa, o enfoque estava direcionado para a bioquímica, química de proteínas, imunologia, biologia molecular, virologia, cultivo celular e farmacologia. No desenvolvimento de produtos, o enfoque eram os biológicos, síntese orgânica, diagnóstico molecular e imunoquímica. Neste mesmo ano, a Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento inaugura o novo prédio, melhorando sua infraestrutura e ampliando suas atividades.

No ano 2000, o IOM cria a Unidade de Garantia da Qualidade e Biossegurança, para auxiliar os laboratórios na certificação e registros. Vários cursos foram implantados, como auditoria em sistemas de qualidade em laboratórios, metrologia, calibração, validação e normas técnicas. Manuais e procedimentos operacionais estavam sendo implantados. O Instituto Octávio Magalhães passa a coordenar a Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública – Relsp –, e várias atividades dos laboratórios da Funed estavam sendo descentralizados no interior do estado.

Em 2003, a Funed implanta o sistema de gestão integrada, elabora o planejamento estratégico, adota metas específicas e indicadores de desempenho para todas as unidades administrativas da instituição. A missão, a visão e os valores institucionais foram estabelecidos e vários cenários possíveis foram projetados.

Durante este período, vários programas e atividades foram implantados e desenvolvidos na instituição. Dentre eles, o Programa de Bolsa de Iniciação Científica, a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica e Proteção do Conhecimento, a habilitação de ensaios pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde – Reblas –, o depósito de pedidos de patentes, o desenvolvimento de kits diagnóstico, a implantação do Laboratório Epidemiológico nível 3, a inauguração da fábrica de antibióticos, além da produção recorde de medicamentos, com mais de um bilhão de unidades.

#### UMA FUNDAÇÃO CENTENÁRIA

Em 2007, além de completar 100 anos, a Funed entra em uma nova fase, com a realização do concurso público que permitiu a ampliação de servidores efetivos. Neste mesmo ano, a Escola de Saúde Pública se desvincula da Fundação e passa a ter autonomia administrativa. Em 2008, a cultura da qualidade já era uma realidade na Fundação e, neste ano, a instituição recebeu a certificação da Organização Nacional de Acreditação – ONA –, e a certificação na Norma ISO 17025 e 17023, para diversos ensaios destinados aos Laboratórios Públicos de Minas Gerais e do país. Em 2010, a Funed foi certificada pela ISO 9001 e, em 2011, o Instituto Octávio Magalhães – IOM –, foi o primeiro laboratório brasileiro pré-qualificado pela Organização Mundial da Saúde – OMS –, como referência no controle de qualidade de medicamentos para o continente americano.

Na produção industrial, em 2009, foi firmada a primeira parceria com a suíça Novartis, hoje GSK, para a transferência de tecnologia da vacina contra a meningite C, que passou a integrar o Programa Nacional de Imunização – PNI –, em 2010. Em 2012, foi criado o Programa Ciência em Movimento, com um caminhão que viaja pelos municípios mineiros popularizando a ciência e levando conceitos de saúde e cultura a estudantes e profissionais de saúde, através de linguagem lúdica e popular, com uma exposição itinerante.

Hoje, a Fundação Ezequiel Dias é vinculada à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais – SES-MG –, e age de forma integrada com todo o sistema de saúde pública do Estado, cumprindo com excelência sua missão, de participar do fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS –, protegendo e promovendo a saúde. Uma instituição centenária, mas que está sempre de olho no futuro.

A aprovação do presente projeto de lei é essencial para garantir a permanência do registro histórico do processo de organização da Fundação Ezequiel Dias, visto que a Funed se confunde com a própria história do Estado de Minas Gerais e do povo mineiro, reconhecendo a importância da instituição como patrimônio histórico e cultural de natureza imaterial da saúde do Estado de Minas Gerais.

Pelas razões acima expostas conto com o apoio dos nobres pares desta Casa para aprovação do projeto de lei ora apresentado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 774/2023

Dispõe sobre o Tombamento Estadual do Teatro São Francisco – Teatro Rural de Taquaraçu de Baixo – Município de Santa Luzia e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica Tombado, para fins de conservação, e declarado Patrimônio Cultural Estadual, pela relevância histórica, artística, arquitetônica, paisagística e cultural o Teatro São Francisco – Teatro Rural de Taquaraçu de Baixo situado no município de Santa Luzia-MG.

Art. 2º – O Tombamento terá como limite o perímetro da edificação e demarcação do entorno será de cinco metros além da área edificada em estrita consonância com o tombamento municipal em vigor.

Art. 3º – O Estado promoverá a inscrição e classificação do imóvel e suas características no livro estadual do Tombo, devendo notificar o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha – para que tome todas as providências decorrentes da inserção do bem no acervo estadual de patrimônio cultural.

Art. 4º – Fica estabelecido o prazo de 180 da publicação desta lei para a conferência de demarcação e conclusão dos atos administrativos pertinentes ao tombamento de que trata esta lei.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de maio de 2023.

Delegado Christiano Xavier (PSD)

**Justificação:** Único no país, entre apenas dois exemplares existentes no mundo, o Teatro São Francisco, situado em Taquaraçu de Baixo – Município de Santa Luzia, é uma criação ímpar, rica de história e essência desde a sua concepção até os dias atuais.

Na década de 1950 surgiu do seio popular e por iniciativa particular um estabelecimento que a princípio era adaptação inusitada (a utilização de um espaço de curral) para que os moradores manifestassem suas tendências artísticas mediante encenação e forma criativa de entretenimento que envolvia aquele núcleo vivente em atividades de desenvolvimento de sua própria cultura.

A comunidade composta por aproximadamente 120 famílias transformou um antigo curral em espaço artístico, a princípio se valendo de cortinas e estruturas de camarins e palco improvisadas com recursos caseiros para mais tarde erguer uma edificação simples e rústica dotada de bancos de madeira, leve inclinação no solo que permite boa visibilidade da área de palco com capacidade de público de 150 pessoas. Foi por meio de mutirões para terraplanar o chão com o leve declive e saliência do palco para levantamento das paredes de tijolo de adobe moldados um a um que o esforço coletivo em prol da realização um sonho comunitário fez surgir a estrutura para as práticas culturais locais.

Peculiaridade notável é que as apresentações e montagens de peças se deram há mais de 80 anos formando quatro gerações de atores, escritores, artistas engajados na cultura local, num movimento genuíno de produção de conteúdo e entretenimento para aquele núcleo convivente.

A história dá conta de que o que a princípio era uma despreziosa diversão, orientada pelo pároco Raimundo Nonato Costa, com plateia acomodada em cocheira de gado, tábuas escoradas em tijolo e bancos levados de casa pelos moradores tornou-se

um projeto de repetidos espetáculos, recinto lotado e sucesso de audiência. Mais que isso, um modo de viver, de realizar, entreter, refletir e ser feliz com os benefícios que a arte e a cultura são capazes de proporcionar.

Oficialmente, no âmbito municipal o teatro é tombado por Decreto local tendo recebido do poder público o reconhecimento de sua relevância histórica, social e cultural.

A despeito da ciência de que o tombamento é, pela acepção técnica, um ato administrativo puro, a propriedade da iniciativa legislativa é atestada em âmbito nacional pelo Supremo Tribunal Federal que enfrentou a questão acerca da viabilidade de se fazer por lei – a exemplo do teor dessa matéria constante não só na Constituição da República mas também na Constituição do Estado de Minas Gerais para além das diversas Leis Orgânicas Municipais que comumente inserem dispositivos referentes ao patrimônio que visam conservar diante do valor que guardam e do direito coletivo indisponível que envolve.

Um bem peculiar, surgido do seio de uma comunidade mineira rural visionária e empreendedora. Seu valor transcende a esfera municipal, sendo destaque para o país e mundo. Em anexo, carreamos o histórico do bem a ser protegido e documentos pertinentes.

Pela indiscutível relevância rogo aos nobres pares a apreciação da matéria, deliberação e aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 776/2023**

Declara de utilidade pública a Associação de Proteção Ambiental Nacional – Apan –, com sede no Município de Unaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção Ambiental Nacional – Apan –, com sede no Município de Unaí.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 2023.

Noraldino Júnior (PSC)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 777/2023**

Declara de utilidade pública a Associação de Material Reaproveitável – Ascordiv –, com sede no Município de Divinópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Material Reaproveitável – Ascordiv –, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 2023.

Lohanna, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (PV).



**Justificação:** A Associação de Material Reaproveitável – Ascordiv – há anos presta relevantes serviços de utilidade pública. Suas atividades estão relacionadas com a promoção da sustentabilidade e a redução do impacto ambiental causado pelo consumo excessivo e descarte inadequado de recursos naturais. O reaproveitamento de materiais tem como objetivo maximizar o ciclo de vida dos produtos, evitando o desperdício e a necessidade de extrair novas matérias-primas.

Entre algumas das principais razões pelas quais a Associação de Material Reaproveitável – Ascordiv – é importante encontram-se:

a) **Preservação dos recursos naturais:** Ao utilizar materiais reaproveitáveis, reduz-se a necessidade de extrair novos recursos naturais do meio ambiente. Isso contribui para a preservação de florestas, minerais, água e energia, ajudando a manter o equilíbrio ecológico;

b) **Redução do desperdício:** O reaproveitamento de materiais diminui a quantidade de resíduos gerados. Em vez de descartar itens que ainda possuem valor ou utilidade, eles podem ser reutilizados ou reciclados, evitando o acúmulo em aterros sanitários ou a poluição do meio ambiente.

c) **Economia de energia:** A produção de materiais a partir de matérias-primas virgens geralmente consome uma quantidade significativa de energia. Ao usar materiais reaproveitáveis, reduz-se a necessidade de energia para extração, processamento e fabricação, resultando em menor consumo de recursos energéticos.

d) **Redução das emissões de gases de efeito estufa:** A extração e produção de materiais virgens frequentemente estão associadas à emissão de gases de efeito estufa, contribuindo para as mudanças climáticas. Ao utilizar materiais reaproveitáveis, diminui-se a necessidade de novas produções, o que resulta em menor emissão de gases poluentes.

e) **Estímulo à economia circular:** A associação de materiais reaproveitáveis é um dos princípios fundamentais da economia circular. Essa abordagem busca manter os materiais em uso pelo maior tempo possível, fechando o ciclo de produção, consumo e descarte. Ao fomentar a associação de materiais reaproveitáveis, estimula-se a criação de novos negócios e empregos na área da reciclagem e reutilização.

No geral, a Associação de Material Reaproveitável – Ascordiv – desempenha um papel crucial na transição para uma sociedade mais sustentável, em que os recursos naturais são utilizados de maneira mais eficiente e consciente. Ao adotar essa prática, é possível reduzir o impacto ambiental, preservar os recursos naturais e promover um modelo econômico mais equilibrado, razão pela qual pedimos o apoio para aprovação do presente Projeto de Lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 779/2023**

Declara de utilidade pública a Associação Saberes e Sabores Culturais de Rubim, com sede no Município de Rubim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Saberes e Sabores Culturais de Rubim, com sede no Município de Rubim.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 2023.

Tito Torres (PSD)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 780/2023

Confere ao Município de João Monlevade o título de “Capital Estadual do Fio Máquina”.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica conferido ao Município de João Monlevade o título de “Capital Estadual do Fio Máquina”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 2023.

Tito Torres (PSD)

**Justificação:** O respectivo projeto de lei pretende reconhecer oficialmente o título de “Capital Estadual do Fio Máquina” para o município de João Monlevade.

A história da cidade se confunde com a da ArcelorMittal Usina de João Monlevade, desde que o pioneiro francês Jean Monlevade se estabeleceu na região em 1817. O início da Usina se deu em 1935 com a pedra fundamental do primeiro alto-forno. Desde então, a Usina de Monlevade já produziu vários produtos, tais como tubos, trilhos, chapas, arames, barras de aço nervurado que ajudaram a construir a ponte Rio-Niterói e a capital Brasília.

A partir de 1974, a empresa se concentrou na fabricação de fio máquina, elevando a produção para mais de 1 milhão de toneladas/ano. Em 2002, houve a fusão do grupo ARBED, controlador da empresa Belgo, com os grupos Aceralia (Espanha) e Usinor (França), dando origem a Arcelor. Em 2006, houve uma nova composição com o grupo Mittal originando a ArcelorMittal, maior produtora de aço no mundo.

O fio máquina é um produto siderúrgico que é utilizado como matéria-prima para a fabricação de diversos produtos de aço, como arames para lâ de aço, fixadores, eletrodos e solda MIG e, ainda, aplicações em agropecuária, construção civil, eletrificação, cabos, linha branca, barras para construção mecânica, molas helicoidais, hastes de amortecedores, indústria automobilística entre outros. João Monlevade, por sediar a ArcelorMittal, é um dos principais centros produtores do Brasil e do mundo.

A ArcelorMittal Monlevade expede 85% da produção para clientes no mercado interno e 15% segue para exportação. De acordo com informações divulgadas pela empresa, a ArcelorMittal investirá R\$4,3 bilhões em sua operação brasileira até 2024. Os investimentos serão feitos na usina de Monlevade e na Mina de Serra Azul, em Itatiaiuçu, ambas em Minas Gerais.

Ainda, segundo dados divulgados, a Usina de Monlevade quase dobrará a capacidade produtiva, passando do atual 1,2 milhão de toneladas/ano de aço bruto para 2,2 milhões de toneladas/ano em 2024.

A Lei Ordinária Municipal nº 2.461/2022 já reconhece o título de “Capital do Fio Máquina” como próprio do município de João Monlevade e acredita-se que este reconhecimento em nível estadual será uma importante valorização para a cidade e para a região do Médio Rio Piracicaba, da qual João Monlevade é polo.

O intuito é que o reconhecimento em nível estadual contribua para a promoção de atração de investimentos para a região, atração de turistas, valorização do patrimônio cultural, fomento ao comércio local, aumento da autoestima da população promovendo o orgulho e a identificação do cidadão com o município e região e, por fim, incentive o crescimento e desenvolvimento econômico local.

Esperamos contar com o apoio dos nobres pares nesta iniciativa, que certamente trará benefícios para toda uma região.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 781/2023

Institui a Campanha de Incentivo à Instalação de Fossas Sépticas Biodigestoras nas Áreas Rurais no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Campanha de Incentivo à Instalação de Fossas Sépticas Biodigestoras nas Áreas Rurais do Estado de Minas Gerais com o objetivo de estimular o tratamento ambientalmente adequado de dejetos humanos nas propriedades rurais e urbanas desprovidas de acesso à rede coletora de esgoto.

Parágrafo único – Considera-se como fossa séptica biodigestora a estrutura de esgoto sanitário própria para o tratamento de dejetos humanos por meio da biodigestão, sendo que este sistema pode ser aperfeiçoado de acordo com a evolução tecnológica aplicada ao tratamento de resíduos.

Art. 2º – São diretrizes da Campanha a que se refere o artigo 1º:

I – Promoção de ações educativas de conscientização dos moradores de áreas rurais, núcleos urbanos periféricos desprovidos de rede de esgoto, sobre a importância da instalação de fossas sépticas biodigestoras;

II – Disponibilização de informações sobre a prevenção de doenças, proteção aos lençóis freáticos e produção de adubo orgânico de qualidade para uso agrícola e hortas comunitárias ou particulares;

III – Oferecimento de orientação e assistência técnica para a execução dos projetos de instalação, além de acompanhamento técnico permanente às propriedades que tenham fossas sépticas biodigestoras.

Art. 3º – O Poder Executivo Municipal fica autorizado a:

I – Desenvolver Projetos no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – para fomento e incentivo à instalação de fossas sépticas biodigestoras em propriedades de agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais;

II – Firmar parcerias e desenvolver análises de viabilidade de custeio público para instalação de fossas sépticas biodigestoras em propriedades de agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais.

III – Estimular, nas regiões urbanas periféricas pouco desenvolvidas, núcleos informais sem infraestrutura ou onde seja detectada a ausência de rede coletora de esgoto e a inviabilidade de sua instalação, em parceria com o órgão ambiental local, campanhas de conscientização acerca do uso da fossa biodigestora como opção sustentável;

IV – Fomentar o uso da fossa biodigestora como sistema alternativo para comunidades situadas em ambiente de difícil acesso e instalação de rede coletora.

Art. 4º – O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários para a fiel execução desta Lei.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 2023.

Delegado Christiano Xavier (PSD) – Antonio Carlos Arantes (PL).

**Justificação:** Trago à apreciação de vossas Excelências o projeto de lei cujo assunto adstrito à matéria de meio ambiente e saneamento é de salutar importância não só para a higidez da população mas também para a integridade do solo mineiro no que concerne à solução de menor impacto poluidor e evitação de contaminação.

A Constituição do Estado de Minas Gerais, pelo art. 11, VI trata da competência legislativa comum para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas e nesta esteira, no capítulo dedicado ao Meio Ambiente, pelo art. 214, assevera que ao Estado e à coletividade é imposto o dever de defender o meio ambiente e conservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, diz o texto constitucional que é preciso prevenir e controlar a poluição.

Num Estado onde as águas subterrâneas são comumente utilizadas para abastecimento da população é imprescindível se pensar em medidas de preservar a integridade do solo, de modo a se evitar o máximo possível o lançamento de esgoto não tratado, fortes poluentes das águas e do solo.

A simples ocupação humana é um fator de poluição e assim sendo, há que se cuidar para minorar os impactos causados pelas pessoas e suas moradias no meio ambiente como um todo, mas, sobretudo em regiões de difícil acesso, áreas rurais e núcleos isolados, desprovidos de infraestrutura onde não seja viável instalar a rede coletora de esgoto.

As fossas sépticas biodigestoras entram como uma alternativa limpa de solução no tratamento de esgoto sanitário por meio de um processo biológico singelo, pouco oneroso e de interação de bactérias (anaeróbico) que com o tempo evoluem transformando a matéria orgânica a princípio imprestável em algo útil e de valor na interação com a terra. A biodigestão favorece a prevenção de doenças, a proteção dos lençóis freáticos e a produção de adubo orgânico de excelente qualidade para uso agrícola. Uma maneira eficaz de tratamento com uma resultante economicamente favorável.

Se comparado com o sistema de fossas disponíveis (sépticas e rudimentares) é, sem dúvida, a maneira mais eficaz e segura de evitar a contaminação das águas – o que é uma enorme vantagem que impede a vulneração do lençol freático. “A fossa séptica, apesar de evitar contaminação não promove a reciclagem dos dejetos humanos, como ocorre na fossa séptica biodigestora. Essa última também elimina a contaminação de águas subterrâneas e, diferentemente dos outros métodos, promove a reciclagem de dejetos. O produto dessa reciclagem é um efluente inodoro e com alta carga de nutrientes que são benéficos às plantas.”

É uma medida que alia simplicidade, baixo custo e eficiência para o meio ambiente com um efluente de adubação perfeito para fomentar o cultivo de hortas e culturas diversas como árvores frutíferas exóticas e nativas. Anexamos à presente proposta os estudos consolidados que dão conta que “os benefícios desse sistema em relação às fossas convencionais são, principalmente, a reciclagem dos dejetos e sua vedação hermética (que impede a proliferação de vetores de doenças).”

A utilização desses efluentes pode se dar diretamente na adubação de plantas localizadas próximas às residências trazendo economia significativa no uso de fertilizantes químicos. Resultado de pesquisas bem sucedidas na Embrapa, que na prática vem favorecer a higidez ambiental, a economia e soluções inteligentes e ambientalmente corretas.

Assim, temos que se afigura fundamental a divulgação de informações que incentivem os moradores de áreas rurais e periféricas sem acesso à rede geral a instalar este mecanismo em suas propriedades, sendo necessário também que o Estado fomente a propagação do método de modo a facilitar o acesso de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais a esta tecnologia.

Peço a análise, a apreciação e aquiescência dos nobres pares para que da formação de suas convicções acerca da matéria resulte o voto favorável.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Saúde para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 782/2023**

Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Real Juventude, com sede no Município de Vespasiano.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva Real Juventude, com sede no Município de Vespasiano.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de maio de 2023.

Nayara Rocha (PP)

**Justificação:** A Associação Esportiva Real Juventude, foi fundada na cidade de Vespasiano em 21 de janeiro de 2019, como uma entidade sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado.

Criada com o intuito de promover a prática esportiva da modalidade de futebol para crianças, acima de 11 anos, adolescentes e adultos na comunidade Morro Alto, a Associação Esportiva Real Juventude tem a missão de ensinar futebol, promovendo a paz e o respeito ao ser humano.

O esporte ainda tem como objetivo desenvolver o raciocínio próprio e lógico dos atletas, exigindo também condicionamento físico e técnico.

Com o título a Instituição poderá expandir sua atuação, alcançando ainda mais beneficiários e proporcionará ainda mais qualidade de vida à população vinculada a ela.

Por sua destacada atuação e importância, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 783/2023**

Declara de utilidade pública a Associação de Proteção aos Animais – APAC-Campestre –, com sede no Município de Campestre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção aos Animais – APAC-Campestre –, com sede no Município de Campestre.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de maio de 2023.

Cassio Soares, líder do Bloco Minas em Frente (PSD).

**Justificação:** A Associação de Proteção aos Animais de Campestre – APAC-Campestre –, fundada em 2021, com diretoria formada por pessoas idôneas e não remuneradas que desenvolve relevantes projetos na cidade de Campestre, tem por finalidade a proteção e defesa aos direitos dos animais.

Nesta associação os animais recebem assistência básica, alimentação, vacinação, vermifugação e outros cuidados, por meio de recursos próprios ou em parceria com o Poder Público.

Além de promover a proteção e a defesa dos animais, a entidade busca soluções em questões de interesse da coletividade, como o resgate e o incentivo a adoção de animais abandonados, de forma responsável e supervisionada. Sua atuação tem como

finalidade zelar pelo bem-estar físico e psicológico dos animais em geral, promovendo ações e projetos voltados a este fim, conforme seu estatuto.

Por estas razões, conto com o apoio desta Casa para a aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 784/2023

Dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Grama a área correspondente.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica desafetado o trecho da Rodovia AMG-1715 compreendido entre o km 14,6 e o km 15,6, com extensão de 1 km (um quilômetro), no Município de Santo Antônio do Grama.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santo Antônio do Grama a área correspondente ao trecho de rodovia de que trata o art. 1º.

Parágrafo único – A área a que se refere o *caput* integrará o perímetro urbano do Município de Santo Antônio do Grama e destina-se à instalação de via urbana.

Art. 3º – A área objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da publicação desta lei, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de maio de 2023.

Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário (PDT).

**Justificação:** A municipalização do referido trecho rodoviário poderá contribuir para a melhoria da circulação de pessoas e veículos que hoje utilizam a rodovia, visto que a gestão, a manutenção e a operação dessa via passarão a ser de responsabilidade da administração municipal, ente federativo conhecedor maior das demandas da comunidade local.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 785/2023

Dá denominação ao trecho da LMG-799 compreendido entre Capelinha do Barreiro até o Município de Conceição das Alagoas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Vicente de Paulo Cussi o trecho da LMG-799 compreendido entre Capelinha do Barreiro até o Município de Conceição das Alagoas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de maio de 2023.

Raul Belém (Cidadania)

**Justificação:** Vicente de Paulo Cussi, natural de Uberaba, formou-se pela Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro, em 1975, desde então dedicou sua carreira ao DER – Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais, onde foi gestor de inúmeros programas pioneiros e centenas de obras. Porém, Paulo Cussi, como era conhecido, tinha um jeito peculiar de construir uma estrada, tinha completo domínio sobre cada detalhe da obra, desde seus materiais, seus traçados, as melhores técnicas, quais desafios teria e a melhor maneira de conduzir a obra. Pode-se dizer que as obras eram uma extensão dele mesmo, ele respirava e vivenciava cada uma delas como a mais importante. Um amante da engenharia e do DER, órgão que defendeu até seu último suspiro, quando faleceu em 17 de janeiro de 2021. Sua contribuição para a malha rodoviária do Estado e seus ensinamentos são imensuráveis. Por isso, a justa homenagem em denominar a sua última obra Rodoviária com seu nome, a LMG-799, entre Capelinha do Barreiro e o Município de Conceição das Alagoas.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 786/2023

Dispõe sobre a anistia de créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – devido na entrada ou na saída desacobertada de bovinos, ovinos, caprinos e bubalinos no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam anistiados os créditos tributários relativos ao ICMS decorrentes da omissão na entrada ou na saída de bovinos, ovinos, caprinos e bubalinos apurados na atualização cadastral de rebanhos em Minas Gerais, realizada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária, no período de 15 de maio a 30 de junho de 2023, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizada ou não sua cobrança, cujo fato gerador tenha ocorrido até o dia 14 de maio de 2023, observadas as formas e condições previstas nesta lei, e atendidas as demais condições fixadas em lei ou em regulamento.

§ 1º – Os créditos tributários a que se refere este artigo serão consolidados na data do pedido de ingresso de que trata esta lei, com os acréscimos legais devidos.

§ 2º – Poderão ser incluídos na consolidação a que se refere o § 1º os valores espontaneamente denunciados ou informados pelo contribuinte à repartição fazendária decorrentes de infrações relacionadas a créditos tributários de que trata esta lei, cujo fato gerador não ultrapasse aquele estabelecido no *caput* deste artigo.

§ 3º – Para ser dispensado do recolhimento dos valores dos juros e das multas punitivas e moratórias, deverá o infrator recolher o ICMS, devidamente atualizado, em até 30 (trinta) dias após a data de publicação desta lei.

§ 4º – O disposto nesta lei não exime o produtor das demais obrigações já estabelecidas em lei ou regulamento como, por exemplo, as de ordem sanitária.

Art. 2º – A divergência de saldo de bovinos, ovinos, caprinos e bubalinos registrada na ficha sanitária e o existente fisicamente na propriedade gerará, automaticamente, advertência e, em havendo reincidência, com vistoria e contagem prévia, será lavrado auto de infração na forma das normas vigentes.

§ 1º – Fica, automaticamente excluído dos benefícios desta lei, aquele que cometeu reincidência nos termos do *caput* do art. 2º.

§ 2º – A divergência de saldo na ficha sanitária e o existente fisicamente na propriedade, caso haja comprovada má-fé, mediante fraude para acobertar vendas de animais adquiridos sem documento fiscal para lavagem de dinheiro, proíbe o gozo desta lei.

Art. 3º – O disposto nesta lei não autoriza a devolução, restituição ou compensação de valores já recolhidos e fica condicionado à desistência de ações ou embargos à execução fiscal, nos autos judiciais respectivos, à desistência de impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo e à renúncia ao direito sobre o qual se fundam ou se fundariam as ações judiciais.

Sala das Reuniões, 23 de maio de 2023.

Lucas Lasmar, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (Rede).

**Justificação:** O Ministério da Agricultura e Pecuária – Mapa –, instituiu o Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa – Pnefa –, 2017/2026, o qual tem como objetivo “criar e manter condições sustentáveis para garantir o status de país livre da febre aftosa e ampliar as zonas livres de febre aftosa sem vacinação, protegendo o patrimônio pecuário nacional e gerando o máximo de benefícios aos atores envolvidos e à sociedade brasileira.”

O Plano está alinhado com o Código Sanitário para os Animais Terrestres, da Organização Mundial de Saúde Animal – OMSA –, e com as diretrizes do Programa Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa – Phefa –, convergindo com os esforços para a erradicação da doença no continente Americano.

Nesse sentido, Minas Gerais superou a meta de cobertura vacinal contra febre aftosa em 2022, registrando o índice de 97% dos rebanhos vacinados.

Com isso, conforme Portaria 574, de 31 de março de 2023, do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA – Minas Gerais esta entre as 7 unidades da federação, que não precisarão mais vacinar seu rebanho bovino e bubalino contra a febre aftosa.

Com isso, imediatamente, os produtores deixam de arcar com os diversos custos relacionados à vacinação e, ao mesmo tempo, podem redirecionar estes custos para o custeio e investimento necessários à manutenção do status sanitário alcançado.

Importante salientar que, o reconhecimento de zona livre de febre aftosa sem vacinação beneficia importantes cadeias, como a de suínos. E, por fim, deve-se dizer que países livres de febre aftosa sem vacinação têm acesso a mercados mais exigentes e que remuneram melhor.

Por tudo isso, o Instituto Mineiro de Agropecuária do Estado de Minas Gerais – IMA –, exarou a Portaria IMA nº 2227, de 29 de abril de 2023, que estabelece procedimentos de atualização cadastral de rebanhos em Minas Gerais, que ocorre desde o dia 15 de maio e findará em 30 de junho do corrente ano.

Sendo assim, o presente projeto de lei visa melhorar, ainda mais, a situação do estado de Minas Gerais que, ao deixar de punir o pequeno e o grande produtor, incentivará a regularização do rebanho mineiro e, com isso, também garantirá a defesa sanitária animal, na prevenção, no controle e/ou erradicação de doenças de impacto econômico e de importância zoonótica, valorizando, assim, o patrimônio pecuário e a saúde pública.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Agropecuária e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 787/2023

Declara de utilidade pública o Instituto Pelicano, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Pelicano, com sede no Município de Contagem.



Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de maio de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 788/2023

Declara como patrimônio histórico, cultural e social, de natureza material e imaterial de Minas Gerais, o garimpo artesanal em Antônio Pereira, Ouro Preto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado como patrimônio histórico, cultural e social, de natureza material e imaterial de Minas Gerais, o garimpo artesanal em Antônio Pereira, Ouro Preto.

Art. 2º – O bem cultural de que trata esta lei poderá, a critério dos órgãos responsáveis pela política de patrimônio cultural do Estado, ser objeto de proteção específica, por meio de inventários, tombamento, registro ou de outros procedimentos administrativos pertinentes, conforme a legislação aplicável.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de maio de 2023.

Leleco Pimentel, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (PT).

**Justificação:** O garimpo artesanal de Antônio Pereira é expressão maior de um processo cultural de permanência e de pertencimento, processo esse que é imaterial e também econômico, sendo fonte de renda de famílias da região há séculos.

Em que pese, três séculos depois, em uma disputa territorial econômica marcada por um processo oposto ao artesanal, as grandes mineradoras lançarem mão de instrumentos mecânicos para a produção em alta escala, o garimpo de Antônio Pereira, caracterizado pelo trabalho manual e para a subsistência das famílias, resiste sob uma tradição artesanal.

Considerando o necessário reconhecimento da tradição garimpeira em Antônio Pereira como patrimônio histórico, cultural e social, de natureza material e imaterial de Minas Gerais, para a manutenção da história de um povo, com reconhecimento e garantia de condições de perpetuação dessa história e dessa cultura, que vem assegurando a sobrevivência de gerações no território, apresenta-se esse projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### REQUERIMENTOS

Nº 1.816/2023, da deputada Lohanna, em que requer a realização de ciclo de debates, seminário legislativo, fórum técnico ou outra modalidade de evento que a Gerência de Projetos Institucionais desta Casa julgar adequado, com o objetivo de promover a conscientização da população e dos parlamentares sobre o atual cenário da esclerose múltipla – EM – e de reforçar a importância da criação e do fortalecimento de redes de apoio em atenção à pessoa com EM, bem como da implementação de políticas públicas que viabilizem o diagnóstico precoce, o acesso a cuidados médicos especializados e a medicamentos, a educação e a conscientização, os

direitos e a proteção legal, a pesquisa e a inovação, entre outras medidas em prol da redução de impactos, da prevenção e do tratamento das pessoas com EM. (– Ciente. À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.818/2023, do deputado Roberto Andrade e outros, em que requerem a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. José Arthur de Carvalho Pereira Filho, por sua contribuição para o aperfeiçoamento e inovação da Justiça no Estado. (– Publicado, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.753/2020)

Nº 1.831/2023, do deputado Thiago Cota, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.061/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Nº 1.832/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Folha Regional pelos 33 anos de fundação e pelos serviços prestados com muito brilhantismo e comprometimento, ao levar informação de qualidade para as populações dos Municípios de Muzambinho, Guaxupé, Monte Belo, Areado, Alterosa, Jacuí, Cabo Verde, Botelhos, Juruiaia, Conceição da Aparecida, Nova Resende, Bom Jesus da Penha, São Pedro da União, Arceburgo, Guaranésia, Monte Santo de Minas, Itamogi, São Sebastião do Paraíso, Divisa Nova, Serrania, Bandeira do Sul, Passos, Alfenas e Poços de Caldas. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.833/2023, da deputada Marli Ribeiro, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a realização de análise técnica com vistas à elaboração de projeto de correção da curva Santa Izabel, na Rodovia MG-188, no Município de Paracatu, local com grande fluxo de veículos e alto índice de acidentes. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.834/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o planejamento de retomada das obras e das tratativas com a Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop – para a transformação do Hospital Regional de Conselheiro Lafaiete em hospital-escola, por meio da gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH – e do Ministério da Educação, em importante parceria cem por cento pública para esse hospital. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.835/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a assistência oncológica, especificando-se o gasto anual com procedimentos oncológicos nos últimos quatro anos e a projeção de gastos para 2023, por tipo de câncer; os valores detalhados por tipo de tratamento (radioterapia, quimioterapia, hematologia, oncopediatria, iodoterapia e outros); os valores pagos por via judicial e administrativa; os valores pagos por hospital habilitado; e o fluxo percorrido pelo paciente para ter a assistência oncológica, desde a consulta inicial até o tratamento final. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.836/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre todas as emendas parlamentares federais na área da saúde cujos recursos foram recebidos pelo Estado e ainda não foram repassados, bem como sobre a data do crédito desses recursos nos cofres públicos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.837/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para agilização do pagamento das emendas parlamentares federais, cujos créditos, repassados pelo Ministério da Saúde ao Estado, até o momento não foram pagos.

Nº 1.838/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde pedido de providências para que seja apresentada proposta para melhoria da tabela de procedimentos de biópsia, cirurgia e radioterapia.

Nº 1.839/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas à participação de membros dessa comissão no Grupo Técnico de Oncologia da citada secretaria.

Nº 1.840/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja feita complementação financeira com vistas a cobrir o custo de biópsias realizadas pelos hospitais no Estado, após levantamento dos custos reais, em um prazo de 60 dias.

Nº 1.841/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que essa pasta e a Unidade de Alta Complexidade em Oncologia sejam responsáveis pelo levantamento dos custos de biópsias, cirurgias e radioterapias.

Nº 1.842/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os convênios não finalizados com os municípios e hospitais filantrópicos nos últimos 20 anos, especificando-se valores e prestações em aberto. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.852/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o pagamento do extrateto dos hospitais oncológicos de 2012 a 2023, com a apresentação do cronograma de pagamento e da forma como se dará a correção monetária dos valores investidos por esses hospitais no período citado e com o detalhamento dos valores repassados nos últimos dez anos, por meio de emendas parlamentares federais e estaduais, aos hospitais de alta complexidade, aos centros de assistência de alta complexidade em oncologia – Cacons – e às unidades de assistência de alta complexidade em oncologia – Unacons – localizados no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.853/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os dados apresentados pela diretora de redes dessa secretaria por ocasião da 6ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 3/5/2023, especificamente quanto à fiscalização dos valores repassados aos municípios para a realização de exames oncológicos, de R\$1.397,00, por ano, por paciente, e para a realização de mamografia, de R\$184,00, por paciente. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.854/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações a respeito da execução da linha de cuidados estabelecida na Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.468, de 22 de março de 2017, esclarecendo quais são os valores repassados atualmente para cada uma das casas de saúde reconhecidas no Anexo Único da resolução; quais as especialidades dos profissionais que foram designados para atuar na linha de cuidados; quantas pessoas estão inscritas na linha de cuidado em cada uma das casas de saúde, em relação ao número de residentes nas ex-colônias; como é realizado o monitoramento da execução da linha de cuidado; e se os serviços estão sendo ofertados nas casas de saúde para os filhos segregados de pais com hanseníase. (– À Mesa da Assembleia.)

### Oradores Inscritos

A deputada Macaé Evaristo – Boa tarde, senhoras e senhores. Cumprimento a Mesa, cumprimento os trabalhadores da Casa.

Eu gostaria de focar a minha fala de hoje em dois grandes problemas globais: quero falar de racismo, quero falar de xenofobia. Se a gente for pensar, os grandes conflitos mundiais hoje se estruturam em torno do racismo e da xenofobia. Então a primeira coisa que eu gostaria de tratar aqui é sobre os povos ciganos. Hoje, 24 de maio, é o dia dedicado ao povo cigano, é Dia de Santa Sara Kali. Eu também quero falar, hoje, do Dia da África – amanhã, 25 de maio – e aproveitar para prestar solidariedade ao jogador Vini Júnior, vítima de racismo em partida de futebol na Espanha. Além disso, ressaltar o trabalho feito pelo governo Lula para denunciar o racismo e apoiar o jogador. Por fim, ainda quero denunciar tentativas de manter o racismo, que se manifestam em falas absurdas como a do senador Magno Malta, que criticou a repercussão da imprensa sobre o caso de racismo sofrido pelo jogador brasileiro Vinícius Júnior; e ainda denunciar o horror de um aplicativo disponível nas plataformas que simula a escravidão.

O dia de hoje – 24 de maio – é dedicado ao povo cigano, minoria étnica protegida pela Constituição de 1988, e escolhido por ser dedicado à Santa Sara Kali, padroeira dos povos ciganos. O Dia Nacional do Cigano foi instituído em 2006 por meio de

decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reconhecimento à contribuição da etnia cigana na formação da identidade cultural brasileira. Quando eu fui secretária do Ministério da Educação, de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão, em conjunto com um grupo de trabalho e representação das etnias ciganas no Brasil, nós elaboramos um documento com as diretrizes para o acolhimento e a inclusão do povo cigano no sistema de ensino. Um dos pontos desse documento se refere à garantia de matrícula em qualquer época do ano aos filhos e às filhas dos ciganos: uma garantia universal. Falar de racismo, falar de xenofobia é também falar do direito à educação dos povos ciganos que não só no nosso país mas também em vários lugares do mundo sofrem com permanentes situações de racismo e xenofobia. Crianças, adolescentes, jovens e adultos ciganos em situação de itinerância deverão ser garantidos seus direitos à educação. Os sistemas de ensino, por meio de suas escolas, deverão assegurar a matrícula de estudantes em situação de itinerância sem a imposição de qualquer embaraço, preconceito ou discriminação, pois se tem aí direito fundamental mediante autodeclaração do responsável.

Em Minas, uma pesquisa do IBGE aponta que pelo menos 78 cidades mineiras reservam espaços para acampamentos dos povos ciganos: Alfenas, Alvinópolis, Andradas, Araguari, Araxá, Areado, Baldim, Bandeira do Sul, Barbacena, Campina Verde, Campo Florido, Canápolis, Capetinga – e aí eu posso continuar, não é, gente? –, chegando ainda a Três Pontas, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, Vargem Alegre, Verdelândia, Viçosa, Visconde do Rio Branco, Volta Grande. Falo desses municípios, mas há inúmeros outros, porque, Doutor Jean Freire, em muitos municípios brasileiros, a população cigana fica invisível, não tem lugar próprio para acampamento. Em muitas cidades, eles alugam lotes, e esse espaço alugado vai se reiterando como lugar de acampamento. As crianças ciganas, muitas vezes, não estão identificadas no Censo escolar e não têm a garantia da matrícula compulsória na escola, o que é obrigação de todo e qualquer sistema de ensino.

Então, eu quero começar falando de racismo e xenofobia pelo direito à educação. O racismo, a xenofobia, a segregação das pessoas pela sua etnia, pela cor da sua pele impacta especialmente as crianças, impacta diretamente o direito à educação. Neste dia dedicado ao povo cigano, eu quero chamar a atenção do Estado de Minas Gerais, dos municípios mineiros para a garantia do direito à escolarização dessas crianças.

Também não posso deixar de prestar solidariedade ao jogador brasileiro que atua no Real Madrid, o Vini Júnior, vítima de racismo em uma partida de futebol da liga espanhola, no domingo, 21 de maio. O jogador foi atacado com insultos, gestos racistas e ainda foi agredido com um golpe de mata-leão pelos jogadores do Valencia. Embora tenha sido a vítima, foi expulso pelo árbitro, e a partida seguiu como se nada houvesse ocorrido. Uma cena lamentável para o esporte mundial e um ataque aos direitos humanos.

Quero ressaltar aqui o brilhantismo do Vinícius Júnior, que se tornou um dos protagonistas do Real Madrid desde a chegada do técnico Carlo Ancelotti, mas passou a conviver com ataques racistas. O racismo é abjeto e deveria ser enfrentado de forma vigorosa. No entanto, não é o que vimos em relação às reiteradas agressões racistas, mais de nove, direcionadas ao jogador. Por isso foi necessário que o governo federal apresentasse pedidos de tratativas ao governo espanhol.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, acionou o Ministério Público da Espanha e também ligou para a vice-presidenta da Espanha, logo após tomar conhecimento do caso. A equipe do ministério também mobilizou o empresário de Vini Júnior e o Ministério da Igualdade da Espanha. Nesse sentido, eu faço coro com o ministro de Direitos Humanos e Cidadania, Sílvio Almeida, que afirmou que o silêncio das autoridades é conivente com o racismo.

Desde janeiro, o atacante sofre inúmeras ameaças. Somente agora sete pessoas foram presas: três pelos ataques no jogo de domingo e outras quatro em decorrência da simulação de enforcamento do jogador. Mas os agressores já foram liberados. Depois de muita pressão, foi demitido o árbitro de vídeo da partida. Os ataques direcionados a Vini Júnior causaram perplexidade a todos que entendem que a luta antirracista é fundamental para todos.

Olha gente, eu quero dizer para vocês que, quando Vini Júnior é atacado, cada criança negra, cada menino negro, numa partida de futebol, em qualquer município brasileiro, em qualquer lugar deste nosso planeta, também pode ser atacado; pode ser

atacado porque pode parecer que ofensas racistas são admissíveis. No entanto, lamentavelmente, o senador Magno Malta teve a coragem e a desfaçatez de, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, no dia de ontem, proferir absurdos. Olha, eu queria que vocês prestassem atenção na gravidade da fala do senador. É o seguinte: “Cadê os defensores da causa animal que não defendem o macaco? O macaco está exposto”. É muita hipocrisia! Muita hipocrisia! Ele diz: “O macaco é inteligente, é bem pertinho do homem. A única diferença é o rabo. É ágil, alegre. Tudo o que você pode imaginar ele tem”.

E ele disse mais. “Eu, se fosse um jogador negro, entraria em campo com uma leitoinha branca nos braços, ainda dava um beijo nela e falava assim: ‘Ó, como não tenho nada contra branco, eu ainda a como’”. E se tiver... Eu quero dizer, gente, que pessoas negras não são macacas e que mulheres brancas não são porcas, não estão à disposição do senador Magno Malta. “E, como eu não tenho nada, eu levava uma leitoinha”. Eu quero que vocês prestem bem atenção, porque isso é racismo e misoginia. Nós não somos macacos nem mulheres brancas são porcas. A fala do senador é um escárnio, é um desrespeito, é um desrespeito com o Vini Júnior, é um desrespeito com toda a população negra deste país, é um desrespeito com as mulheres brancas. Ele fala de leitoa. É misoginia uma fala que tenta nos desumanizar. Como um senador da República tem a coragem de fazer uma fala criminoso? O nome disso, gente, é racismo. E alguns acham que é racismo recreativo. Ele acha que está fazendo uma brincadeira. Essa forma de racismo não tem limite. Ela circula nas redes sociais, assim como, pasmem, também circula nas redes sociais um aplicativo que simula a escravidão. Veja bem, Doutor Jean Freire: esse aplicativo está disponível para ser baixado no Google Play. Ele simula a escravidão de pessoas negras. É uma brincadeira. Você pode brincar de ter pessoas escravizadas.

Olha, é uma pena este Plenário, apesar de ter a presença de todos vocês, não ter a presença de todo mundo aqui. Mas a gente não aguenta mais, viu, deputada Lohanna? A gente não aguenta mais conviver com autoridades brasileiras que cospem na Constituição, que não respeitam a maioria da população brasileira. Nós somos mais de 50% de pretos, pardos e indígenas. Nós, mulheres, somos a maioria também. Ele cuspiu nas mulheres quando usou essa expressão abjeta ontem, no Senado.

Diante dessas manifestações de racismo, eu quero, concluindo, lembrar que amanhã, 25 de maio, é o Dia Mundial da África. Foi nesse dia, há 58 anos, na capital da Etiópia, Adis Abeba, que foi criada a Organização da Unidade Africana, hoje conhecida como União Africana. A data representa a libertação das nações africanas da colonização, assim como a união entre os diferentes povos africanos e povos filhos da diáspora africana na luta pelos pilares pautados pela União Africana. O que dizem os pilares da União Africana? Dizem respeito à prosperidade do continente africano, tomando por base a ideia de crescimento inclusivo, desenvolvimento sustentável, união política – pan-africanista –, boa governança, respeito aos direitos humanos, à justiça e ao estado de direito. Amanhã, 25 de maio, Dia Mundial da África, também é o dia para a gente pensar na África global, na África que há em nós, na África que há no mundo, e para a gente reafirmar o combate ao racismo.

Eu quero finalizar citando o primeiro autor negro africano a ser premiado com o Nobel de Literatura, que é o Wole Soyinka. Ele dizia, e eu acho que ele diz bem desse momento que nós estamos vivendo: “A maior ameaça à liberdade é a ausência de crítica. Demagogia é usar o passado para absolver os responsáveis pelo presente. Chega, chega de justificar o racismo por causa dos 300 anos de escravidão que nós tivemos no País! Os racistas estão aqui, hoje, e que respondam por seus atos”. E ainda há uma terceira frase do Soyinka: “O homem morre em todos aqueles que se calam diante da tirania”. Não tem tirania maior do que o racismo. A todos aqueles que se calam, o meu repúdio!

### **Registro de Presença**

O presidente (deputado Dr. Maurício) – Antes de dar prosseguimento, a presidência registra a presença, em Plenário, do presidente da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, Gabriel Azevedo, que nos recebeu muito bem, na semana passada, quando estivemos lá, por ocasião da homenagem ao nosso colega Roberto Andrade.

Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, companheiros e companheiras deputadas e deputados aqui presentes, servidores desta Casa, público que nos acompanha nesta Casa e público que nos acompanha pela TV Assembleia. Primeiramente, Sr. Presidente, eu vou dividir a minha fala em alguns pontos.

Primeiro eu gostaria de parabenizar a Unimontes, que está completando 61 anos de muita dedicação nessa pauta da educação e nesse compromisso – deputada Macaé, que é uma amante e defensora da educação – de interiorizar o conhecimento, de interiorizar a formação. Parabéns à Unimontes! Parabéns a todos os servidores e servidoras da Unimontes, que desenvolvem tão bem o seu papel!

A deputada Macaé faz uma fala muito importante, em que ela chama a atenção, de uma maneira muito veemente, e despreza aqueles que se calam perante o que aconteceu. Parabéns, deputada, quando V. Exa. diz o que sofreu o Vinícius Júnior – o Vini – nesse último episódio. Digo “último episódio”, porque, nas falas dele, não foi a primeira, não foi a segunda, não foi a terceira vez – foram mais de 10 vezes – que ele sofreu, talvez, o pior dos preconceitos, o racismo.

V. Exa. diz, com muita propriedade, que quando o jogador Vini sofre esse preconceito, sofre o racismo, é também cada criança, cada menino, cada menina e cada mulher que sofre esse preconceito em tantos lugares deste nosso país. O meu abraço a V. Exa., ao descer da tribuna, é um abraço a cada criança, a cada um e a cada uma que sofre o racismo, e também é um abraço à causa do nosso povo negro, com muita veemência, deputada Macaé. Parabéns por sua fala! O meu abraço ao Vini; o meu abraço a cada um e a cada uma que sofre no dia a dia. Mais do que a minha solidariedade, a minha luta junto com vocês!

Assim como V. Exa. diz, com os olhos brilhando de emoção, o meu repúdio, deputada Macaé, também a quem se cala: às autoridades; às não autoridades; a quem se cala com esse crime que ocorreu e com os crimes que ocorrem a cada dia. É crime! É crime, e, talvez, o pior deles.

E nós temos que chamar atenção para isso porque, muitas vezes, a gente escuta alguns falarem que nós vivemos num país em que não temos isso, em que não temos racismo.

Então eu quero deixar aqui, deputada... Mais uma vez, quero parabenizá-la pela fala, pela luta que você, deputada Macaé, trava aqui, nesta Casa, no seu dia a dia, e por onde você anda. O meu abraço a você; parabéns às causas pelas quais você tanto luta.

Eu subi aqui também para agradecer e dizer que, na última semana, eu estive... Na semana retrasada, eu estive num evento muito enriquecedor que tratava sobre o Vale do Jequitinhonha, que tratava sobre uma das maiores riquezas que nós temos no Vale do Jequitinhonha. Alguém pode pensar, deputada Lohanna, que eu vou falar sobre o evento Vale do Lítio. Não. Eu estive na feira de artesanato da UFMG, a feira de artesanato do Vale do Jequitinhonha na UFMG, e quero aqui agradecer à UFMG, agradecer à Profa. Marizinha e a tantos professores e professoras do polo da UFMG no Vale do Jequitinhonha que desenvolvem, há anos, essa feira de artesanato do Vale do Jequitinhonha aqui, em Belo Horizonte. Ao andar visitando todos os artesãos e artesãs que ali estavam... Todos ficaram felizes com as vendas. Nós estamos apresentando aqui um projeto de reconhecimento e valorização da feira da UFMG, feira de artesanato do Vale do Jequitinhonha da UFMG. Parabéns.

No domingo passado, eu também estive na nossa querida Almenara, no Baixo Jequitinhonha, acompanhando o X Fórum da Mulher do Vale do Jequitinhonha, para o enfrentamento da violência contra as mulheres do Vale do Jequitinhonha. Mais uma vez, gratidão a tantos e tantas que lá estiveram e que fazem essa feira acontecer; e gratidão também à UFMG, que também está na organização desse fórum, o X Fórum da Mulher do Vale do Jequitinhonha. Parabéns a todas as mulheres que estiveram por lá, a todas as autoridades que estiveram presentes. Mais uma vez, gratidão ao polo da UFMG no Vale do Jequitinhonha.

E quero aqui também tratar... Hoje eu participei de uma audiência pública – o deputado Grego da Fundação estava presente – na comissão extraordinária que trata sobre a questão do câncer. E não era de se esperar... A gente vê o descaso na condução de tantas patologias, mas principalmente na condução do câncer, na condução desses pacientes que sofrem de câncer. O Vale do Jequitinhonha é a única região que não tem até o momento uma referência local para fazer esse enfrentamento. Eu costumo dizer

que... E houve lá vários pedidos chamando a atenção do governo para isto: quando é para vender nossas riquezas, quando é para entregar nossas riquezas, aí o Vale aparece. Nos últimos dias, a gente tem notado a angústia de várias pessoas que, no dia a dia, estão na lida, no cuidado com o outro, com a outra nos hospitais, tentando transferências, e isso tem angustiado muito a gente, deputada Lohanna.

É preciso parar com isto, deputado Cleiton: um paciente conseguir um tratamento mais rápido porque consegue... E é com todos nós. O meu telefone toca, o telefone de vocês deve tocar no dia a dia, pedindo para tentar uma interferência, para tentar um jeito, deputado Wilson, de conseguir – V. Exa. é médico também – um tratamento ali, conseguir que o paciente seja internado mais rápido ali, em um canto ou em outro.

Durante a pandemia, questionaram-me sobre uma transferência que nós havíamos pedido de uma paciente grávida com covid. A gente tinha feito o pedido da transferência, e me questionaram porque ficaram sabendo que o deputado Jean tinha feito essa interferência para que a vaga saísse mais rápido. E olhem que era um hospital de referência para tratamento. Questionaram-me se isso era verdade, e eu falei: “É; é verdade, mas não foi o deputado Jean que fez, não, foi o médico Jean, que está lá, na ponta, porque a sensibilidade vai acima de preencher um papel e entregar para quem está à frente do computador colocar e pedir a vaga para o paciente. Vai acima disso. Eu pego o telefone, eu ligo, eu peço para ligar, para tentar aquela vaga para o paciente. Não foi o deputado, não; foi o médico que tentou a vaga.

Nós temos um projeto de lei de nossa autoria que está aqui há oito anos, criando a fila única do SUS. Não é justo, não é correto que um paciente frature o fêmur hoje lá, no Vale do Jequitinhonha, e que outro, se fraturar aqui, em Belo Horizonte, seja operado, enquanto o de lá fica esperando. Na semana que vem, se outro fraturar aqui, será operado, e o de lá continuará esperando. É assim: por três, quatro, cinco semanas. Então, quando eu faço qualquer movimento, dentro da ética, para tentar ajudar um paciente ou uma paciente é porque eu sei a dor que é estar lá, do outro lado.

Eu quero desabafar e falar isso aqui porque vários amigos e amigas têm falado dessa angústia. No dia a dia, nós temos crianças que estão há 30 dias no hospital lá, no interior, em Almenara, em outras cidades, esperando transferência. Não há vaga. Nós já perdemos paciente em Araçuaí, grande queimado, que ficou 30 dias esperando vaga. E não há vaga. Isso é desumano! E ainda a gente escuta dizerem, deputada Lohanna, que Minas está nos trilhos, que Minas foi colocada nos trilhos.

Eu poderia falar de várias situações aqui de falta de cuidado do nosso estado, mas um dos que mais dói é a falta de cuidado diretamente com o nosso povo, com aquele e com aquela que estão no momento mais frágil, que estão com adoecimento, seja na oncologia, seja na traumatologia, seja para fazer um exame que não se faz lá, no Vale do Jequitinhonha, no Vale do Mucuri. Então eu acho que nós, parlamentares, precisamos debater e pautar isso muito aqui, nesta Casa. Que vá além das audiências públicas, que vá além de requerimento, de chamar aqui secretário, autoridades para fazer essa cobrança, mas que isso mude de uma vez por todas.

Isso não é de agora. É verdade. Mas, a cada dia, isso persiste, isso continua, presidente, e nós não podemos aceitar. V. Exa. deve sofrer isso na sua região. Deve haver pedidos no dia a dia. V. Exa. deve tentar ajudar, resolver, porque está ali, na frente, vendo a família sofrer. Mas não deveria passar por políticos. Não deveria ser necessário uma família pegar um celular e mandar uma mensagem para um deputado, para uma deputada, para um prefeito, para uma prefeita, para um vereador, para solicitar o que está na Constituição: a saúde é direito de todos e de todas. Então eu quero deixar, com muita firmeza, com muita força, esse meu pedido, a solicitação a todos os órgãos, a todas as autoridades envolvidas ou que, pelo menos, deveriam estar envolvidas com o cuidar do próximo: que deveriam cuidar mais das pessoas.

O nosso povo está morrendo, esperando em fila para exames. O nosso povo está morrendo esperando na fila para tratamentos, enquanto alguns têm prioridades. Às vezes, por ter um plano de saúde ou por poder pagar, usam, muitas vezes, colegas deputados e deputadas – só para concluir –, aparelhos que foram adquiridos pelo SUS, por emendas parlamentares, por dinheiro público. Usam, muitas vezes, aparelhos adquiridos pelo SUS para privilegiar o plano de saúde ou quem tem como pagar.

### Questões de Ordem

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, eu queria pedir encerramento de plano da reunião por falta de quórum.

O deputado Caporezzo – Gostaria de pedir a recomposição de quórum, presidente, por favor.

O presidente – Antes também de continuar, queria ressaltar as palavras do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Macaé, quando falaram da atitude de racismo, dos ataques recebidos por Vini Júnior. Vinícius Júnior é da nossa base, lá, da gloriosa nação rubro-negra. É um menino de ouro, um menino ético, que tem mostrado, nas quatro linhas, o grande jogador que é. Mesmo com todos os ataques que vem sofrendo, há muito tempo, tem levantado a cabeça e tem mostrado um futebol de primeira linha. Então cabe agora às autoridades brasileiras acionarem as autoridades espanholas.

Há pouco tempo, um outro jogador – não vamos citar o nome aqui – por um motivo forte também, tanto quanto este de racismo, continua preso na Espanha. Aí eles agiram com rapidez. Por que, ao ataque racista, eles estão cruzando os braços, estão deixando as pessoas livres, sabedores de que realmente os ataques foram muito fortes e foram mostrados para o mundo inteiro? Então, parabeno aqui as palavras do Doutor Jean Freire e da Macaé, que abordaram esse tema tão importante desse ataque racista sofrido pelo nosso grande ídolo, que é o Vinícius Júnior. Ídolo especialmente do meu time, que é o rubro-negro carioca.

A presidência solicita à secretária que proceda à chamada dos deputados para recomposição de quórum.

A secretária (deputada Lohanna) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam a chamada 11 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

### Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que está encerrada, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em turno único, dos Vetos nºs 1 e 2/2023, uma vez que permaneceram na ordem do dia por seis reuniões.

### Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 25, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO DE MARIANA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/5/2023**

Às 18h15min, comparecem à reunião os deputados Ulysses Gomes, Doutor Jean Freire, Carlos Henrique e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Leleco Pimentel e Zé Laviola. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ulysses Gomes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio Doce e os danos nas condições de vida da população local provocados pelo rompimento da Barragem de Fundão, da mineradora Samarco. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Luiz Fernando Bandeira de Mello, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, justificando a ausência nas visitas e audiências públicas dessa comissão a serem realizadas nos dias 1º e 5 de maio de 2023. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Mariana Barbona Cirne, advogada da União; Luiza Borges Dulci, assessora da Secretaria Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República; Sandra Maria Perpetuo, presidenta do Sindicato dos Servidores Municipais de Governador Valadares – Sinsemgv; Elisa Costa, ex-prefeita municipal de Governador Valadares; Franciene Almeida Vasconcelos, coordenadora institucional da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – Aedas; Lucimere da Silva Leão, representante da Cáritas Diocesana de Itabira-Coronel Fabriciano; Maria das Dores Santos, representante da Cáritas



Diocesana de Governador Valadares; Gilsa Maria dos Santos, vereadora da de Governador Valadares; Ana Paula Alves, representante da Cáritas Diocesana de Governador Valadares; e os Srs. José Leonardo Costa Monteiro e Padre João, deputados federais; Paulo Clemente, representante do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome; Adilson Aurélio Domiciano, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – 43ª Subseção de Governador Valadares; Ângelo Márcio Leite Denadai, diretor-geral da Universidade Federal de Juiz de Fora – Câmpus Governador Valadares; Filipe Fernandes Sousa, coordenador do Projeto de Assessoria Técnica dos Atingidos, Centro Agroecológico Tamanduá – CAT; Flaminio Guerra Guimarães, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; Antônio Carlos Linhares, coordenador-geral do Centro de Informação e Assessoria Técnica – Ciaat; Willerson Custódio da Silva, diretor-geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Câmpus Governador Valadares; Xabier Galarza Ibarrondo, coordenador da Assessoria Técnica dos Atingidos de Governador Valadares e Alpercata; Aloísio Gusmão Padilha, presidente da Associação dos Advogados de Governador Valadares e Conselheiro Estadual da OAB-MG; José Matilde da Silva, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares; Cândido Pereira de Oliveira, representante da Comissão de Atingidos do Bairro Santos Dumont; Adilson Ramos da Silva, mobilizador nível superior da Cáritas Diocesana de Itabira-Coronel Fabriciano; Pedro Henrique Barbosa Gonzaga, integrante da Coordenação Estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens; e José Ramos da Cruz, coordenador da Pastoral dos Moradores em Situação de Rua. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência informa o recebimento de ofício do professor doutor Ângelo Marcio Leite Denadai, diretor-geral do Câmpus Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora, solicitando a inclusão de demanda de construção do Câmpus Governador Valadares da UFJF, na repactuação do acordo referente ao rompimento da Barragem de Fundão em Mariana, enquanto medida compensatória para a Macrorregião de Governador Valadares. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2023.

Ulysses Gomes, presidente – Beatriz Cerqueira – Leleco Pimentel.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO DE MARIANA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/5/2023**

Às 19h37min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Ulysses Gomes e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Bella Gonçalves e Macaé Evaristo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ulysses Gomes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, no Distrito de Antônio Pereira, Município de Ouro Preto, os impactos ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio Doce e os danos nas condições de vida da população local, provocados pelo rompimento da Barragem de Fundão, da mineradora Samarco. A seguir comunica o recebimento de *e-mails* da Sra. Anna Luiza Garandy Santos, servidora do gabinete da Defensoria Pública-Geral do Estado, confirmando a presença dos Srs. Antônio Lopes de Carvalho Filho e Bráulio Santos Rabelo de Araújo, defensores públicos, nas visitas dessa comissão do dia 5 de maio; e da Assessoria Força-Tarefa Rio Doce da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, confirmando a presença do Sr. Carlos Bruno Ferreira da Silva, procurador da República, nas visitas dessa comissão do dia 5 de maio. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Mariana Barbona Cirne, advogada da União, e Luiza Borges Dulci, assessora da Secretaria Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República; e os Srs. Rogério Correia e Padre João, deputados federais; Paulo Clemente, representante do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome; e Carlos Bruno Ferreira da Silva, procurador da República e coordenador da Força-Tarefa Rio Doce/Brumadinho do Ministério

Público Federal. Registram-se as presenças dos Srs. Antônio Lopes de Carvalho Filho e Braulio Santos Rabelo de Araújo, defensores públicos do Estado de Minas Gerais. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência informa o recebimento dos seguintes documentos: ofícios do Sr. Francisco de Assis de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos Municipais de Mariana, solicitando apoio dessa comissão em relação aos pleitos apresentados; e dos representantes do Movimento Antônio Pereira para Todos, do Coletivo das Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira e da Associação das Garimpeiras e Garimpeiros de Antônio Pereira e Mariana, apresentando requerimentos; e documentação de Marcos Vinícius Atanásio de Assis, em que é solicitado que a Samarco Mineração S.A. arque com as despesas de saúde passadas e vincendas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2023.

Ulysses Gomes, presidente – Carlos Henrique – Cássio Soares.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/5/2023**

Às 16h10min, comparecem à reunião os deputados Mauro Tramonte, Betinho Pinto Coelho e Professor Cleiton (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Mauro Tramonte, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.693/2023, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância da Copa Internacional de Mountain Bike para o turismo em Araxá e fazer a entrega do diploma referente ao voto de congratulação com o organizador desse evento, Sr. Rogério Bernardes;

nº 1.782/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Sarah Strus Vaintraub, ocorrido em 28/4/2023;

nº 1.874/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – e à Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Belotur – pedido de providências para que os editais para habilitação de projetos de captação de recursos do Estado para a festa de Carnaval sejam divulgados com, no mínimo, 90 dias de antecedência do período festivo;

nº 1.875/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para firmar parcerias público-privadas com vistas à construção de um centro de convenções e sambódromo em Belo Horizonte;

nº 1.876/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que sejam ofertados cursos de qualificação e regularização para os produtores de cachaça artesanal do Estado;

nº 1.879/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada visita à Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco, em Fortaleza (CE), com a finalidade de conhecer as atividades desenvolvidas por essa unidade de ensino, que são exemplo para todo o País, inclusive Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2023.

Mauro Tramonte, presidente – Professor Cleiton – Rodrigo Lopes.

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 16/5/2023**

1. Às 15h11min, comparecem à reunião a deputada Alê Portela (substituindo o deputado Coronel Henrique, por indicação da liderança do BAM) e o deputado Oscar Teixeira, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Ione Pinheiro, Nayara Rocha, Marli Ribeiro e Delegada Sheila e os deputados Caporezzo e Eduardo Azevedo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Oscar Teixeira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cleusa Bernadeth Lara Correa, vice-prefeita de Betim; Luciana Dantas da Costa Oliveira, coordenadora da consultoria Actio e ex-secretária Nacional Adjunta dos Direitos da Criança e do Adolescente do Governo Federal; Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, coordenadora estadual dos Direitos da Criança e dos Adolescentes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese; Damares Regina Alves, senadora da República; Giselle Barbosa Guedes Martins, conselheira tutelar de Teófilo Otoni; Keyla Cristina Parreiras Pinto Aredes, pedagoga; Celise Laviola, ex-deputada estadual; e os Srs. Carlos Guilherme, presidente do Fórum Mineiro de Conselheiros Tutelares e membro da Coordenação Estadual do Fórum de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Minas Gerais – Fevcamg; José Carlos Matos, médico pediatra; Evandro Nascimento Radaelli, delegado da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente; e Mauro Rodrigues, técnico estadual do Sípia em Minas Gerais e analista de gestão pública da Sedese. A presidência concede a palavra à deputada Alê Portela, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2023.

Oscar Teixeira, presidente – Coronel Henrique – Vitorio Júnior.

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E  
OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/5/2023**

Às 11h15min, comparecem à reunião as deputadas Delegada Sheila e Chiara Biondini e o deputado Luizinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Delegada Sheila, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.013/2021, em turno único, do qual designou como relator o deputado Luizinho. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.017/2019 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Luizinho, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a

discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.619/2021 (relator: deputado Leandro Genaro) com a Emenda nº 1, 3.013/2021 (relator: deputado Luizinho) e 3.549/2022 (relatora: deputada Chiara Biondini), que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.475/2023, das deputadas Delegada Sheila, Marli Ribeiro, Chiara Biondini e dos deputados Leandro Genaro e Luizinho, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a criação do concurso de redação estadual “Juntos contra as Drogas”, com premiação para os alunos, em uma iniciativa com vistas a integrar a comunidade estudantil para tratar da importância da educação na prevenção e no combate ao uso de drogas, a ser promovido pela SEE em parceria com a Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social;

nº 1.673/2023, da deputada Alê Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com Associação Grupo Sarai, de Uberlândia, por promover a recuperação de dependentes químicos através do acolhimento integral;

nº 1.736/2023, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja realizada audiência pública para debater e difundir os recursos existentes no Instituto de Criminalística da Polícia Civil no que tange à elaboração dos laudos de identificação de drogas no Estado;

nº 1.737/2023, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja realizada visita ao Instituto Médico Legal, no Município de Belo Horizonte, para conhecer os recursos destinados à constatação dos óbitos relacionados ao uso e consumo de drogas ilícitas;

nº 1.917/2023, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja realizada visita à Faculdade de Medicina da UFMG, no Município de Belo Horizonte, para conhecer mais sobre a vacina terapêutica para o tratamento da dependência em cocaína e *crack*, em desenvolvimento na referida faculdade.

Em seguida, é aprovado relatório de visita ao Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, realizada em 8/5/2023, avocada a relatoria pela presidente e publicado em 19/5/2023. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2023.

Delegada Sheila, presidente.

#### **ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/5/2023**

Às 16h10min, comparecem à reunião a deputada Alê Portela e os deputados Cristiano Silveira, Leleco Pimentel e Carlos Henrique, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a Regularização Fundiária de Interesse Social – Reurb-S –, no contexto da retomada do Programa Minha Casa, Minha Vida e da recriação do Ministério das Cidades. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.

nº 1.494/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Itabirito, para debater com seus moradores os impactos decorrentes da proposição de concessão de administração privada das rodovias que ligam os municípios no entorno, os valores de tarifas a serem praticados e as condições sociais e econômicas na região;

nº 1.703/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater, no contexto da política estadual de habitação de interesse social, a modalidade de produção social de moradia pelo sistema de autogestão;

nº 1.716/2023, da deputada Alê Portela, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Santa Luzia pedido de informações sobre o não repasse e atrasos nos repasses dos recursos do Fundeb para as creches e instituições conveniadas, que deveriam ter recebido os recursos desde janeiro de 2023, além de esclarecer se os valores estão sendo repassados a esse município a tempo e modo e se existe algum valor devido que esteja impactando diretamente os repasses às creches e instituições conveniadas com a prefeitura para fins de recebimento dos recursos;

nº 1.743/2023, da deputada Alê Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Instituto Comunitário Seara de Luz pelos relevantes serviços públicos e sociais prestados ao Município de Santa Luzia;

nº 1.787/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Padre Paulo Eustáquio Cerceau Ibraim;

nº 1.830/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Fundação João Pinheiro – FJP – pedido de providências para que preste assessoramento junto ao Executivo e à Câmara Municipal de Inhapim para a elaboração de um plano diretor para o município, prestando informações relativas ao impacto da não edição da norma para o desenvolvimento urbano da cidade;

nº 1.891/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que promova a titularização das terras devolutas cadastradas nos municípios, conforme descrito em seu Programa Estadual de Regularização Fundiária de Terra Devoluta Rural, na última etapa, de chamamento público, ocorrida no último ano;

nº 1.892/2023, dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pedido de providências para que seja criado um grupo de trabalho com representantes do poder público e das comunidades de Paxés e Córrego Santa Maria, do Município de Santo Antônio do Jacinto, com ampla participação dos governos, autarquias e comunidades envolvidas, para discutir e formular uma proposta de definição da divisa dos Estados da Bahia e Minas Gerais no município que atenda os anseios e a ancestralidade das comunidades;

nº 1.893/2023, dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Antônio Pereira Dias, da comunidade de Córrego Santa Maria, em Santo Antônio do Jacinto;

nº 1.894/2023, dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem sejam encaminhadas a Wesdra Tavares Bandeira, prefeito de Santo Antônio do Jacinto; Marlene Dantas Martins, prefeita de Guaratinga (BA); Luzia Alves dos Santos, vice-prefeita de Santo Antônio do Jacinto e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Itamar Alves Viana, presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Jacinto; Luiz Eduardo Costa Santos, presidente da Câmara Municipal de Guaratinga (BA); Helger Marra Lopes, presidente da Fundação João Pinheiro; Guerta Almeida, procuradora do Estado da Bahia; Frederico Drumond Martins, coordenador regional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Charles Batista dos Santos, representante da Comunidade Santa Maria; Reginaldo Teles da Silva, representante da Comunidade de Paxés; Sérgio Pessoa de Paula Castro, advogado-geral do Estado de Minas Gerais; e Marília Carvalho de Melo, secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária desta comissão, que teve por finalidade debater a incorporação do Município de Santo Antônio do Jacinto ao Estado da Bahia e o projeto de manejo do Parque Nacional do Alto Cariri, coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;

nº 1.895/2023, dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Fundação João Pinheiro pedido de informações consubstanciadas em cópias das certidões territoriais das comunidades de Paxés e Córrego Santa Maria, no Município de Santo Antônio do Jacinto;

nº 1.897/2023, dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Fundação João Pinheiro pedido de informações consubstanciadas em mapa atualizado dos Municípios de Santo Antônio do Jacinto e Santa Maria do Salto e no histórico das alterações na divisa entre esses municípios e o Município de Guaratinga, no Estado da Bahia;

nº 1.916/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Itabirito, para debater a situação do Bairro Água Limpa, marcado pela ocupação por milhares de famílias, que demanda regularização fundiária, urbanização e demais serviços indispensáveis, como o saneamento básico;

nº 1.971/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem sejam encaminhados ao Ministério Público Federal – MPF – em Belo Horizonte pedido de providências para verificar a atuação da empresa Mineração Santa Paulina Ltda. nos Municípios de Ibirité, Mário Campos e Sarzedo, especialmente se o empreendimento, de fato, se restringe a retirar produto lavrado e estocado sem abertura de novas lavras de minério, uma vez que o licenciamento ambiental para a mineração estaria arquivado desde 2021, bem como as notas taquigráficas da 2ª Reunião Conjunta com a Comissão de Participação Popular, que teve por finalidade debater a situação da referida mineradora, inativa há 40 anos, que está voltando a exercer atividade minerária, após parecer contrário que arquivou seu pedido de licenciamento em 2021, com pretensão de escoar minério por vias públicas, o que afetará os municípios citados;

nº 1.972/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Mineração – Regional Minas Gerais, em Belo Horizonte pedido de providências para verificar a atuação da empresa Mineração Santa Paulina Ltda. nos Municípios de Ibirité, Mário Campos e Sarzedo, especialmente se o empreendimento, de fato, se restringe a retirar produto lavrado e estocado sem abertura de novas lavras de minério, uma vez que o licenciamento ambiental para a mineração estaria arquivado desde 2021; e seja encaminhado ao referido órgão as notas taquigráficas da 2ª Reunião Conjunta com a Comissão de Participação Popular, que teve por finalidade debater a situação da Mineradora Santa Paulina, inativa há 40 anos, que está voltando a exercer atividade minerária, após parecer contrário que arquivou seu pedido de licenciamento em 2021, com pretensão de escoar minério por vias públicas, o que afetará os Municípios de Ibirité, Sarzedo e Mário Campos;

nº 1.973/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem sejam encaminhados à Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais pedido de providências para verificar a atuação da Mineração Santa Paulina Ltda. nos Municípios de Ibirité, Mário Campos e Sarzedo, especialmente se o empreendimento, de fato, se restringe a retirar produto lavrado e estocado sem abertura de novas lavras de minério, uma vez que o licenciamento ambiental para a mineração estaria arquivado desde 2021, bem como as notas taquigráficas da 2ª Reunião Conjunta com a Comissão de Participação Popular, que teve por finalidade debater situação da referida mineradora, inativa há 40 anos, que está voltando a exercer atividade minerária, após parecer contrário que arquivou seu pedido de licenciamento em 2021, com pretensão de escoar minério por vias públicas, o que afetará os citados municípios (Voto contrário do deputado Carlos Henrique);

nº 1.974/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que seja analisada a qualidade a água das nascentes e fontes localizadas na comunidade de Capão da Serra, no Município de Nova Lima e região, devido aos impactos da retomada da mineração pela empresa Mineração Santa Paulina Ltda.;

nº 1.978/2023, das deputadas Bella Gonçalves, e Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de providências para que seja enviado às

Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Participação Popular e ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça (Voto contrário do deputado Carlos Henrique);

nº 1.981/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado aos prefeitos municipais de Ibitité, Sarzedo e Mário Campos pedido de informações sobre a formalização da autorização para o desenvolvimento de atividades minerárias à Mineração Santa Paulina Ltda. nesses municípios, que contempla a extração do minério, seu beneficiamento e transporte pelas vias públicas locais;

nº 1.982/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a formalização da autorização para o desenvolvimento de atividades minerárias à Mineração Santa Paulina Ltda. nos Municípios de Ibitité, Mário Campos e Sarzedo, que contemple a extração do minério, seu beneficiamento e transporte pelas vias públicas locais;

nº 1.983/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater o aumento da passagem dos ônibus de Belo Horizonte, bem como a política metropolitana de transporte coletivo e sua integração com os municípios da capital e da Rede Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 1.990/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao prefeito de Sarzedo pedido de informações consubstanciadas no termo de ajustamento de conduta – TAC – assinado pelo município e pela Mineração Santa Paulina referente ao escoamento de minérios por vias arteriais do município, com o detalhamento dos compromissos assumidos e avaliação do cumprimento das obrigações;

nº 1.991/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao prefeito de Sarzedo pedido de informações sobre a justificativa e embasamento técnico que motivaram o parecer do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Sarzedo em relação ao termo de ajustamento de conduta – TAC – assinado entre o município e a Mineração Santa Paulina Ltda.;

nº 1.992/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao prefeito de Sarzedo pedido de informações consubstanciadas em cópias das licenças ambientais para a realização de obras de adequação, melhoria e ampliação do trecho da estrada rural do Capão, que liga os Municípios de Sarzedo e Ibitité;

nº 1.993/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao superintendente regional de Meio Ambiente da Central Metropolitana em Belo Horizonte pedido de informações sobre a existência e o conteúdo de um plano de recuperação de área degradada para a Mina da Boa Esperança, localizada no Município de Ibitité;

nº 1.994/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao superintendente regional de Meio Ambiente da Central Metropolitana pedido de informações sobre a existência de consulta à comunidade atingida pela atividade de escoamento de minério da Mineração Santa Paulina Ltda. nas regiões de Ibitité, Mário Campos e Sarzedo, notadamente quanto aos impactos nas estradas e rodovias existentes na região;

nº 1.999/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater o processo de municipalização de unidades de saúde mental sob gestão da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pela Prefeitura de Belo Horizonte, tendo em vista os pressupostos do desenvolvimento urbano;

nº 2.017/2023, das deputadas Maria Clara Marra e Ione Pinheiro e dos deputados Lucas Lasmar, Adriano Alvarenga, Enes Cândido e Raul Belém, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a Emenda Constitucional nº 108, de 26/8/2020, que altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à

Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitória, e dá outras providências;

nº 2.018/2023, dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem sejam encaminhados à Secretaria Especial de Assuntos Federativos – Seaf – em Brasília pedido de providências para que seja revista a demarcação do Parque Nacional do Alto Cariri na divisa entre os Estados da Bahia e de Minas Gerais, cuja delimitação estaria abarcando as comunidades de Paxés e Córrego Santa Maria, tradicionalmente autorreconhecidas como pertencentes ao Município mineiro de Santo Antônio do Jacinto, tendo em vista a divergência de fronteira nas especificações técnicas, bem como as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater a incorporação do referido município ao Estado da Bahia e o projeto de manejo do Parque Nacional do Alto Cariri, coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

É recebido pela presidência, submetido a votação, e rejeitado o Requerimento nº 1.976/2023, das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e dos deputados Cristiano Silveira e Leleco Pimentel, em que requerem sejam encaminhadas ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais as notas taquigráficas da 2ª Reunião Conjunta da comissão com a Comissão de Participação Popular, que teve por finalidade debater a situação da Mineradora Santa Paulina Ltda., inativa há 40 anos, que está voltando a exercer atividade minerária, após parecer contrário que arquivou seu pedido de licenciamento em 2021, com pretensão de escoar minério por vias públicas, o que afetará os Municípios de Ibitiré, Sarzedo e Mário Campos, para compor os Inquéritos Cíveis nº 0114.21.000075-7, nº 0114.19.000573-5, nº 0114.19.000075-1 e nº 0114.19.000518-0. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Mila Batista Leite Corrêa da Costa, diretora-geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH; e os Srs. Igino Marcos da Mata de Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Uberlândia; Thiago Flávio Guerra Naves, advogado, especialista em Direito Urbanístico e Ambiental pela PUC-MG; Enrico Madia de Oliveira, presidente da Comissão Nacional de Regularização Fundiária e coordenador de Regularização Fundiária e Habitação Social da Comissão Especial de Direito Imobiliário da OAB-SP; André Albuquerque, diretor-presidente da Terra Nova Regularizações Fundiárias; João Costa de Aguiar Filho, diretor jurídico da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte; João Márcio Simões, defensor público da Defensoria Pública da União – DPU; e Everaldo Souza Oliveira, secretário de Assistência Social de Jacuri, representando o prefeito de São José do Jacuri. A presidência concede a palavra ao deputado Leleco Pimentel, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2023.

Leleco Pimentel, presidente – Rodrigo Lopes – Ricardo Campos.

#### **ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/5/2023**

Às 9h45min, comparece à reunião o deputado Doutor Jean Freire, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e a suspende. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença da deputada Macaé Evaristo. A presidência, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater, a pedido do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Fevcamg –, as políticas públicas de



enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, no dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Aline Pacheco Silva, coordenadora do Fevcamg; Anna Carolina Marotta de Oliveira, assessora-chefe da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade, representando o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública; Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais – Cedca-MG; Maria Aparecida dos Santos Queiroz, membro da Associação Papa João XXIII; e Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth, promotora de justiça, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; e os Srs. Duílio Silva Campos, subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, representando a secretária; Paulo Leandro de Carvalho, superintendente de Regulação e Inspeção Escolar da Secretaria de Estado de Educação, representando o secretário; e Rodrigo Mateus Zacarias da Silva, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Registra-se, nesse momento, a presença da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado Ricardo Campos. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra aos deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2023.

Marquinho Lemos, presidente – Leleco Pimentel – Ricardo Campos.

#### **ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/5/2023**

Às 10h1min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado João Magalhães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a necessidade do cômputo do tempo de serviço relativo ao período de suspensão da Lei Complementar nº 173, de 2020 (28/5/2020 a 31/12/2021) pelo Estado, para fins de concessão de vantagens e demais adicionais por tempo de serviço aos servidores públicos estaduais, tendo em vista a decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado em 14/12/2022 no processo nº 1114737 e pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em 22/3/2023, nos autos nº 1.0000.22.293357-4/000, bem como o pagamento dos valores retroativos devidos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Helga Beatriz Gonçalves de Almeida, assessora-chefe de Relações Sindicais da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, representando a subsecretária de Gestão de Pessoas; Sara Costa Felix Teixeira, presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais – Affemg; Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-Ute-MG; Núbia Roberta Dias, diretora da Secretaria de Organização do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde-MG; Maria Abadia de Souza, diretora do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Sisipsemg; Marcela Ferreira Rocha, diretora de Relações Institucionais do Sindicato dos Fiscais Agropecuários e Fiscais Assistentes Agropecuários Estaduais de Minas Gerais – Sindafa –, representando a presidente; Regina Márcia Pimenta Assunção, presidente do Sindicato dos Servidores do Meio Ambiente de Minas Gerais – Sindsema; Maria de Lurdes Camilli, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais – Sindepominas; e os Srs. Marco Antônio Couto dos Santos, vice-presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais – Sindifisco-MG; Jean Carlos Otoni Rocha, presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Minas Gerais – Sindasp-Sindppen; Eduardo

Augusto Paolinelli Silveira, vice-presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Minas Gerais – Sindpecri –, representando o presidente; Hugo René de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais – Sinfazfisco-MG; Marcelo Horta, diretor jurídico do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais – Sindep-MG –, representando o presidente; José Alberto Coutinho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Públicos em Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – Sintder-Sinttop; José Lino Esteves dos Santos, presidente do Sindicato dos Auxiliares, Assistentes e Analistas do Sistema Prisional e Socioeducativo; Felipe Galego, vice-presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais – Serjusmig –, representando o presidente; Geraldo Antônio Henrique da Conceição, diretor-coordenador do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais – Sindpúblicos-MG; e Wemerson Silva de Oliveira, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – Sindpol. A presidência concede a palavra à deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2023.

João Magalhães, presidente – Beatriz Cerqueira – Nayara Rocha – Sargento Rodrigues – Rodrigo Lopes.

#### **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/5/2023**

Às 14h37min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Oscar Teixeira, Coronel Henrique e Vitorio Júnior (substituindo o deputado Fábio Avelar, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Oscar Teixeira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e o tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.889/2022 (relator: deputado Oscar Teixeira), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.579 e 1.614/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.169/2023, dos deputados Oscar Teixeira, Coronel Henrique e Vitorio Júnior, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados à secretária de Estado de Desenvolvimento Social os temas definidos por esta comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Ações de articulação da Sedese com a Secretaria de Educação para promoção das diversas modalidades esportivas no ambiente escolar, por meio da educação física”; “Ações e políticas públicas da Sedese com o objetivo de promover a integração do esporte com a cultura e o turismo no Estado”; “Ações da Sedese para promover maior capilaridade dos recursos para atendimento de atletas, clubes e organizações da sociedade civil localizadas em municípios pequenos”; “Ações e políticas públicas voltadas para a formação cívica e o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes do Estado por meio do esporte”;

nº 2.170/2023, dos deputados Oscar Teixeira, Coronel Henrique e Vítório Júnior, em que requerem seja informado à Mesa da Assembleia que o tema “Educação Física escolar” foi escolhido por esta comissão para ser submetido a acompanhamento intensivo no âmbito do projeto Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, no biênio 2023-2024, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para a próxima reunião extraordinária, hoje, às 16 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2023.

Leonídio Bouças, presidente.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a deputada Alê Portela e os deputados Leleco Pimentel, Carlos Henrique e Rodrigo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2023, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o processo de municipalização de unidades de saúde mental sob gestão da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pela Prefeitura de Belo Horizonte, tendo em vista os pressupostos do desenvolvimento urbano.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2023.

Cristiano Silveira, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Nos termos regimentais, convoco a deputada Nayara Rocha e os deputados Celinho Sintrocel, Caporezzo e Delegado Christiano Xavier, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2023, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e o tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2023.

Betão, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire, Elismar Prado e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2023, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a participação dos povos indígenas da Região Metropolitana de Belo Horizonte nas políticas públicas de efetivação de seus direitos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2023.

Marquinho Lemos, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Visita da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Clara Marra e os deputados Celinho Sintrocel, Charles Santos e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 29/5/2023, às 11 horas, à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, com a finalidade de apresentar a comissão ao referido órgão, com vistas a ampliar o diálogo com a secretaria e possibilitar mais agilidade na execução e na fiscalização das políticas públicas de sua competência.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2023.

Thiago Cota, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.203/2020****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Tito Torres, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Movimento Abaeteense Pró-Cidadania – MAP –, com sede no Município de Abaeté.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública Associação Movimento Abaeteense Pró-Cidadania – MAP –, com sede no Município de Abaeté, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca oferecer programas regulares de treinamento e formação, propiciando conhecimentos e capacitação nos âmbitos profissional, cultural, desportivo e pessoal e oferecer programas de apoio pedagógico e psicológico ao seu público-alvo.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Movimento Abaeteense Pro Cidadania – MAP –, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.203/2020, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2023.

Nayara Rocha, relatora.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 361/2023****Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório**

De autoria do deputado Doutor Jean Freire, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural do Lufa – ACDRL –, com sede no Município de Novo Cruzeiro, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 17/5/2023, foi a proposição distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 361/2023 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural do Lufa – ACDRL –, com sede no Município de Novo Cruzeiro.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, representar os trabalhadores rurais em diversos espaços de discussão; angariar recursos por meio de projetos para o desenvolvimento da comunidade, especialmente nas áreas de produção e comercialização.

Tendo em vista os propósitos da associação em prol do desenvolvimento rural na comunidade do Lufa, em Novo Cruzeiro, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 361/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2023.

Dr. Maurício, relator.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 256/2023****Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência****Relatório**

De autoria do deputado Enes Cândido, o Projeto de Lei nº 256/2023 reconhece como de relevante interesse social as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apaes – de Minas Gerais.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com a Emenda nº 1, que apresentou.

Compete agora a esta comissão emitir parecer quanto ao mérito da proposição, em cumprimento do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, XX, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O projeto em análise visa a reconhecer como de relevante interesse social as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apaes – do Estado. Segundo o autor da proposição, “não restam dúvidas sobre a importância social das Apaes na luta pela dignidade, pela inclusão social e pela melhoria da qualidade de vida de seus usuários em nosso Estado”.

As Apaes são organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, que têm como objetivo principal promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual ou múltipla, promovendo-lhe a oferta de serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social. A Rede Apaes é pioneira na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Com sua organização capilar, está presente em mais de 2.200 mil municípios em todo o território nacional. Minas Gerais, segundo informações disponibilizadas no *site* da Federação das Apaes do Estado de Minas, conta com 420 unidades da entidade.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça opinou pela constitucionalidade da proposição em tela, uma vez que também é de competência estadual a proteção e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência. No entanto, a fim de aprimorar a técnica legislativa, apresentou a Emenda nº 1, que propõe suprimir o art. 2º da proposição, que explica qual o objetivo do projeto.

Em que pese a relevância da matéria, constatamos que o teor da Lei Estadual nº 18.509, de 6/11/2009, é muito similar ao do projeto em comento. A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência recebeu sugestão do autor da proposição em análise para alterar a lei mencionada, aprimorando o seu texto e evitando, dessa forma, a coexistência no Estado de normas semelhantes ou idênticas. Acatamos a sugestão, por considerá-la oportuna e conveniente, apresentando o Substitutivo nº 1 ao final deste parecer.

### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 256/2023, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

### SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 18.509, de 6 de novembro de 2009, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apaes – localizadas no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A ementa da Lei nº 18.509, de 6 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação: “Reconhece como de relevante interesse social as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apaes – de Minas Gerais”.

Art. 2º – O artigo 1º da Lei nº 18.509, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – Ficam reconhecidas como de relevante interesse social as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apaes – de Minas Gerais.

Parágrafo único – O reconhecimento de que trata esta lei tem por objetivo fortalecer, promover e incentivar a difusão das práticas de inclusão, desenvolvimento e assistência das pessoas com deficiência e de suas famílias”.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2023.

Dr. Maurício, presidente e relator – Maria Clara Marra – Enes Candido.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 039/2023**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Proav Campinas Ltda. Objeto: microfone de mão sem fio. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.4.4.90 (10.1). Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 99/2022 da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Pregão Eletrônico nº 17/2022.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 24/5/2023, na pág. 59, onde se lê:

“Priscila Leão Resende Melo”, leia-se:

“Priscila Leão Resende de Melo”.

**PROJETO DE LEI Nº 713/2023**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/5/2023, na pág. 90, no despacho, onde se lê:

“– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Douglas Melo.”, leia-se:

“– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Arlen Santiago.”.